

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2018**



Relatório de Gestão

Exercício 2018

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Reitor

Hugo Alex Carneiro Diniz

Vice-Reitora

Aldenize Ruela Xavier

Pró-Reitora de Administração

Sofia Campos e Silva Rabelo

Pró-Reitor da Comunidade, Cultura e Extensão

Marcos Prado Lima

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Solange Helena Ximenes Rocha

Pró-Reitora de Gestão Estudantil

Eliane Cristina Flexa Duarte

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Fabriziana Vieira Guimarães

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

Domingos Luis Wanderley Picanço Diniz

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Rogério Favacho da Cruz

DIRETORES DE UNIDADES ACADÊMICAS

Centro de Formação Interdisciplinar

Cristina Vaz Duarte da Cruz

Instituto de Biodiversidade e Florestas

Elaine Cristina Pacheco de Oliveira

Instituto de Ciências da Educação

Edilan de Sant'Ana Quaresma

Instituto de Ciências da Sociedade

Jarsen Luis Castro Guimarães

Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas

Marlisson Augusto Costa Feitosa

Instituto de Engenharia e Geociências

Júlio Tota da Silva

Instituto de Saúde Coletiva

Waldiney Pires Moraes

DIRETORES DE CAMPUS

Campus de Alenquer

Lidiane Nascimento Leão

Campus de Itaituba

Luamim Sales Tapajós

Campus de Juruti

Thiago Augusto de Sousa Moreira

Campus de Monte Alegre

Marcella Costa Radael

Campus de Óbidos

Maria Raimunda Santos da Costa

Campus de Oriximiná

Cauan Ferreira Araújo

Apresentação

A Universidade Federal do Oeste Pará (Ufopa) apresenta seu Relatório de Gestão referente ao exercício de 2018, reforçando o seu compromisso com a transparência pública. Além de ser peça obrigatória de prestação de contas aos órgãos de controle, este Relatório pretende divulgar à sociedade os principais resultados do exercício.

Este relatório está dividido em 6 capítulos e buscou seguir as orientações gerais do Tribunal de Contas da União para o ano de 2018, baseando-se na DN 170/2018-TCU e sistemas e-Contas.

No capítulo 1 está expresso de forma bem objetiva a visão geral organizacional da Ufopa, no capítulo 2 é abordado os principais objetivos estratégicos e os principais canais de comunicação com a sociedade, já o capítulo seguinte trás o resultado da gestão no exercício 2018. Os capítulos 4 e 5 abordam respectivamente a alocação de recursos (orçamentário, financeiro, pessoas, contratos, infraestrutura e tecnologia da informação e comunicação) e demonstrações contábeis, nesse trás o desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial no exercício 2018. O sexto capítulo aborda sobre o tratamento das recomendações e determinações do TCU.

Ressaltamos que sobre o tema sobre gestão de riscos e controle interno informamos que em 2018 a Ufopa ainda não implantou sua política de governança, riscos e controles interno, porém vem trabalhando para implementar essas políticas nos próximos exercícios. Outro aspecto sobre o relatório é que ele ainda não está completamente na estrutura do IIRC, mas para os próximos exercícios se farão as modificações necessárias para seguir na integra a estrutura proposta.



SUMÁRIO

01 IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	04
Identificação da Ufopa.....	05
Ambiente Externo.....	05
Estrutura Organizacional da Ufopa.....	06
Modelo de Negócio (cadeia de Valor).....	07
02 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA.....	08
Principais Objetivos Estratégicos.....	09
Principais Instância de Governança na Ufopa.....	10
Principais Canais de Comunicação com a Sociedade.....	11
03 RESULTADO DA GESTÃO.....	16
Resultado dos principais objetivos estratégicos.....	17
Resultados dos Indicadores de Gestão TCU.....	33
04 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	34
Gestão Orçamentária e Financeira.....	35
Gestão de Pessoas.....	41
Gestão de Licitações e Contratos.....	47
Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	54
Gestão de Tecnologia da Informação.....	56
Sustentabilidade Ambiental.....	60
05 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	65
Demonstrações Contábeis.....	66
Declaração do Contador.....	77
06 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	78
Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	79
ANEXO A – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UFOPA.....	80
ANEXO B – PARECER DA AUDITÓRIA INTERNA DA UFOPA.....	107
ANEXO C – RESULTADO DOS INDICADORES DE GESTÃO TCU	120

Identificação e Estrutura Organizacional

Capítulo

01



Identificação da Ufopa

A Ufopa é uma Instituição Federal de Ensino Superior constituída na forma de autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, com sede e foro na cidade de Santarém, estado do Pará.

Criada no contexto do Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) com o propósito de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Ela assegura, em seu Estatuto, ter como finalidade precípua a educação superior voltada à produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integrado no ensino, na pesquisa e na extensão, tendo em vista o pleno desenvolvimento do ser humano, a formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados em iniciativas que promovam o desenvolvimento da sociedade em bases sustentáveis.

MISSÃO

Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia.

VISÃO

Ser referência na formação interdisciplinar para integrar sociedade, natureza e desenvolvimento.

VALORES

Respeito	Interdisciplinaridade
Pluralismo	Lealdade
Transparência	Responsabilidade Social e Ambiental
Ética	Profissionalismo
Inclusão	

Ambiente Externo

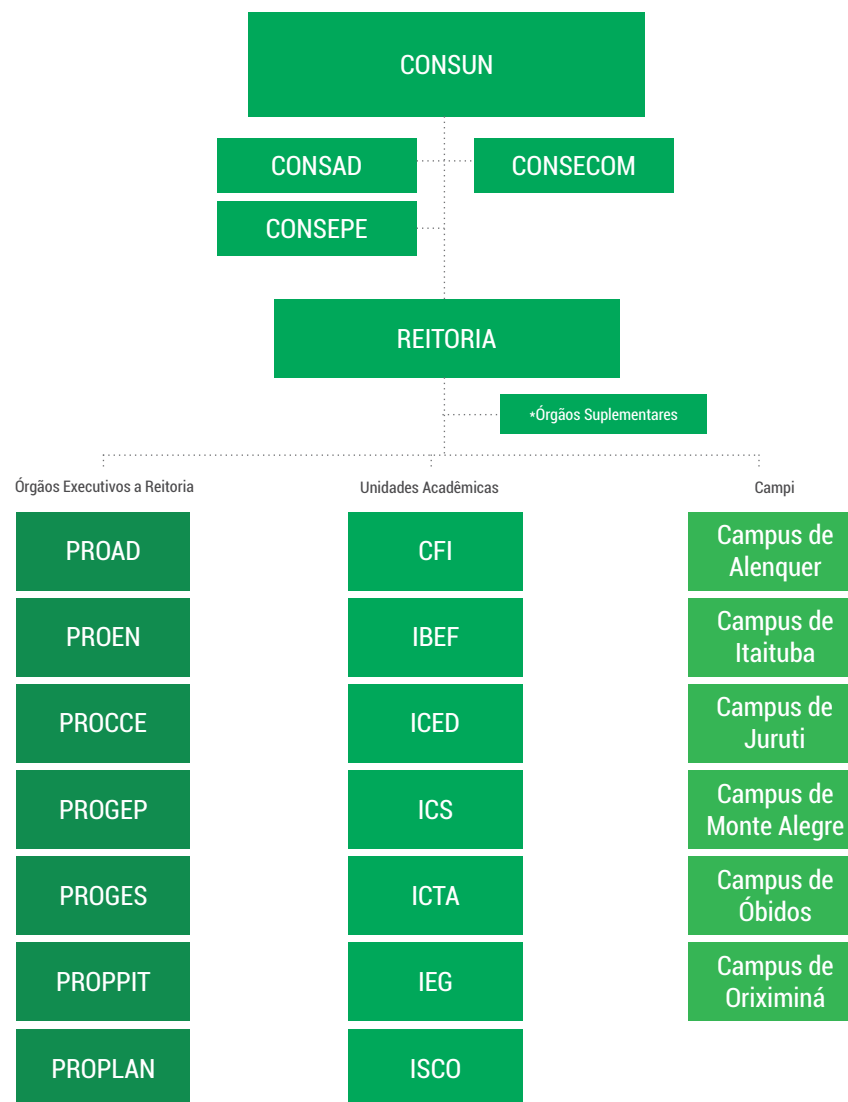
A Ufopa tem atuação nos municípios de Santarém, com oferta regular de cursos de graduação; Óbidos; Oriximiná; Alenquer; Itaituba, Juruti; Monte Alegre com abrangência podendo chega a 20 municípios. A população total desses municípios é de 912.006 habitantes (IBGE, 2010), que corresponde a 12% da população do estado do Pará.

A área ocupada é de 512.616 km² (IBGE, 2010), que corresponde a 41% da área total do estado (1.250.000 km²). A densidade demográfica média é de 1,78 hab/km², sendo o município de Santarém o de maior densidade demográfica – 12,87 habitantes/km². Fazem parte dessa área de abrangência da Ufopa municípios da mesorregião do Baixo Amazonas (Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Santarém e Terra Santa), além dos municípios de Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão, da área de influência da Rodovia BR-163, que pertencem à mesorregião do sudoeste paraense.

A Ufopa realiza suas atividades com base no seu planejamento estratégico e também com base no Plano Nacional de Educação (PNE) com as metas específicas para Educação Superior, como os indicadores Taxa Bruta de Matriculados e Taxa Líquida de Escolarização na Graduação, porém para sua contribuição para aumentar o resultado do indicador é necessário o investimento em obras de infraestrutura fundamentais para propiciar qualidade ao ensino na universidade, porém nos últimos anos o valor do recurso de capital vem diminuindo o que pode inviabilizar a atuação da Ufopa nesses indicadores.

Sem o investimento necessário fica difícil a abertura de novos cursos de graduação e/ou pós-graduação e também a ampliação de vagas nos cursos atuais, portanto para atender ao PNE, e os anseios da sociedade com relação à Ufopa é necessário investir na infraestrutura da universidade.

Estrutura Organizacional da Ufopa



*AIT, Arni, Audin, Cerimonial, Comunicação, CPAD, CTIC, Sinfra, Biblioteca e Unidade Experimental

Modelo de Negócio (Cadeia de Valor)

A Ufopa não possui institucionalizada sua cadeia de valor, mas trabalha em função do seu planejamento estratégico. Em seu Mapa Estratégico constam informações dos objetivos que estão agrupados em Diretrizes Estratégicas, e partir dessa informação, foi realizado uma análise e a conclusão é que essas diretrizes podem ser classificadas como uma cadeia de valor, pois ao alcançar os objetivos é agregado valor aos resultados institucionais.

Cadeia de Valor (Diretrizes Estratégicas)	Setores Responsáveis	Valor Gerado
Formação acadêmica	Proen, Proppit, Procce e Proges	Desenvolvimento do conhecimento para ser aplicado na sociedade
Produção do conhecimento	Proen, Procce e Proppit	Desenvolvimento da Pesquisa
Articulação com a sociedade	Procce, Proppit e Proplan	Parceria com empresas governamentais e não-governamentais
Excelência acadêmica	Proen, CPA e Proplan	Promoção da qualidade nos cursos
Excelência na gestão	Proplan, CTIC, Proad e Comunicação	Desenvolvimento das atividades voltadas à resultados

Modelo de Negócios



EIXOS ESTRATÉGICOS

- Ensino, Pesquisa e Extensão



Aplicação da ESTRATÉGIA

- Aplicação dos processos e ações estratégicas contidas no PDI



Resultado para a SOCIEDADE

- Vagas em cursos de graduação e pós-graduação
- Difusão do conhecimento
- Inovação tecnológica
- Qualificação profissional

Planejamento Estratégico e Governança

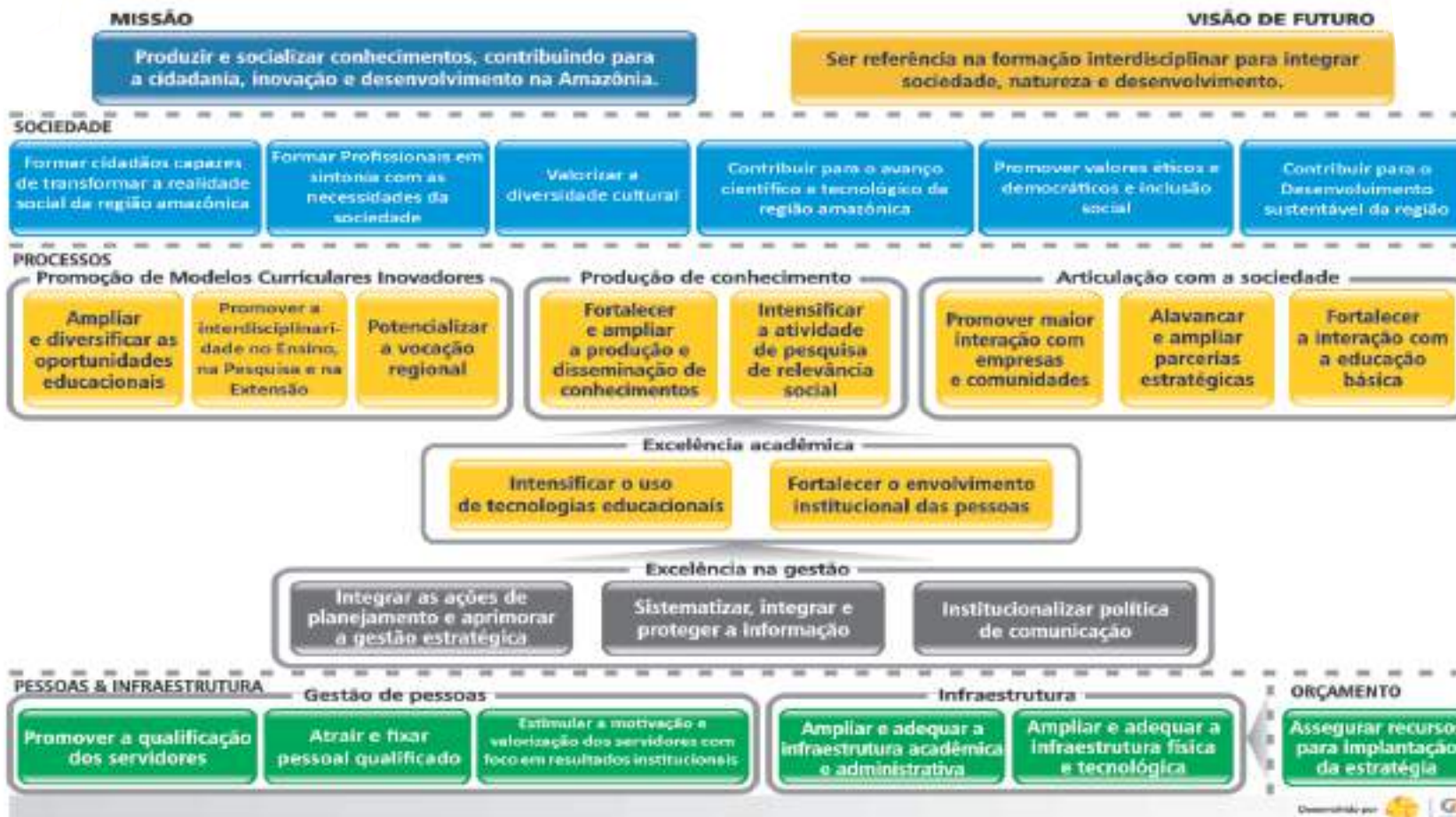
Capítulo

02



Principais Objetivos Estratégicos

Mapa Estratégico da Ufopa - PDI 2012/2016 - Aditado



No Mapa Estratégico da Ufopa constam informações da Missão, Visão e dos Objetivos Estratégicos que estão distribuídos por diretrizes estratégicas em quatro perspectivas (Sociedade, Processos, Pessoas e Infraestrutura e Orçamento) . O período de vigência do PDI foi até 2016, mas foi prorrogado até dezembro de 2018

pela portaria nº 402/GR-Ufopa, de 11 de junho de 2018. Os indicadores, metas e ações estratégicas podem ser consultados no Plano de Desenvolvimento Institucional a partir da página 35. (<http://www2.ufopa.edu.br/ufopa/arquivo/portarias/2015/PDI20122016.pdf>).

Principais Instância de Governança na Ufopa

A administração da Ufopa se dá por meio de seus órgãos:

a) colegiados superiores deliberativos

Consun - Conselho Universitário

Órgão máximo de consulta e deliberação da Ufopa e sua última instância recursal.

Consepe - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

Órgão de consulta, supervisão e deliberação em matéria acadêmica.

Consad - Conselho Superior de Administração

Órgão de consulta, supervisão e deliberação em matéria administrativa, patrimonial, orçamentária e financeira

b) executivo

Reitoria

Órgão executivo superior, tem como atribuições a superintendência, o planejamento, a gestão, a fiscalização e o controle das atividades da Universidade, estabelecendo as medidas regulamentares pertinentes.

Informações sobre as competências dos Órgãos deliberativos e executivos da Ufopa encontram-se em seu Regimento Interno.

(<http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2018/e4d6e576edc82426972a5462d2e2fd4.pdf>)

c) apoio a gestão

Audin - Auditoria Interna

Unidade técnica de controle que tem como finalidade assessorar, examinar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão.

(<http://www2.ufopa.edu.br/ufopa/arquivo/portarias/2016/ResolucaoAuditoriaRegimentoInterna.pdf>)

CPA - Comissão Própria de Avaliação

Responsável em realizar a autoavaliação institucional.

(<http://www.ufopa.edu.br/cpa/arquivos/portarias/regimento>)

CGO - Comitê Gestor de Obras

Comitê responsável pelo planejamento, implantação e gestão das obras na Ufopa.

(<http://www2.ufopa.edu.br/ufopa/arquivo/consun/resolucao-no-257.18-consun-regimento-da-cgo>).

CGD - Comitê de Governança Digital

Comitê responsável em avaliar e deliberar sobre o Plano Diretor de Tecnologia, Informação e Comunicação (PDTIC).

(<http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2018/c595b0fc9da7f6823ba67f04cb7c1b03.pdf>) - boletim de serviço 103 pág. 14, portaria nº 556/2018-GR-Ufopa.

Principais Canais de Comunicação com a Sociedade

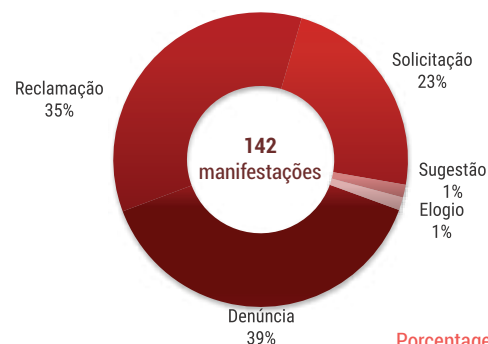
Ouvidoria

A Ouvidoria foi criada como órgão de assessoramento ligado à Reitoria, por meio da Portaria nº 286, de 6 de março de 2013, publicada no Boletim de Serviço da Ufopa nº 38, Ano IV, de 4 de abril de 2013. Por meio dela é possível expressar opiniões, fazer reclamações, apresentar denúncias e sugerir melhorias referentes a todos os processos da Ufopa e, assim, participar de forma efetiva da gestão pública.

● Resultado da Ouvidoria

A Ouvidoria organizou suas ações no seu plano de trabalho anual onde estão suas metas a serem alcançadas (<http://www.ufopa.edu.br/ouvidoria/plano-de-trabalho>). Em 2018, a Ouvidoria registrou 142 manifestações de usuários.

Porcentagem do tipo de manifestações recebidas pela Ouvidoria



Os principais assuntos das manifestações foram: conduta de servidor; possíveis irregularidades em editais de processos seletivos internos e; irregularidades nas concessões de auxílio estudantil.



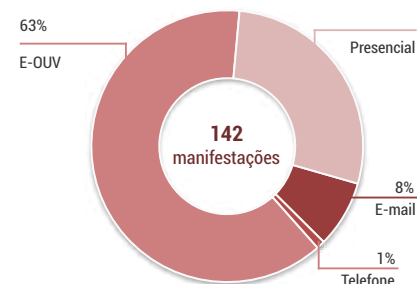
Ouvidoria

99,3%
das manifestações
respondidas

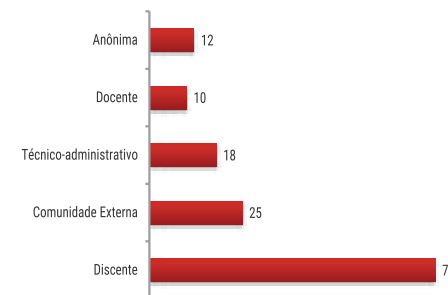
Porcentagem de manifestações por categoria de assunto



Meios de acesso a Ouvidoria



Manifestações por grupo de usuários



O principal fator que prejudicou o desempenho da Ouvidoria frente a seus objetivos foi o não cumprimento do prazo legal para responder o cidadão que registrou seu manifesto num de nossos canais. O encaminhamento das manifestações aos gestores é realizado através de memorando eletrônico e conforme a natureza da demanda poderá haver abertura de processo administrativo encaminhado por meio do Protocolo. O controle interno é realizado pelo sistema e-OUV, com alertas de prazos para resposta ao cidadão. Também é realizado o controle interno por meio de planilhas com prazos para as respostas das unidades.

● Canais de acesso a Ouvidoria



E-mail: ouvidoria@ufopa.edu.br



(93) 2101-6787



Av. Mendonça Furtado, 2946 sala 115, Unidade Amazônia, Campus de Santarém

e-OUV www.ufopa.edu.br/ouvidoria/e-ouv

SIC

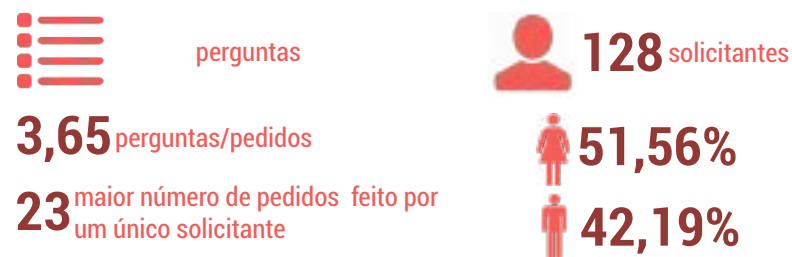
O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da Ufopa, instituído pela lei 12.527/2011, cumpre o papel de disponibilizar informações para fins de controle social. O SIC representa um dos pilares do direito constitucional administrativo brasileiro, qual seja a publicidade dos atos da administração para a comunidade, nos moldes do art. 37, da Magna Carta Brasileira.

Para definir quais informações devem ser disponibilizadas de forma ativa e proativa o SIC utiliza a legislação, dados de informações pela sociedade através do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC) e o guia para publicação proativa de informações nos sítios eletrônicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

O SIC almejando contribuir com a o alcance da visão da Ufopa, trabalhou no sentido de ombrear-se com as outras IES do Brasil nas respostas às solicitações do e-SIC equiparando-se as Universidades do Norte em eficiência.



Dos pedidos registrados pelo SIC em 2018 gerou os seguintes dados:

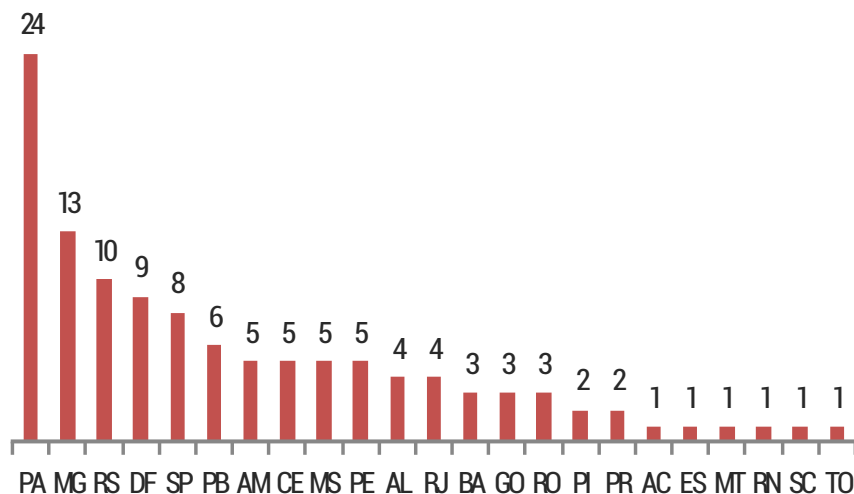


Os pedidos de solicitações de informações correram por diversos assuntos, porém a categoria mais demanda foi **Governo e Política - Administração pública**.

Temas das solicitações (Top 10)

Categoria e assunto	% de Pedidos
Governo e Política - Administração pública	65,03%
Educação - Educação superior	13,11%
Governo e Política - Fiscalização do estado	3,83%
Educação - Profissionais da educação	2,73%
Governo e Política - Governo eletrônico	1,64%
Educação - Sistema educacional - Avaliação	1,09%
Educação - Assistência ao estudante	1,09%
Educação - Métodos e meios de ensino e aprendizagem	1,09%
Governo e Política - Organização do estado	1,09%
Educação - Parâmetros e diretrizes curriculares nacionais	0,55%

Localização dos solicitantes



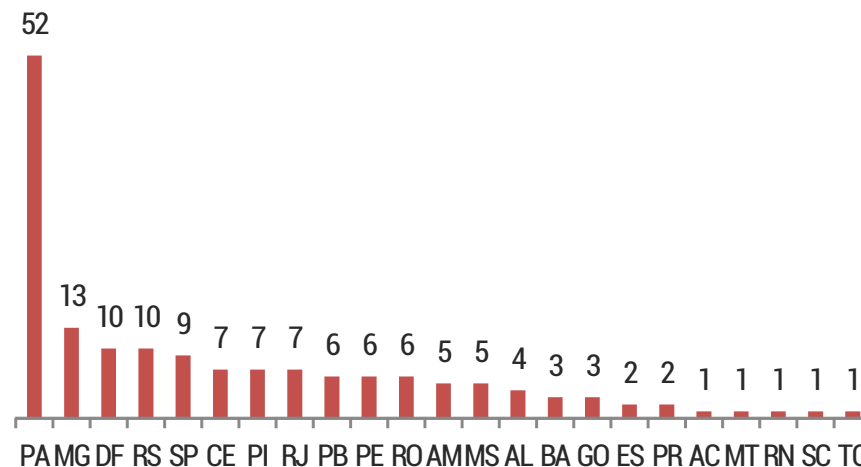
11 solicitantes não informaram sua localização

O principal objetivo do SIC é a atendimento das demandas do e-SIC no prazo razoável, almejando sempre a transparência ativa e a publicidade das informações da Universidade. A principal dificuldades encontrada pelo setor é a captação das informações necessárias para o atendimento das demandas, isso ocorre por não ter acesso aos sistemas disponíveis na Ufopa e forma de solução encontrada é demandar os setores por meio de e-mail institucional encaminhando a solicitação recebida pelo e-SIC, porém alguns setores demoram a responder a solicitação, o que gera atraso no atendimento.

14 Prorrogações de pedidos

7,65% dos pedidos

Números de pedidos feitos por estado



Principais Relatórios divulgados

Relatório de Gestão

<http://www.ufopa.edu.br/proplan/prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-da-ufopa>

Anuário Estatístico

<http://www.ufopa.edu.br/proplan/estatistica/anuario-estatistico/>

Relatório da Ouvidoria

<http://www.ufopa.edu.br/ouvidoria/publicacoes>

Relatório SIC

https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/relatorios_estatisticos.html

Comunicação

A Coordenação de Comunicação tem como objetivo aprimorar a comunicação institucional, fortalecendo estratégias, ações e canais de comunicação para divulgar informações da Universidade para os públicos interno e externo.

●○Resultado da área de Jornalismo e Divulgação Científica

Os serviços de divulgação desenvolvidos para o público interno (servidores e alunos) e externo (atendimento a imprensa) se deu por meio do envio de boletins informativos semanais e e-mails com informações diversas.

●○Resultado da área de Marketing Institucional

Os produtos de comunicação desenvolvidos nessa área, foram baseados no interesse coletivo e nos valores organizacionais da Universidade. Para atingir o planejamento proposto, as produções desenvolvidas não só informavam ou divulgavam eventos, mas que intensificavam o valor da responsabilidade social da instituição, contribuindo, dessa maneira, com o fortalecimento de uma imagem positiva da Ufopa diante de seus públicos.

Público Interno

Envio de Boletins



34 para alunos
34 para servidores

Envio de e-mails



151 para servidores e alunos

Público Externo

Envio de Boletins



35 para a imprensa

Atendimentos a imprensa



242 atendimentos

Programas produzidos



21 programas de rádios

Áudio release enviados as rádios



20 gravações de entrevistas

Divulgações no site www.ufopa.edu.br

Notícias publicadas



853 notícias

Eventos cadastrados



147 eventos

Relatórios publicados



473 relatórios

Serviços de divulgação



886 serviços de divulgação

6 Campanhas publicitárias

- PSR/PSQ/PSEI 2018 unificado – “Um mundo de possibilidades”
- CTIC – “Torne sua Rotina de Trabalho mais fácil, ágil e consciente”
- Ufopa 9 anos – “A certeza de uma universidade integrada”
- Comissão Permanente de Avaliação (CPA) – “O que você deseja melhorar na Universidade?”
- PDTIC – “Plano Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicação”
- Processos Seletivos Especiais Indígena e Quilombola 2019

5 Peças publicitárias

- Dia da mulher
- Dia da Amazônia
- Dia da Diversidade
- Dia do professor
- Dia do servidor

5 Identidades

- Balanço institucional
- PDI Ufopa
- Padronização das assinaturas da Ufopa
- Processos Seletivos Regulares e Especiais e Aniversário da Ufopa
- Relatório de gestão 2014-2018, desenvolvido de janeiro a abril

2 Logomarcas

- Espaços Transversais (projeto de extensão)
- Ciranda Pedagógica

Rede Social

- 2 postagens ao dia
- assuntos de maior alcance: pós-graduação, processo seletivo regular, bolsas para estudantes

Mural Eletrônico

- divulga informações institucionais
- o conteúdo disponibilizado no mural é mais destinado aos alunos

Notícias publicadas

- Notícias publicadas por tag no site
- 259 + Ufopa
 - 116 Cultura e Extensão
 - 53 Editais e Concursos
 - 18 Eleições
 - 268 Ensino e Educação
 - 17 Multicampi
 - 32 Pesquisa e Inovação
 - 90 Processo Seletivo

A área de marketing institucional mantém atualizada as redes sociais da Ufopa, uma página no Facebook (**Ufopa Comunica**), uma no Twitter (**@Ufopa**) e um canal no YouTube (**Comunicação Ufopa**).

Ufopa Comunica



público majoritariamente de mulheres



os lugares de maior acesso são Santarém, Belém, Manaus e Oeste do Pará



324 publicações



22 mil seguidores

Todo o conteúdo produzido é estrategicamente pensado para enfatizar assuntos com maior impacto aos seguidores

@Ufopa



público majoritariamente de homens



3 mil seguidores



as publicações estão direcionada a parceiros institucionais e imprensa jornalística

Resultado da Gestão

Capítulo

03



Resultado dos Principais Objetivos Estratégicos

Visando o alcance dos objetivos traçados no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) a Ufopa executou suas atividades almejando resultados nos eixos do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

Resultado do Ensino de Graduação

a) Ensino de Graduação

Na Ufopa a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen) é responsável pela proposição, coordenação, avaliação e alteração das políticas de ensino de graduação, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional e na legislação vigente, em cooperação com as unidades acadêmicas e administrativas da Ufopa.



3 processos seletivos **1511** vagas novas ofertadas **1499** ingressantes **99,2%** taxa de ocupação de vagas

1325 vagas PSR
93 vagas PSEQ
93 vagas PSEI

1311 Ing. 2018.1
188 Ing. 2018.2

5.149 matriculados em 2018.1 **186** formados em 2018.1

4.932 matriculados em 2018.2 **279** formados em 2018.2

49 cursos ativos **6** unidades acadêmicas

Resultado do Indicador Estratégico

31% taxa de sucesso na graduação

Resultado do Ensino de Pós-Graduação e da Pesquisa

Na Ufopa a Proppit é a unidade administrativa que atua na promoção da pesquisa, pós-graduação e inovação. Visando contribuir com a Missão institucional, a Proppit trabalhou no sentido de gerar valor aos objetivos estratégicos por meio de abertura de editais para incentivos a pesquisa como os do Pibic, do Pibiti; apoio a eventos; apoio a publicação em periódicos, tradução de artigos para a comunidade acadêmica de docentes e discentes (graduação e pós-graduação). Na pós-graduação, a Proppit promoveu o ingresso de novos alunos em cursos, além de promover a internacionalização dos cursos de pós-graduação com o ingresso de alunos do grupo Coimbra da Organização dos Estados Americanos (OEA/GCUB), novas propostas de cursos aprovados consolidando a educação superior.

Principais Resultados da Proppit

Como resultado de todas as ações realizadas no ano de 2018 foi perceptível a melhoria no uso do recurso financeiro público, isso se deve ao fato da maior aproximação com todos os cursos de pós-graduação da Ufopa, porém é necessário o estímulo e monitoramento quanto ao planejamento orçamentários dos cursos de pós-graduação e maior investimento integrado entre pesquisa, pós-graduação e inovação para aprimorar atividades conjuntas entre graduação e pós-graduação.

Execução orçamentária dos principais programas, projetos e ações

O orçamento administrado pela Proppit foi em torno de **R\$ 2.760.000,00** (dois milhões, setecentos e sessenta mil reais), entre recursos Ufopa, PNAES, Fapespa e Proap/Capes.



Cursos

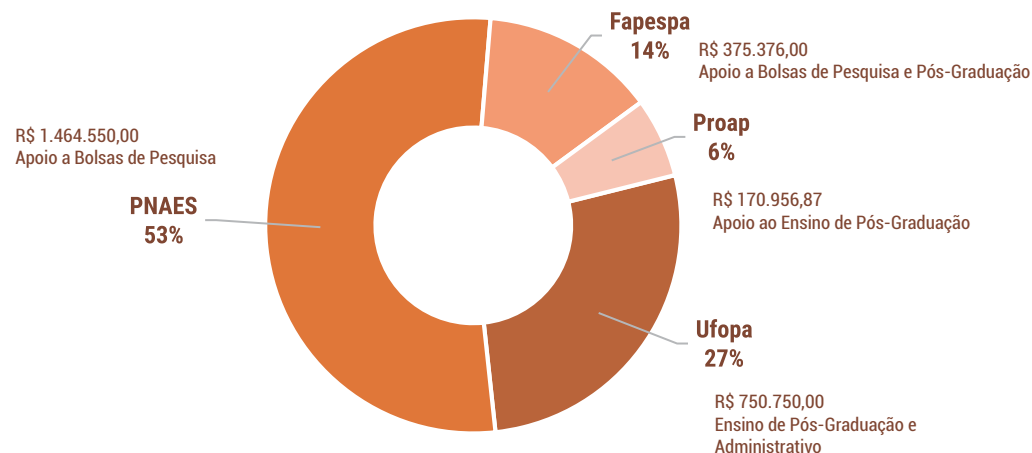
14 cursos stricto sensu
7 mestrados acadêmicos
4 mestrados profissionais
3 doutorados
450 alunos stricto sensu
4 alunos OEA/GCUB
115 alunos defendidos



Pesquisa

506 projetos de pesquisa
14 Pibiti
385 Pibic
129 PROTCC
189 apoio a eventos
4 apoio a publicação em periódico
8 apoio a tradução de periódico
16 produção de discentes qualificadas

Orçamento Proppit 2018



Demonstrativo do recurso financeiro dos principais projetos e programas executados pela Proppit em 2018.

Programas/Projetos	Orçamento	Executado
PPGRNA	R\$ 44.309,50	R\$ 25.441,37
PPGBIO	R\$ 69.962,37	R\$ 22.588,13
Bionorte	R\$ 39.645,34	R\$ 21.227,54
PPGSND	R\$ 82.777,80	R\$ 72.697,14
Proap	R\$ 170.956,87	R\$ 96.501,65
Bolsa Fapespa	R\$ 39.600,00	R\$ 37.400,00
Pibic Fapespa	R\$ 634.400,00	R\$ 633.200,00
Pibic Ufopa	R\$ 660.000,00	R\$ 634.400,00
PQD	R\$ 55.500,00	R\$ 55.500,00
PROTCC	R\$ 750.000,00	R\$ 645.000,00
Participação de eventos	R\$ 289.555,00	R\$ 289.555,00

Do montante recebido, foram executados R\$ 2.596.999,53 (dois milhões, quinhentos e noventa e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e três centavos).

Resumo da execução orçamentária 2018 Proppit

Natureza da despesa	Orçamento 	Executado 
 Auxílio a discentes	R\$ 2.539.975,98	R\$ 2.431.840,23
 Diárias	R\$ 103.834,84	R\$ 66.892,55
 Passagens	R\$ 51.062,04	R\$ 50.770,53
 Auxílio a pesquisadores	R\$ 33.000,00	R\$ 20.807,91
 Pessoa jurídica	R\$ 19.740,27	R\$ 19.387,95
 Material de consumo	R\$ 6.711,63	R\$ 3.285,90
 Restituições	R\$ 3.000,00	R\$ 1.339,96
 Pessoa física	R\$ 2.674,50	R\$ 2.674,50

O valor executado de **R\$ 2.596.999,53** corresponde a **94,1%** do uso do recurso.

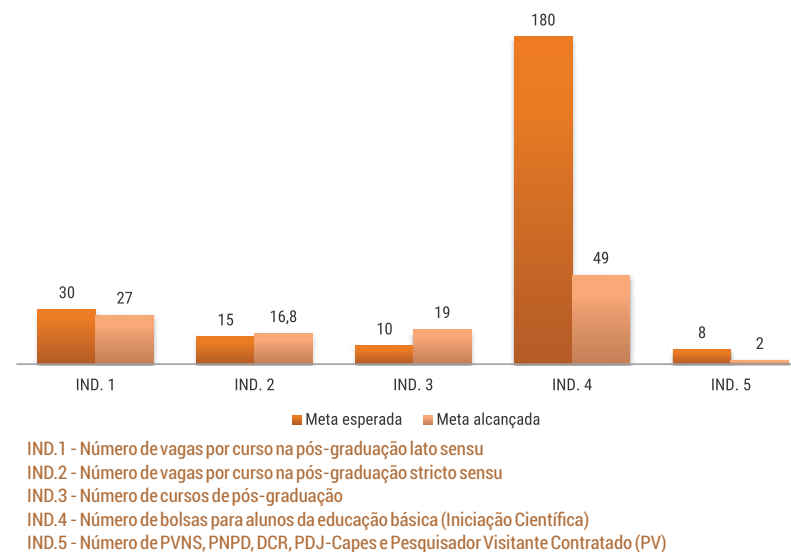
Recurso Proap/Capes recebido e executado pela Proppit nos anos de 2017 e 2018.



Com relação ao recurso para a pós-graduação (Proap/Capes), ao compararmos os exercícios 2017 e 2018, percebe-se que no exercício anterior **68,96%** dos recursos foram estornados e no exercício **2018 será estornado apenas 43,55%**, portanto é identificado uma melhora na execução do recurso financeiro, devido a maior aproximação da Proppit com os programas de pós-graduação *Stricto Sensu*.

Em comparação com a execução orçamentária do exercício 2017, a Proppit apresentou uma melhoria significativa na execução dos recursos financeiros no exercício 2018. Esse resultado foi obtido pela maior transparência dos gastos com os programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e ações estratégicas para investimento em auxílios estudantis e melhoria da produtividade acadêmica. Entretanto, precisa-se otimizar os recursos, monitorar e analisar a execução das naturezas de despesas por meio da melhoria do planejamento orçamentário dos cursos de pós-graduação para que seja realmente possível a execução de todo o recurso.

Resultados dos indicadores relacionados a Proppit no PDI



Ao longo do exercício de 2018 surgiram fatores que dificultaram as atividades da Proppit, prejudicando assim o alcance dos objetivos estratégicos e suas metas. Esses fatores são: limitado número de servidores para a execução de todos os programas previstos que impactam na execução orçamentária; dificuldade na programação dos editais; dificuldade na construção e implantação de novas políticas

para trabalhos em redes de pesquisa integradas entre pesquisadores, a fim de promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; número limitado de bolsas de estudos para ensino médio, graduação e pós-graduação e; limitação de utilização das naturezas de despesa pela Ufopa do recurso Proap/Capes.

Os desafios e ações futuras são de unificar e integrar editais de auxílio a pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica otimizando o uso dos recursos; relatórios periódicos do uso do recurso e de gastos mais detalhados dos programas de pós-graduação e; conhecer e discutir mecanismos junto a Proad/Ufopa para melhor execução do recurso Proap/Capes.

Resultado da Extensão

A Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (Procce) é a unidade administrativa que tem o objetivo de planejar, executar, coordenar e avaliar, de forma integrada, as ações de Cultura e Extensão, propiciando a integração do Ensino, Pesquisa e Extensão na Ufopa.

Em 2018, a Procce criou e divulgou pela primeira vez um informativo, em formato digital, com os principais serviços oferecidos pela Pró-Reitoria e como acessá-los, seu site é um importante canal para a comunidade acadêmica e externa e iniciou três frentes de trabalho junto a projetos estratégicos para difusão da extensão universitária, sendo eles: Navio Hospital Abaré, Núcleo Tecnológico de Hortifruticultura do Tapajós (NTH) e instalação de uma fábrica de ração.

● Principais resultados da Procce - Cultura

Em consonância com a Política de Cultura da Ufopa, a Procce têm realizado diversas ações no intuito de contribuir para o exercício dos direitos culturais e incentivar a valorização e a difusão das manifestações artístico-culturais. Destaca-se o site institucional da Procce, canal por onde são divulgadas as ações de culturas, e o estúdio de áudio e vídeo, responsável pela produção de vídeos, realização de oficinas e palestras formativas para o setor de audiovisual.

As atividades culturais realizadas têm sido uma estratégia importante para Missão institucional, pois, contribui para a cidadania e o desenvolvimento da Amazônia. Do total de 12 atividades realizadas, **66,6% dos projetos, ações e eventos têm como foco a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento do potencial regional**, além de 100% deles promoverem maior interação com a sociedade.

Principais resultados de projetos, eventos e ações culturais

	Eventos	4 eventos culturais 8 grupos de danças 10 músicos convidados	2 esquetes teatrais 10 músicos convidados 3000 público atingidos
	Projetos	4 projetos culturais 2 cursos de danças 10 sessões cine	7 apresentações do Coral da Ufopa 434 público atingidos
	Ações	5 ações culturais 2 exposições 1 excursão a museus	8 oficinas 323 público atingidos

Todas as ações oferecidas são gratuitas, democratizando o acesso à cultura, além de incentivar a livre criação durante as exposições ou apresentações artísticas e também proporcionar o debate crítico e o contato com diversas manifestações artístico-culturais através de filmes, palestras ou excursões.

Produção audiovisual realizada pela Procce

		12 vídeos produzidos 48 peças gráficas 3h conteúdo publicado	20 empréstimo de equipamentos 7136 visualizações
		2 mostra de filmes 6 oficinas 214 pessoas alcançadas	1 encontro regional com profissionais da área audiovisual

Destaca-se a característica essencial, do Estúdio Encontro das Águas, que é difundir o conhecimento por meio dos projetos da Ufopa. Foram produzidos vídeos para o Processo Seletivo Regular e Especial, Curso de Arqueologia, Curso de Farmácia, Formação Básica Indígena, Corrida da Ufopa, IV Seminário de Educação Infantil, campanha para redução de custos, transmissões das reuniões dos conselhos superiores, Laboratório de Aplicações Matemáticas, Aula Magna.

Principais resultados dos Editais lançados pela Diretoria de Cultura em 2018

Bolsas Culturais		Edital 001/2018	
R\$ 400	4 bolsistas	R\$ 85.000,00	R\$ 400
valor da bolsa	3 projetos	recurso previsto	16 alunos c/ auxílios
R\$ 16.800,00	R\$ 14.400,00	R\$ 62.200,00	R\$ 900,00
recurso previsto	recurso utilizado	recurso utilizado	62 alunos c/auxílios



Para alcançar os objetivos institucionais, a Procce realizou abertura de editais de auxílio e bolsa cultura e apoiou os projetos cuja finalidade é incentivar a produção cultural. Com isso, gerou valor não só a Missão institucional, mas também a expansão das atividades extensão relacionadas a área de cultura na Ufopa.

● Principais resultados da Procce - Extensão

As ações de extensão são organizadas em programas, projetos, cursos, oficinas, trabalhos de campo, eventos, publicação e outros produtos acadêmicos, conforme definido na Resolução nº 108, de 08 de abril de 2015, a qual estabelece a Política Institucional de Extensão Universitária da Ufopa. Em 2018 foram registrados:

141 programas e projetos

Modalidades: minicursos, oficinas, workshops, seminários e palestras.

222 ações de extensão

126 ações cadastrados na CPP e 96 ações cadastradas de forma isolada.

Principais resultados do IV Salão de Extensão da Ufopa



Apresentação
42 Pôster
27 Mostra Interativa
9 Exposições



Público
±300 visitantes



12 projetos de extensão expostos em stands
Apresentações culturais

O IV Salão de Extensão teve o intuito de agregar e socializar conhecimentos para a comunidade acadêmica e externa por meio da divulgação das diversas atividades extensionistas realizadas pela Ufopa e outras instituições da região. O Salão de Extensão contribui diretamente com a Missão da instituição.

Resultado dos programas e projetos de Extensão realizados em 2018



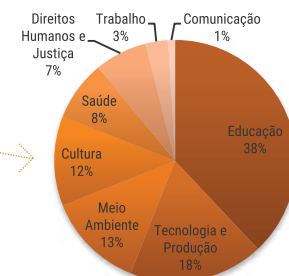
R\$ 176.000,00
fomento a projetos



126 ações apoiadas
171 estudantes bolsistas
48 colaboradores externos
141 projetos



278 docentes envolvidos
49 técnicos envolvidos
130 alunos voluntários
48 colaboradores externos
±3.000 público atendido



% Programas e projetos por área

No exercício de 2018 houve um aumento no número de projetos cadastrados na Procce com relação ao exercício anterior, isso ocorreu devido o início das atividades nos Campi fora da sede.

Programa Institucional de Bolsas de Extensão - Pibex trata da concessão de bolsas de extensão universitária, auxílio financeiro destinado a discentes da graduação para o desenvolvimento de um plano de trabalho vinculado a um Programa ou Projeto de Extensão, devidamente cadastrado na Procce, dirigido e acompanhado por um docente da Ufopa, no efetivo exercício de suas funções. Visa estimular a execução de projetos de produção, disponibilização, sistematização e divulgação de conhecimentos científicos e/ou tecnológicos que tenham como princípio norteador o ensino, a pesquisa e a extensão, associado à inserção social.

Programa Institucional de Bolsas de Extensão - Pibex



70 bolsas ofertadas
37 programas/projetos
48 docentes orientadores
100 bolsistas
1 avaliação social



R\$ 233.919,82
Valor pago em bolsas



70 bolsas ofertadas
54 programas/projetos
70 docentes orientadores
71 bolsistas
4 avaliações sociais



R\$ 82.879,73
Valor pago em bolsas

A Procce lançou outros Editais de extensão em 2018: • 2 Editais de auxílio a estudantes para participação em eventos e; • 2 Editais para apoiar a realização das ações de extensão.

Resultado dos Editais lançados em 2018 para auxílio a estudantes e apoio as atividades de extensão

Edital Procce nº 005/2018
- Transporte institucional

16 ações de
extensão atendidas

R\$ 7.636,52 em
combustível



Edital Procce nº 003/2018
- participação no 8º Cbeu

25 estudantes
beneficiados

R\$ 32.500,00 em
auxílios estudantis



Edital Procce nº 004/2018
- participação em eventos

10 estudantes
beneficiados

R\$ 15.250,00 em
auxílios estudantis



Edital Procce nº 009/2018
- Fomento à extensão

62 planos de trabalhos
beneficiados

R\$ 176.000,00 em
auxílios



Os Editais para apoiar a realização das ações de extensão foi por meio de transporte institucional e de fomento para aquisição de materiais de consumo e serviço terceiros. Esse Edital foi direcionado especificamente para apoio a 88 planos de trabalho submetidos ao Pibex em 2018, incluindo os não contemplados com bolsa, mas somente 62 planos de trabalho foram inscritos, e todos aprovados. O auxílio foi pago ainda em 2018, para execução até 30 de setembro de 2019, seguindo a vigência dos planos e trabalho.

Cursos e Eventos de Extensão

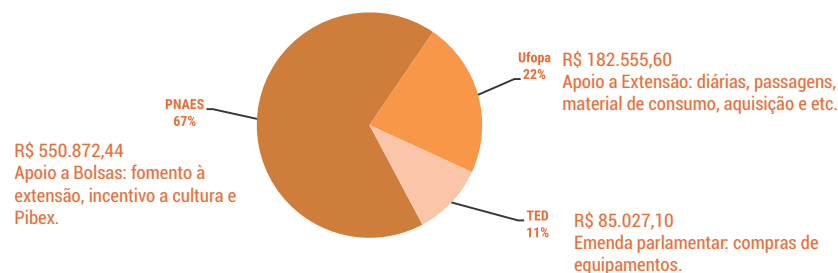
7 cursos
11 palestras
6 ciclos de debates
7 semanas acadêmicas

13 minicursos
13 seminários
12 oficinas
22 eventos de diversas modalidades

96 cursos e eventos cadastrados e apoiados
6.237 pessoas atendidas
±4.000 certificados emitidos

● Execução orçamentária

A execução do orçamento da Procce ficou subdividida em algumas fontes de recurso. A Procce concentrou recursos descentralizados pela Ufopa, recurso do Pnaes e recurso proveniente da emenda parlamentar. Seguem abaixo os valores executados.



Demonstrativo do recurso financeiro da Procce em 2018

Ação	Orçamento	Executado
Bolsa Fomento à Extensão	R\$ 176.000,00	R\$ 175.999,40
Bolsa Incentivo à Cultura	R\$ 85.000,00	R\$ 61.300,00
Bolsa Pibex	R\$ 336.000,00	R\$ 313.573,04
Apoio Administrativo	R\$ 59.888,00	R\$ 46.762,00
Plano de Incentivo à Cultura	R\$ 69.142,49	R\$ 54.465,32
Fomento à Extensão	R\$ 86.542,77	R\$ 81.328,28
Pregão 27/2018 Abaré	R\$ 23.255,15	R\$ 0
Pregão 25/2018 Procce	R\$ 61.771,95	R\$ 0

No que se refere às ações planejadas e o orçamento disponibilizado para a Procce, o exercício 2018 finaliza de modo geral positivo, pois foi possível executar as ações de extensão e cultura dentro do orçamento. Destaca-se os resultados dos projetos:

Navio Hospital Abaré:

- Número de viagens em 2018: **6**
- Média de duração: **10 dias**
- Finalidade: **atendimento as famílias de ribeirinhos e de indígenas**
- Público atendido: **15.000 pessoas**
- Serviços oferecidos: **consultas médicas, exames laboratoriais, serviços odontológicos, educação em saúde.**

Projeto NTH:

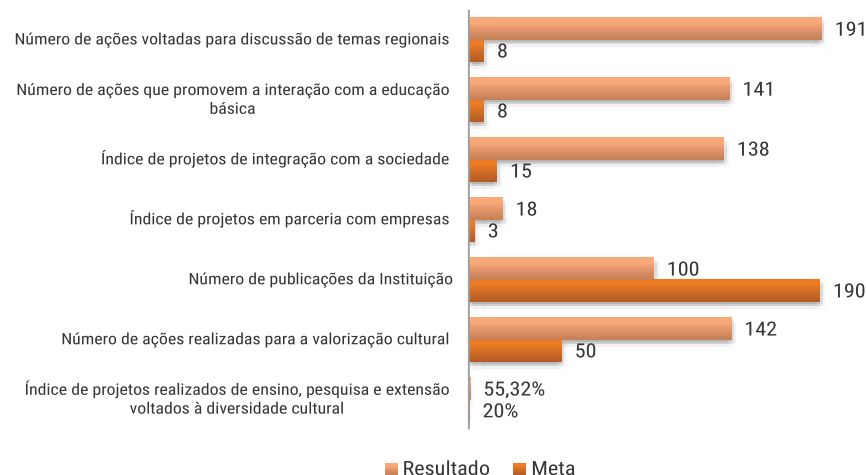
Os principais avanços ocorreram na infraestrutura da fábrica de produção de polpas de frutas, onde a subestação elétrica foi concluída e os projetos para licitação das obras remanescentes encontram-se em sua fase final de conclusão. Outro ponto importante foi a cessão de uso das duas câmaras frigoríficas para as cooperativas de produtores rurais, **possibilitando assim a estocagem de até 50 toneladas de polpas, beneficiando mais de 200 famílias de produtores rurais.**

●○Resultados dos indicadores relacionados a Procce no PDI

A Procce obteve resultado não satisfatório apenas em um indicador, nos demais conseguiu superar as metas estabelecidas no PDI. Esse resultado é proveniente das ações realizadas na Pró-Reitorias sempre com o objetivo de promover a extensão universitária.

Os desafios para o próximo exercício são a expansão das ações de extensão e cultura; melhorar a execução orçamentária; captar recursos externos e; implantar o módulo de extensão do SIG.

Indicadores relacionados a Procce



Resultado das Unidades Acadêmicas da Ufopa

Além da Proen, Procce e Proppit, as Unidades Acadêmicas da Ufopa são os setores fins da Universidade, elas propiciam o Ensino, a Pesquisa e a Extensão para os discentes, pois são elas que oferecem os cursos de graduação e pós-graduação. Vinculados aos Institutos da Ufopa no PDI está a Taxa de Sucesso da Graduação por Unidade Acadêmica, assim será demonstrado a seguir os principais resultados dessas Unidades.

●○Resultados do Centro de Formação Interdisciplinar (CFI)

Para contribuir com os objetivos estratégicos da Ufopa o CFI desenvolveu diversas atividades em atendimento às demandas institucionais contribuindo com a formação acadêmica compondo a articulação de saberes e práticas interdisciplinares atendendo a comunidade acadêmica, cujos principais resultados são apresentados a seguir:

Principais atividades acadêmicas desenvolvidas no ensino de graduação

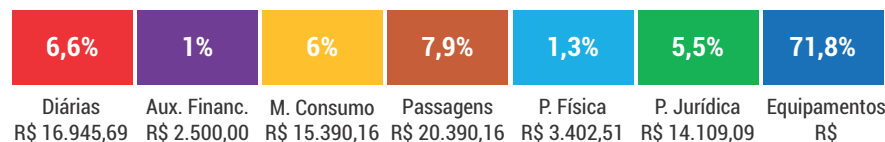


O CFI manteve em 2018 o Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes de Estudos Interdisciplinares/Comunidades do Campo, teve duas grandes frentes de atividades: semana do meio ambiente na escola Waldemar Maués, Belterra, PA, com um conjunto de 12 atividades (educação ambiental, susceptibilidade erosiva de solos, importância da energia fotovoltaica, segurança alimentar, produção de hortas urbanas e nas escolas, infecções de transmissão sexual, fantoches, etc.) e; o PET na Comunidade, que em 2018 foi realizado na comunidade Santana do Itaquí com a participação de alunos e professores da Ufopa, UEPA e da escola da comunidade.

Principais atividades acadêmicas desenvolvidas no ensino de pós-graduação



Com relação ao planejamento orçamentário, o CFI tinha uma dotação inicial de R\$ 257.737,61, porém houve um corte de R\$ 183.866,50 para ajustes no orçamento da Ufopa, em contrapartida a Administração Superior propôs a reposição do recurso por meio de Emenda Parlamentar no valor de R\$ 140.124,35. Assim, o planejamento orçamentário antes do corte era:



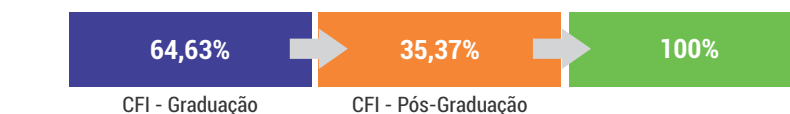
Principais atividades acadêmicas desenvolvidas no ensino de pós-graduação



Execução Orçamentária



Distribuição de despesas



A execução das ações orçamentárias foram afetadas pela falta de contratos disponíveis de serviços voltados ao ensino, pesquisa e extensão, como o de serviço de tradução, que não houve renovação, pela ausência de fornecedor de passagens foi anulado o empenho de diárias e passagens. A aquisição de equipamentos, recurso da emenda, está em andamento. o CFI conseguiu a liberação equipamentos de TI no valor de R\$ 61.401,50, junto ao CTIC e Almoxarifado Central da Ufopa.

As perspectivas para os próximos exercícios são: o fortalecimento do papel institucional do CFI, bem como sua definição de perfil no PDI, ampliação do quadro de servidores, participação nos principais fóruns de decisão da Ufopa.

● Resultados do Instituto de Biodiversidade e Florestas (Ibef)

Materializando o Projeto Pedagógico Institucional da Ufopa, o Ibef compreende um dos seis institutos temáticos da Universidade, disponibilizando os cursos de graduação em Agronomia, Biotecnologia, Ciências Agrárias, Engenharia Florestal e Zootecnia, cursos esses, diretamente relacionados com as necessidades da região, a realidade do contexto amazônico, logo, alinhados ao objetivo estratégico de *"formar cidadãos capazes de transformar a realidade social da região amazônica"*, possibilitando a formação de cidadãos que possam atuar diretamente na expansão e desenvolvimento das vocações da sociedade regional e, consequentemente, impulsionando o crescimento sustentável da região amazônica.

Resultados do Exercício



O orçamento do Ibef foi distribuído principalmente com despesas de material de consumo, diárias e passagens, auxílio financeiro estudantil, aulas práticas, editais de PROTCC e, em menor escala, com eventos institucionais.

	Orçamento 	Executado 
Material de consumo	R\$ 67.185,17	R\$ 42.384,61
Diárias e Passagens	R\$ 41.232,88	R\$ 41.232,88
Projetos e ações	R\$ 88.226,32	R\$ 87.979,70
Equipamentos	R\$ 71.195,01	R\$ 57.937,66
Aulas de Campo	R\$ 24.673,80	R\$ 24.673,80

As dificuldades encontradas para a execução do orçamento do Ibef em sua totalidade, ocorreram externa ao instituto, como o processo (fluxo) de licitação que envolve atores de diversos setores. Situação como essa, impacta diretamente no serviço ofertado à comunidade, pois, implicam no comprometimento da qualidade e

do bom andamento de aulas e projetos.

O Ibef em 2018, não conseguiu realizar todo seu planejamento, pois, em virtude de haver ARPs de aquisição de equipamentos ainda em vigência, com respectivos processos de entrega/pagamento em andamento, bem como empresas licitantes com impedimentos legais para o fornecimento de materiais de pregões em vigência, além de algumas aulas práticas que não ocorreram devido a cronograma disponibilizado pelas empresas a serem visitadas coincidir com o início do período chuvoso na região.

A execução orçamentária 87%



A Taxa de Sucesso na Graduação foi de 43,2% em 2018, a meta era de 50%.

Para contribuir com a Missão institucional, o ibef trabalhou na geração de valor por meio da interação com a coletividade, ofertando ações em parceria com a sociedade: 1) Ofertando vagas em seus cursos de graduação; 2) aprovando projetos; 3) realizando e participando de eventos acadêmicos; 4) prestando serviço por meio de Empresa Junior e; 5) Fazendo parcerias.

Os projetos aprovados em 2018, possuem a finalidade voltada para a interação com a educação básica e a colaboração com a sociedade civil realizando o compartilhamento do conhecimento e contribuindo para formação de professores.

Seus 45 projetos de pesquisa aprovados em 2018 que investigam um problema por meio de metodologia científica estão ligados ao objetivo estratégico *Potencializar a vocação regional*. Já os 17 projetos de extensão, tem a finalidade de estabelecer um relacionamento entre a Ufopa e comunidade, visando o objetivo estratégico *"Promover maior interação com empresas e comunidades"*.

O Ibef por meio dos projetos contribuiu para arborização das praças da cidade de Santarém-PA, utilizando-se de espécies nativas e promovendo capacitação a equipe da Semma. O projeto Inovação a favor da sustentabilidade do empreendedorismo rural desenvolvido pela Ufopa em parceria com o IFPA, Prefeitura Municipal de Santarém, Emater, Cargill e produtores rurais, possibilitou o prêmio *"Prefeito Empreendedor"*.

Resultados do Instituto de Ciências da Educação (Iced)

O Iced é a unidade acadêmica cujo objetivo principal se configura em torno de fortalecer a formação de professores na região Oeste do Pará, entregando à sociedade profissionais capacitados e comprometidos com o ensino. Corroborando com o PDI, o Iced desenvolve anualmente seu plano interno, com vistas a otimizar as rotinas administrativas, debater temas de interesse da comunidade, além de promover um espaço de escuta que contribui com a valorização do servidor, fortalecendo o desenvolvimento institucional das pessoas – objetivos estratégicos da Universidade.

Planejamento 2018 Iced

- | | |
|---|---|
| <p>1 Em andamento
Manutenção do piso tátil;
Edital acadêmico voluntário;
Acompanhamento de egressos.</p> | <p>2 Médio prazo
Ampliação do acervo sobre temática indígena;
Aumentar a carga horária dos cursos de Português e Matemática da Formação Básica Indígena;
Propor cursos de capacitação para os discentes.</p> |
| <p>3 Curto prazo
Estacionamento prioritário;
Ampliar as discussões sobre tem Interdisciplinaridade;
Melhorar a relação com a comunidade externa.</p> | <p>4 Longo prazo
Criar Escola Laboratório;
Elaborar o planejamento estratégico do Iced;
Expandir a infraestrutura.</p> |

Principais resultados do exercício

 Graduação 13 cursos 330 vagas ofertadas 334 alunos ingressantes 1.696 alunos matriculados 92 alunos formados	 Pós-Graduação 6 curso 125 vagas ofertadas 66 ingressantes 209 matriculados 48 defesas	Projetos 71 projetos de pesquisa 24 projetos de extensão
 165 servidores		

A Taxa de Sucesso na Graduação foi de **27,5%** em 2018, a meta era de 50%.

Para melhorar o acompanhamento das ações e informações dos projetos de pesquisa e extensão, o Iced pretende criar a Coordenação Técnica de Projetos. Em

2018 foi criado a Secretaria de Pós-Graduação para dar apoio as atividades dos Cursos Stricto Sensu. Vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação, o Iced possui a Revista Exitus, que tem como objetivo incentivar o debate e propiciar a divulgação da produção científica, como veículo de diálogo permanente entre os profissionais da Educação.

Autores por Região 48 publicações em 2018

Sudeste 21	Norte 36	C. oeste 11	Nordeste 18	Sul 8	Exterior 5
---------------	-------------	----------------	----------------	----------	---------------

Gestão orçamentária no Iced

	Empenhado	Executado
Material de consumo	R\$ 17.265,67	R\$ 16.898,42
Diárias e Passagens	R\$ 200.610,23	R\$ 181.293,17
Serviços Pessoa Jurídica	R\$ 25.784,55	R\$ 25.280,51
Equipamentos	R\$ 2.137,5	R\$ 0
Aux. Fin. Estudantes	R\$ 19.745,08	R\$ 19.745,08
Serviços Pessoa Física	R\$ 9.193,5	R\$ 9.193,5
Locação de mão-de-obra	R\$ 8.427,00	R\$ 8.427,00
Ind. Res. e Contribuições	R\$ 1.298,00	R\$ 1.298,00

O Iced priorizou os gastos com diárias, passagens e viagens de campo. Seu desempenho foi de **85% do orçamento executado** no exercício, isso deu por conta de de algumas dificuldades operacionais, intempéries relativas ao calendário acadêmico e administrativo, bem como contingenciamentos realizados pelo Governo Federal contribuíram para o desempenho atingido. Mas se comparado ao exercício anterior nota-se uma melhora na execução, destacando-se os gastos com diárias e passagens, pois, o Iced incentiva a participação de seus docentes em eventos acadêmicos.

A perspectiva para os próximos exercícios são: elaboração do seu planejamento estratégico, melhorar a execução do recurso financeiro e a adoção de mecanismos que possam medir o seu desempenho.

Resultados do Instituto de Ciências da Sociedade (ICS)

Seguindo as diretrizes do PDI, o ICS trabalhou para alcançar os objetivos estratégicos propostos, destaca-se os seguintes:

- Potencializar a vocação regional e Promover maior interação com empresas e comunidades: O ICS teve dois alunos egressos do Curso de Arqueologia que ganharam destaque em 2018. Um aluno foi premiado pelo IPHAN pela qualidade das pesquisas de TCC desenvolvidas na Ufopa e o outro por ser o primeiro arqueólogo indígena formado em uma instituição brasileira e por ter sido aprovado em primeiro lugar no Mestrado em Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

- Fortalecer a interação com a educação básica e Fortalecer e ampliar a produção e a disseminação do conhecimento: O ICS tem alcançado esses objetivos por meios de projetos comandados por seus docentes, destacam-se: **Arqueologia nas Escolas:** Histórias da Amazônia, este projeto trabalha na formação de professores com oficinas nas escola de Santarém e na elaboração de livros didáticos sobre a história de Santarém e da Amazônia. **Oficinas de Empoderamento Feminino para Adolescentes do Ensino Médio da Rede Pública Estadual da Cidade de Santarém/Pará:** numa região onde os índices de violência doméstica, abuso sexual, feminicídio, exploração sexual infanto-juvenil atingem índices astronômicos, a abertura de espaços de conscientização e discussão com o público de adolescentes e jovens são de extrema importância para a democratização dos direitos civis e futuramente construirmos uma sociedade menos agressiva e mais plural.

Produções científicas em 2018

Publicação de Artigos	Trabalhos científicos
 27 revistas/periódicos 12 completos em anais de congressos 7 resumos	 66 apresentações de trabalhos em eventos 17 livros e capítulos de livros publicados

Principais resultados do exercício

 Graduação 5 cursos 204 vagas ofertadas 225 alunos ingressantes 887 alunos matriculados 92 alunos formados	Pós-Graduação 1 curso 15 vagas ofertadas 15 ingressantes 28 matriculados	 Projetos 45 projetos de ensino 18 projetos de extensão
 95 servidores		

A Taxa de Sucesso na Graduação foi de **40,9%** em 2018, a meta era de 50%.

Distribuição orçamentária no ICS

	Orçamento 	Executado 
Material de consumo	R\$ 36.869,90	R\$ 6.413,90
Diárias e Passagens	R\$ 106.638,86	R\$ 83.012,65
Projetos e ações	R\$ 50.269,02	R\$ 33.324,96
Equipamentos	R\$ 185.000,00	R\$ 1.721,74
Aulas de Campo	R\$ 19.500,00	R\$ 35.967,58

As ações que foram desenvolvidas, conforme o planejamento orçamentário da Unidade, objetivaram o atendimento de qualidade a Comunidade Acadêmica. Inicialmente, o orçamento do ICS somava **R\$ 394.777,78** (custeio e capital). Levando em consideração apenas o custeio (R\$ 209.043,29), o Instituto conseguiu executar em torno de **76%**. O valor para auxílios que era de **R\$ 19.500,00** foi executado ao final de 2018 no valor de **R\$ 35.967,58**. O valor investido em realização de eventos e serviços foi de **R\$ 25.092,96**. Principais eventos realizados: o I Encontro de Gestores – ENGES: O Impacto da IOT nos Negócios de Governo; Dos Palmares aos Santos: vivenciando Dandaras; I Encontro de Justiça Restaurativa na Amazônia; Aula Magna do Mestrado em Ciências da Sociedade. Foi executado um serviço gráfico para a impressão de 100 livros para o evento Feira do Livro do Baixo Amazonas em Santarém. Em relação ao orçamento de capital, foi destinado ao Instituto o valor de **R\$ 185.000,00**, foi empenhado pelo Instituto apenas R\$ 2.077,99, mas somente liquidado o valor de R\$ 1.721,74. Em junho o recurso foi recolhido pela Proplan.

Para o próximo exercício o ICS irá melhorar a forma de planejamento com as coordenações dos seus cursos para que haja uma melhor execução dos recursos disponibilizados ao Instituto.

● Resultados do Instituto de Engenharia e Geociências (IEG)

A gestão do IEG é feita por meio do plano de metas, alinhado aos objetivos estratégicos da Ufopa definidos no PDI, tendo como objetivo a formação e a qualificação de profissionais capazes de promover o desenvolvimento tecnológico da Amazônia de forma sustentável.

Principais resultados do exercício



A Taxa de Sucesso na Graduação foi de **12,2%** em 2018, a meta era de 50%.

A gestão orçamentária no IEG é feita em três etapas: Planejamento, Execução e Controle. No planejamento, é realizado o levantamento das ações que visam o alcance dos objetivos do Instituto para relacioná-las com a PGO da Ufopa; a execução é realizada conforme o planejamento e de acordo com o Conselho ou Colegiado dos cursos, caso seja necessário; já o controle é realizado por meio do acompanhamento das despesas orçadas com as realizadas. os PPCs dos cursos ao longo do ano.

Distribuição e execução orçamentária no IEG

	Orçamento 	Executado 
Serviço de Pessoa Jurídica	R\$ 16.483,60	R\$ 16.483,60
Equipamentos	R\$ 68.336,65	R\$ 67.494,65
Indenizações e Restituições	R\$ 209,00	R\$ 209,00
Serviço Pessoa Física	R\$ 11.109,00	R\$ 11.109,00

Material de Consumo	R\$ 8.532,61	R\$ 8.532,61
Loc. Mão-de-Obra	R\$ 13.833,00	R\$ 13.833,00
Diárias	R\$ 29.611,84	R\$ 29.611,84
Auxílio a Estudante	R\$ 71.833,19	R\$ 34.122,06
Passagens	R\$ 34.655,13	R\$ 34.655,13
Obrigações Patronais	R\$ 1.936,00	R\$ 1.936,00

A execução do recurso disponível em 2018 foi de **84,97%** 

Em 2018 as **despesas de custeio** (valores gastos com passagens, auxílio financeiro para estudantes e diárias de pessoal) representaram **65%** do total. Isso significa que houve uma preocupação em viabilizar as aulas de campo do curso de Geologia, bem como a participação de docentes em congressos e de profissionais de outras instituições nos eventos internos, em atendimento aos objetivos estratégicos nos eixos de ensino, pesquisa e extensão. Ao longo dos anos o IEG tem buscado reservar uma fatia expressiva do orçamento de custeio para o pagamento de auxílio financeiro a estudantes, pois considera que algumas atividades de ensino, como a participação em Congressos e Seminários, são imprescindíveis para formação do aluno.

Com foco na melhoria contínua dos serviços entregues à sociedade, o IEG tem buscado um desempenho mais efetivo no desenvolvimento de suas ações e atividades através da relação direta com o PDI, para isso executa suas ações administrativas para aperfeiçoar o fluxo de processos, implementação do plano de metas, melhoramento da comunicação interna entre outras. Com relação ao ensino, pesquisa e extensão, o IEG consolidou a estrutura dos seus cursos, firmou parcerias e moderniza os equipamentos de TIC, sempre visando um atendimento com qualidade para a comunidade acadêmica.

O maior desafio do Instituto é viabilizar as aulas de campo previstas nos PPCs dos cursos ao longo do ano.

○● Resultados do Campus de Oriximiná

O Campus de Oriximiná realizou suas ações em 2018 com o objetivo de gerar valor aos objetivos estratégicos do PDI, seja por abertura de vagas para o ingresso de novos alunos, proporcionou integração com o ensino básico e a sociedade por meio de projetos, realizando assim o compartilhamento do conhecimento em eventos e por fim contribuiu com a formação de professores via turmas do Parfor.

Principais resultados do exercício do Campus de Oriximiná



Distribuição e execução orçamentária do Campus de Oriximiná

	Orçamento	Executado
Material de consumo	R\$ 17.149,84	R\$ 9.257,90
Diárias e Passagens	R\$ 42.705,00	R\$ 34.771,08
Equipamentos	R\$ 5.165,22	R\$ 5.165,22
Aulas de campo	R\$ 14.635,00	R\$ 3.560,00

A execução do recurso disponível em 2018 foi de **66,23%**

O Campus só conseguiu realizar parcialmente sua execução financeira, isso se deu pelos seguintes motivos: devido ao estágio inicial de 3 das 4 turmas dos cursos limitou o atendimento das demandas acadêmicas, além da inexistência de contrato para transporte rodoviário, a inadequação do contrato para transporte hidroviário e a morosidade no fluxo de licitação para compra de insumo de laboratório.

No exercício de 2018, a execução das atividades relacionadas a atuação acadêmica foram prejudicadas por fatores como: carência de insumo, infraestrutura ou carga horária docente para elevar a produção científica, Insuficiência de espaço

físico, retenção ou baixo rendimento entre discentes indígenas. A perspectiva para os próximos exercícios é sanar esses fatores que prejudicam as atividades no Campus, assim espera-se a implantação adequada da Formação Básica Indígena, um processo de aquisição de insumo planejada, otimização de espaços físicos multiusuários e multidisciplinares.

○● Resultados do Campus de Itaituba

O Campus de Itaituba ofertou vagas para ingresso de novos alunos no curso de graduação Engenharia Civil, aprovou projetos de pesquisa e extensão com a finalidade de desenvolvimento regional, as ações foram realizadas visando a contribuição para o alcance da missão institucional da Ufopa e seus objetivos estratégicos.

Principais resultados do exercício do Campus de Itaituba



Distribuição e execução orçamentária do Campus de Itaituba

	Orçamento	Executado	
Material de consumo	R\$ 16.045,99	R\$ 4.672,39	96,66% execução orçamentária
Diárias e Passagens	R\$ 31.945,73	R\$ 23.185,34	
Equipamentos	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	
Projetos e Ações	R\$ 21.000,00	R\$ 5.477,00	

Com os esforços do Campus de Itaituba e da força tarefa montada na Sede, foi possível executar todo o valor recebido por TED para aquisição de equipamentos. No entanto, o Campus de teve dificuldade em executar todo o orçamento de custeio, visto a inexperience em instruções processuais, por ser o primeiro ano do Campus de

Itaituba com autonomia sobre seu recurso orçamentário.

A perspectiva de futuro e também foco principal é a consolidação do Campus e do curso de Engenharia Civil, pois a cidade de Itaituba é um pólo em desenvolvimento na região e possui diversos municípios que são dependentes economicamente.

Resultados do Campus de Juruti

O Campus de Juruti propiciou em 2018 projetos que colaboraram com a educação básica, agricultura, extrativismo e atividades de mineração que são o forte do município de Juruti contribuindo assim com o desenvolvimento regional do município.

Principais resultados do exercício do Campus de Juruti



Distribuição e execução orçamentária do Campus de Juruti

	Orçamento	Executado
Material de consumo	R\$ 33.250,57	R\$ 16.918,80
Diárias e Passagens	R\$ 41.714,00	R\$ 35.947,82
Serviços PJ	R\$ 3.000,00	R\$ 0
Aulas de campo	R\$ 3.969,51	R\$ 1.160,00

A execução do recurso disponível em 2018 foi de **65,94%**

A não execução do valor total do recurso se deu por causa de algumas licitações que não saíram no exercício de 2018.

Resultados do Campus de Alenquer

O Campus de Alenquer manteve funcionando um curso de graduação, aprovou projetos de pesquisa e extensão. Suas ações visaram contribuir com o alcance dos objetivos estratégicos e da missão institucional da Ufopa.

Principais resultados do exercício do Campus de Alenquer



As ações realizadas no exercício de 2018 visaram a formação acadêmica proporcionando oportunidades educacionais para a cidade de Alenquer, o incentivo a pesquisa e a extensão garantiram projetos que fortalecem o ensino, oferecem qualificação, promovem ações de saúde biopsicossocial. Fez parcerias com o setor público e o privado, fortalecendo a interação com a sociedade, de forma geral as ações versaram sobre os objetivos estratégicos institucionais.

Distribuição e execução orçamentária do Campus de Juruti

	Orçamento	Executado
Material de consumo	R\$ 5.923,06	R\$ 5.233,93
Diárias e Passagens	R\$ 47.298,61	R\$ 33.867,65
Serviços PJ	R\$ 1.815,06	R\$ 229,20
Aux. Fin. Estudantes	R\$ 2.120,00	R\$ 0
Mobilidade acadêmica	R\$ 5.000,00	R\$ 3.599,76

A execução do recurso disponível em 2018 foi de **68,64%**

A distância da Unidade da Sede, bem como a necessidade constante de deslocamento dos servidores e alunos para realização de atividades acadêmicas e administrativas na Ufopa Sede em Santarém explica o gasto maior com diárias e

passagens. As dificuldades relacionadas a execução do recurso do Campus são entre outras: falta de planejamento para as ações, programas, projetos e ; capacidade dos servidores em acompanhar a execução é limitada. Em comparação com o exercício anterior houve um crescimento na execução do recurso.

A perspectiva para o próximo exercício é melhorar o fluxo dos processos organizacionais internos, capacitar os servidores, elaborar o planejamento da unidade.

○●Resultados do Campus de Monte Alegre

O planejamento interno de 2018 buscou estruturar o Campus para a consolidação do curso de graduação existente, para isso foi realizado adequação de espaços, aquisição de material e equipamento para dar qualidade as aulas do curso. As ações integradas realizadas no exercício, serviram para divulgar o curso e também solucionar demandas apresentadas pela comunidade e por meio dos projetos de extensão objetivou-se integrar a sociedade civil, produzindo e compartilhando conhecimentos em busca do desenvolvimento local.

Principais resultados do exercício do Campus de Monte Alegre



Graduação

1 curso

40 vagas ofertadas

40 alunos ingressantes

59 alunos matriculados

4 alunos bolsistas



Projetos

1 projeto integrado

5 projetos de extensão

13 ações de extensão



14 servidores

As ofertas de componentes curriculares ficaram prejudicadas pela carência de docentes no Campus, foi necessária trazer da sede para não comprometer a conclusão do curso.

É necessário que se tenha possibilidade de aumentar esse número de docentes pois o curso que no ano de 2019 terá três turmas, dependerá desse aporte docente para cumprir suas metas de conclusão de turmas.

Distribuição e execução orçamentária do Campus de Monte Alegre

	Orçamento 	Executado 
Material de consumo	R\$ 12.850,38	R\$ 12.850,38
Diárias e passagens	R\$ 31.301,48	R\$ 31.224,31
Ressarcimento passagens	R\$ 3.556,00	R\$ 3.446,00
Aux. Fin. estudantes	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Material de laboratório	R\$ 22.081,37	R\$ 22.081,37
Loc. mão de obra	R\$ 238,50	R\$ 238,50

A execução do recurso disponível em 2018 foi de 99,75%



Com as modificações feitas no processo de licitação, o Campus conseguiu realizar quase 100% do seu planejamento orçamentário. A unidade teve como principal dificuldade para a execução do planejamento a dependência da Sede para a resolução dos conflitos de gestão do recurso orçado. As aquisições dependeram exclusivamente das atas disponíveis e em função do tempo gasto com a liberação para aquisição, o orçamento por vezes ficou comprometido.

Outro gargalo para o Campus foi a necessidade de aplicação de grande parte do orçamento em gastos com diárias e passagens para participação em reuniões como as dos Conselhos, por exemplo. Tal gasto impactou negativamente e fez com que investimentos em melhorias do Campus fossem adiados por ser necessário manter uma reserva para participação nesses momentos importantes de tomadas de decisão.

○●Resultados dos Indicadores de Desempenho deliberados pelo TCU

Os indicadores listados a seguir foram calculados conforme instrução do manual de preenchimento dos indicadores TCU de 2009.

Resultados da Proges

A Proges é o setor responsável em acompanhar o discente em suas múltiplas demandas, principalmente aqueles em vulnerabilidade social, atua nas ações afirmativas de permanência, áreas sociais, psicológicas, pedagógicas e esportivas. A Proges assume papel de fundamental importância na democratização das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, minimizando os efeitos das desigualdades sociais e regionais, contribuindo para a promoção da inclusão social pela educação e colaborando com a redução das taxas de retenção e evasão de discentes, contribuindo assim, para o alcance das metas institucionais relativas a formação cidadã.

Principais resultados do PNAES no exercício

Auxílios

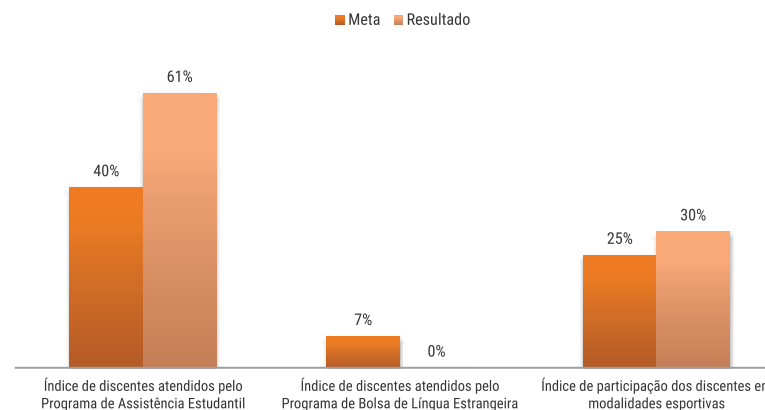
21 auxílios PcD's
139 aux. p/ a Jornada Acadêmica
9.828 auxílios alimentação
9.846 auxílios didático pedagógico
9.662 auxílios transporte
4.815 auxílios moradias
1.845 auxílios emergenciais
1.647 auxílios permanência
12 auxílios ENEI
8 auxílios ENEQ
698 auxílios atleta (JIUFOPA e JUB)

Bolsas

120 bolsas mobilidade
60 bolsas monitoria de informática
32 bolsas monitoria PAA
771 bolsas Pibex
1.461 bolsas Pibic
873 bolsas monitoria acadêmica

Em 2018, foram concedidos 41.838 auxílios e/ou bolsas, beneficiando 2.976 discentes ao custo de R\$ 8.176.749,76. Ressalta-se que estão inclusas neste quantitativo as Bolsas Pibic, Pibex, Monitoria e Mobilidade Acadêmica que, apesar de serem geridas por outras pró-reitorias, utilizam também recursos do PNAES.

Resultado dos indicadores estratégicos



O indicador que trata do programa de língua estrangeira não atingiu a meta porque o programa está cancelado na Ufopa.

Execução dos recursos orçamentário

O orçamento do PNAES para a Ufopa em 2018 foi de R\$ 8.063.962,00. Esse valor passou por rateio entre as Pró-Reitorias e, inicial, para a Proges destinou-se o valor de R\$ 6.683.696,46. Deste montante, R\$ 6.361.588,74 foi detalhado para Auxílios e/ou bolsas, mas durante o exercício, houve diversos remanejamentos orçamentários havendo atualização dos valores, que no final do exercício era de R\$ 4.255.364,21 sendo o total empenhado, liquidado e pago. Do valor destinado a Proges, 95,1% foi detalhado para pagamento do custeio com auxílios e/ou bolsas. O restante, para custear despesas com eventos acadêmicos, esportivos e programas nas áreas de psicologia, pedagogia, serviço social, esporte e lazer.

Resultado dos Indicadores de Gestão TCU

Resultados dos Indicadores Primários da Decisão TCU nº 408/2002.

Indicadores Primários	Exercícios				
	2018	2017	2016	2015	2014
Custo Corrente	38.321.754,29	35.449.521,56	33.993.016,38	28.801.166,96	105.318.103,40
Número de Professores Equivalentes	446,50	422,5	338,5	326	401
Número de Funcionários Equivalentes	571,28	573,91	547,25	532	492,25
Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (Ag)	4939	4.586,5	4.292,50	3.904,5	3.400
Alunos na Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> (ApG)	304	346	265	127	174
Alunos Equivalentes da Graduação (AgE)	9157,66	4.108,07	3.425,22	2.081,19	1.843,73
Alunos da Graduação em Tempo Integral (AgTI)	5946,38	2.380,95	2.119,18	2.050,62	1.259,67
Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral (APgTI)	608	692	530	254	348

Resultados dos Indicadores da Decisão TCU 408/2002.

Indicadores Decisão TCU 408/2002	Exercícios				
	2018	2017	2016	2015	2014
Custo Corrente/Aluno Equivalente	3.924,13	7.385,21	8.594,47	12.333,57	48.052,39
Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente	14,68	7,27	7,83	7,07	4,01
Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente	11,47	5,35	4,83	4,33	3,27
Funcionário Equivalente/Professor Equivalente	1,28	1,36	1,62	1,63	1,23
Grau de Participação Estudantil (GPE)	1,20	0,52	0,40	0,53	0,37
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação	0,06	0,07	0,05	0,03	0,05
Conceito Capes/MEC para a Pós-Graduação	3,11	3,25	3,25	3,4	3,2
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,21	3,71	4,17	4,04	3,72
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	76,92	14,12	31,12	3,98	12,89

Os indicadores que possuem em sua despesas com hospital universitário são calculados sem elas, pois na Ufopa não há curso de graduação que necessite de hospital universitário. Outro ponto importante, no cálculo da TSG, foi utilizado o número de alunos formados em 2017.2 e 2018.1.

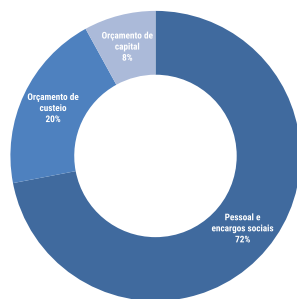
Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão

Capítulo

04



Plano de Gestão Orçamentária (PGO)



O PGO é o instrumento orientador da execução do orçamento e apresenta os limites de recursos disponíveis em consonância com a Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018.

Os créditos orçamentários estão distribuídos dentro das estruturas programáticas, observando-se as classificações qualitativas e

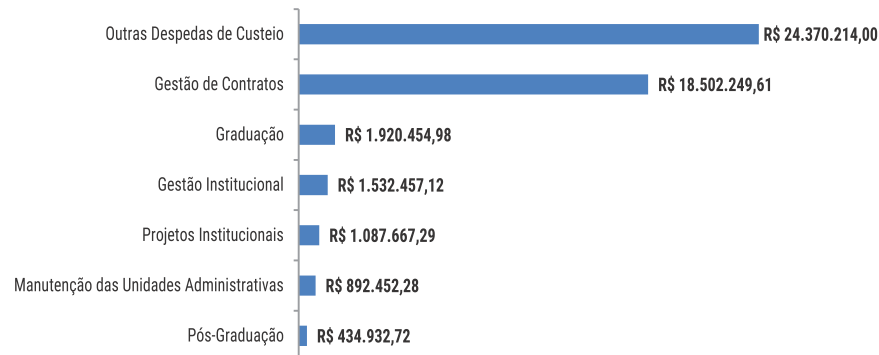
quantitativas do orçamento público.

Para o exercício de 2018, o PGO previu a aplicação de R\$ 163.331.038,00, disponibilizados pelo MEC, sendo que deste valor R\$ 117.556.862,00 para Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 32.754.176,00 projetados como Despesas Correntes e R\$ 13.020.000,00 destinados para despesas de Capital.

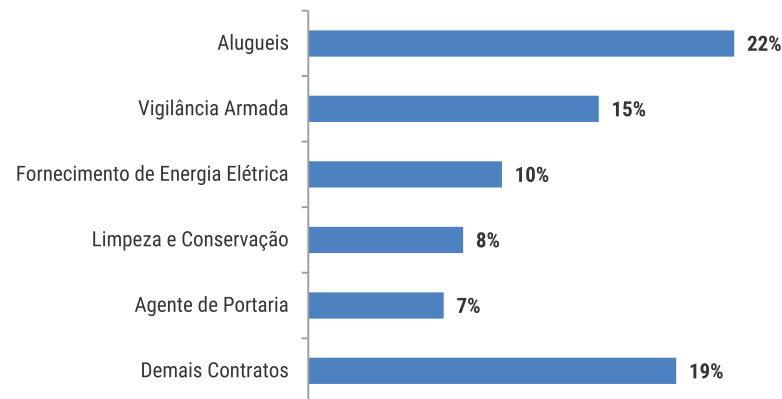
Distribuição dos recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil



Orçamento de Despesas Correntes - Custeio



Gestão de Contratos



O Plano de Gestão Orçamentária da Ufopa está publicado no site <http://www.ufopa.edu.br/proplan/orcamento/plano-de-gestao-orcamentaria/>

Despesas

A despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento.

Na tabela a seguir estão demonstradas a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária. Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes referem-se à categoria econômica Despesas Correntes, enquanto que o grupo de Investimento refere-se à categoria Despesas de Capital.

Analisando o total das despesas empenhadas em relação ao total da dotação atualizada, foram executadas no exercício de 2018, 123,89% da totalidade apresentada na dotação. Das Despesas Correntes, o total executado foi de 118,92% e das Despesas de Capital apenas 181,25%.

A porcentagem de 181,25% das despesas de capital empenhadas em 2018 justifica-se pelo fato da Ufopa ter recebido orçamento proveniente a uma Emenda

Parlamentar de Bancada de nº 03, da Bancada do Pará - 7115, que teve como responsável o Senador Paulo Rocha, no exercício de 2018 para a aquisição de material permanente, ND 449052.

Na tabela 2, segue o detalhamento das despesas do exercício de 2018, não levando em consideração as despesas empenhadas de descentralizações recebidas, apenas da movimentação orçamentária do órgão.

Podemos observar que do total da Dotação Atualizada no exercício de 2018, 99% das despesas foram empenhadas.

Tabela 1 - Despesas Fixadas e Empenhadas por Grupo – Composição

Grupo de Despesas	Dezembro/2018		Dezembro/2017		AH (DOTAÇÃO)	AV - 2018 (EMP) / (DOT)
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		
Pessoal e Encargos Sociais	135.789.181,00	134.373.754,19	116.285.867,34	116.048.087,34	-5,24%	121,95%
Outras despesas correntes	43.935.568,00	44.371.565,20	47.422.027,00	39.707.671,19	-15,39%	110,59%
Subtotal Desp. Correntes	179.724.749,00	178.745.319,39	163.707.894,34	155.755.758,53	-8,18%	118,92%
Investimento	10.520.000,00	23.599.180,00	13.837.406,00	2.605.109,66	-5,91%	181,25%
Inversões Financeiras	-	-	3.000.000,00	-	-100,00%	100,00%
Subtotal Desp. Capital	110.520.000,00	23.599.180,00	16.837.406,00	2.605.109,66	-22,67%	181,25%
Reserva contingência	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Total	190.244.749,00	202.344.499,39	180.545.300,34	158.360.868,19	-9,53%	123,89%

Fonte: Proad/Ufopa

Tabela 2 - Despesas fixadas e empenhadas por elemento de despesa – composição (valores em R\$)

Natureza de despesa	Grupo de despesa	Dotação atualizada	Despesa empenhada	Despesa empenhada %
319000 Aplicações Diretas	Pessoal e Encargos Sociais	75.769,00		0%
319001 Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar	Pessoal e Encargos Sociais	1.759.335,74	1.725.411,99	98%
319003 Pensões do RPPS E Do Militar	Pessoal e Encargos Sociais	567.829,26	528.517,38	93%
319004 Contratação P/Tempo Determinado	Pessoal e Encargos Sociais	1.737.454,24	1.581.817,04	91%
319007 Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	Pessoal e Encargos Sociais	343.366,53	343.366,53	100%
319011 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Pessoal e Encargos Sociais	109.571.789,26	108.883.071,15	99%
319016 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Pessoal e Encargos Sociais	366.716,21	356.716,21	97%
319092 Despesas de Exercícios Anteriores	Pessoal e Encargos Sociais	429.428,76	429.428,76	100%
319100 Aplicações Diretas - Oper. Intra-orçamentárias	Pessoal e Encargos Sociais	393.800,22		0%
319104 Contratação por Tempo Determinado	Pessoal e Encargos Sociais	312.000,00	297.208,00	95%
319113 Obrigações Patronais - Oper. Intra-orçamentárias	Pessoal e Encargos Sociais	20.231.691,78	20.228.217,13	100%
335039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Outras Despesas Correntes	2.715,00	2.715,00	100%
335041 Contribuições	Outras Despesas Correntes	36.841,94	36.841,94	100%
339000 Aplicações Diretas	Outras Despesas Correntes	101.848,01		0%
339004 Contratação Por Tempo Determinado	Outras Despesas Correntes	156.551,40	147.846,85	94%
339008 Outros Benef. Assist. do Servidor e do Militar	Outras Despesas Correntes	841.331,05	828.576,37	98%
339014 Diárias - Pessoal Civil	Outras Despesas Correntes	803.395,86	803.395,86	100%
339018 Auxílio Financeiro a Estudantes	Outras Despesas Correntes	9.143.538,10	9.143.538,10	100%
339020 Auxílio Financeiro a Pesquisadores	Outras Despesas Correntes	20.807,91	20.807,91	100%
339030 Material de Consumo	Outras Despesas Correntes	611.316,54	611.316,54	100%
339033 Passagens e Despesas Com Locomoção	Outras Despesas Correntes	607.483,21	607.483,21	100%
339035 Serviços de Consultoria	Outras Despesas Correntes	6.240,00	6.240,00	100%
339036 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Outras Despesas Correntes	632.079,81	632.079,81	100%

Tabela 2 - Despesas fixadas e empenhadas por elemento de despesa – composição (valores em R\$)

continuação

Natureza de despesa	Grupo de despesa	Dotação atualizada	Despesa empenhada	Despesa empenhada %
339037 Locação de mão-de-obra	Outras Despesas Correntes	9.139.575,46	9.139.575,46	100%
339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Outras Despesas Correntes	13.542.354,75	13.126.074,75	97%
339040 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ	Outras Despesas Correntes	182.128,89	182.128,89	100%
339046 Auxílio-Alimentação	Outras Despesas Correntes	5.871.430,60	5.871.430,60	100%
339047 Obrigações Tributárias e Contributivas	Outras Despesas Correntes	13.150,07	13.150,07	100%
339049 Auxílio-Transporte	Outras Despesas Correntes	12.873,00	12.564,77	98%
339092 Despesas de Exercícios Anteriores	Outras Despesas Correntes	525.117,02	521.478,81	99%
339093 Indenizações e Restituições	Outras Despesas Correntes	1.611.180,95	1.608.010,44	100%
339139 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (Intra)	Outras Despesas Correntes	70.372,43	70.372,43	100%
339147 Obrig.Tribut.e Contrib.-Op.Intra-Orcamentarias	Outras Despesas Correntes	3.236,00	3.236,00	100%
449000 Aplicações Diretas	Investimentos	200,15		0%
449040 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ	Investimentos	466,00	466,00	100%
449047 Obrigações Tributárias e Contributivas	Investimentos	1.169,72	1.169,72	100%
449051 Obras e Instalações	Investimentos	9.751.682,12	9.751.682,12	100%
449052 Equipamentos e Material Permanente	Investimentos	766.270,01	766.270,01	100%
449139 Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	Investimentos	212,00	212,00	100%
Total		190.244.749,00	188.282.417,85	99%

Fonte: Proad/Ufopa

Receitas e Despesas Realizadas

No exercício de 2018, as receitas realizadas da Ufopa atingiram a somatória de **R\$ 690.500,95**, enquanto que as despesas empenhadas totalizaram o valor de **R\$ 178.745.319,39**, gerando um resultado orçamentário deficitário no valor de **R\$ 201.653.998,44** no encerramento do exercício de 2018. Esta disparidade

justifica-se pelo fato da Instituição não ser um órgão arrecadador e depender de transferências financeiras recebidas principalmente do MEC, para atender as suas necessidades. Pela análise a tabela a seguir, demonstra que o total das despesas empenhadas no exercício de 2018 (R\$ 202.344.499,39) alcançou o percentual de 106,36% do total da Dotação Atualizada (R\$ 190.244.749,00).

Tabela 3 - Receitas e despesas por categoria econômica

Balanco Orçamentário	Previsão / Fixação	Realização / Execução	Real/ Exec (%)	AV
Receitas Correntes	444.360,00	690.500,95	155,39%	100,00%
Receitas de Capital	-	-	-	-
Total das Receitas	444.360,00	690.500,95	155,39%	100,00%
Despesas Correntes	179.724.749,00	178.745.319,39	99,46%	88,34%
Despesas de Capital	10.520.000,00	23.599.180,00	224,33%	11,66%
Total das Despesas	190.244.749,00	202.344.499,39	106,36%	100%
Superávit/(Déficit)		(201.653.998,44)		

Fonte: Proad/Ufopa

Previsão Atualizada x Dotação Atualizada

Na tabela a seguir, observa-se que no exercício de 2018, a Previsão atualizada da Receita, deduzida das respectivas anulações ou cancelamentos foi de R\$ 444.360,00, apresentando uma redução de 69,61% em relação a 2017 (R\$ 1.462.090,00), essa diminuição ocorreu devido ao fato de que em 2017 a Ufopa, recebeu receitas provenientes de doação e no exercício de 2018 não houve receitas desta categoria.

Tabela 4 - Receitas e Despesas – Previsão Atualizada x Dotação Atualizada

Categoria Econômica	Previsão / Fixação 2018	Previsão / Fixação 2017	AH
Receitas Correntes	444.360,00	1.462.090,00	69,61%
Receitas de Capital	-	-	0,00%
Total das Receitas	444.360,00	1.462.090,00	-69,61%
Despesas Correntes	169.800.742,00	163.707.894,00	3,72%
Despesas de Capital	13.020.000,00	16.837.406,00	22,67%
Total das Despesas	182.820.742,00	180.545.300,00	1,26%

Fonte: Proad/Ufopa

Restos a pagar

Considerou-se a execução de restos a pagar não processados (RPNP) do órgão e dos créditos orçamentários recebidos de outros órgãos. No encerramento do exercício de 2018, a Ufopa possuía um total inscrito na rubrica RPNP, considerando

também os RP Reinscritos, o total de R\$ 40.642.444,09. No encerramento do exercício de 2017, a inscrição e reinscrição de RPNP foi de R\$ 42.014.759,06, apresentando uma diminuição de 3,27%, conforme tabela a seguir em relação ao exercício de 2017.

Tabela 5 - Restos a pagar não processados inscritos e reinscritos

Inscritos e Reinscritos	DEZ/2018	DEZ/2017	AH
Inscritos em 31/12 do exercício anterior	13.168.147,55	29.903.306,54	-55,96%
Inscritos em exercícios anteriores	27.474.296,54	12.111.452,52	126,85%
Total	40.642.444,09	42.014.759,06	-3,27%

Fonte: Proad/Ufopa

Conforme disposto no artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, os RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro; enquanto que os Restos a Pagar Processados, dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até esta data, porém, pendentes de pagamento.

A tabela seguinte demonstra que no exercício de 2018, foram executados (liquidados) **47,96%** do total das despesas inscritas e reinscritas na rubrica de RPNP (Correntes e de Capital). Detalhando-se a execução das despesas por Categoria Econômica, pode-se observar que as Despesas Correntes apresentaram a maior execução, com um percentual de **93,73%** quanto às despesas de capital apresentaram apenas 39,04% do total executado.

Tabela 6 - Execução de RPNP – Por Categoria Econômica

	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (4) / (3)
Categoria Econômica	Inscritos + Reinscritos	Cancelados	Inscritos - Cancelados	Liquidados	% Exec.
Despesas correntes	7.129.347,24	837.705,96	6.291.641,28	5.897.351,07	93,73%
Despesas de capital	33.513.096,85	1.210.817,42	32.302.279,43	12.611.179,94	39,04%
Total	40.642.444,09	2.048.523,38	38.593.920,71	18.508.531,01	47,96%

Fonte: Proad/Ufopa

As Despesas de Capital compreendem aquelas “realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos”. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>). A tabela adiante apresenta a composição dos RPNP executados por Grupo de Despesa.

Tabela 7 - Execução de RPNP (por grupo de despesa)

	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (4)/(3)
Grupo de Despesa	Inscritos + Reinscritos	Cancelados	Inscritos - Cancelados	Liquidados	% Exec.
3 - Outras Despesas Correntes	7.129.347,24	837.705,96	6.291.641,28	5.897.351,07	93,73%
4 - Investimento	33.513.096,85	1.210.817,42	32.302.279,43	12.611.179,94	39,04%
Total	40.642.444,09	2.048.523,38	38.593.920,71	18.508.531,01	47,96%

Fonte: Proad/Ufopa

Este significativo percentual de valor inscrito em Restos a Pagar, justifica-se pela existência de excepcionalidades legais quanto à validade destas despesas e que é amparado pelo artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os restos a pagar não processados que se refiram às despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Ministério da Saúde, e do Ministério da Educação financiadas com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. No entanto em 29 de junho de 2018 foi publicado o Decreto nº 9.428 de 28 de junho de 2018 que alterou este Decreto, no qual exclui as despesas do MEC financiadas com recurso de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE.

Nesse sentido, conforme explicitado na tabela abaixo, a maior parcela do saldo de RPNP, é representada por recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (agrupadas pelo identificador “Lei Calmon = SIM”), independentemente da fonte de recursos, não sendo aplicado para estes recursos o cancelamento por decurso do prazo de que trata o referido decreto. Cabe ressaltar que o saldo relativo às despesas do PAC, no âmbito do MEC, integra também o

montante referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo identificadas pelo EOF (RP3) de acordo com os atributos do sistema de extração de dados, Tesouro Gerencial.

Tabela 8 - RPNP relativos à manutenção e desenvolvimento do ensino

Indicador “Lei Calmon”	Inscritos + Reinscritos	Cancelados	Liquidados	Pagos
Não	1.927.625,79	-	1.927.625,79	1.927.625,79
Sim	38.714.818,30	2.048.523,38	16.580.905,22	16.465.006,57
Total	40.642.444,09	2.048.523,38	18.508.531,01	18.392.632,36

Fonte: Proad/Ufopa

Na tabela abaixo são demonstrados os valores referentes aos cancelamentos de RPNP, por Grupo de Despesa, no encerramento do exercício de 2018, 2017 e 2016. No quarto trimestre de 2018, foi realizada a solicitação para análise e baixa pela Proad, dos saldos alongados de exercícios anteriores a 2016 para cada unidade demandante desta Instituição, conforme à orientação da Coordenação-Geral de Programação Financeira - COFIN/STN, em dezembro de 2016, com a citação de acórdãos do TCU que abordam o assunto, em especial ao mais recente, o 272/2017-P e Comunica 2018/1537503 que trata sobre a indicação de empenhos para inscrição em RPNP, conforme Macrofunção 02.03.18.

Verifica-se que no exercício de 2018, houve cancelamentos de empenhos inscritos em RPNP, no valor total de R\$ 2.048.523,38, sendo a somatória de cancelamento mais expressiva foi no grupo de Investimentos, que somou R\$ 1.210.817,42.

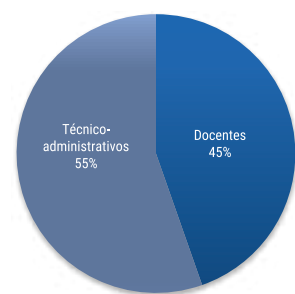
Tabela 9 - Evolução dos Cancelamentos de RPNP a partir de 2016

Grupo Despesa	DEZ/2018	DEZ/2017	DEZ/2016
1. Pessoal e Encargos Sociais	-	-	27.312,50
3. Outras Despesas Correntes	837.705,96	328.090,35	398.680,58
4. Investimentos	1.210.817,42	1.543.887,01	10.991.033,82
Total	2.048.523,38	1.871.977,36	11.417.026,90

Fonte: Proad/Ufopa

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) tem o papel de coordenar e gerenciar ações direcionadas servidores técnicos administrativos e docentes que compõem o quadro de pessoal da Ufopa, nos aspectos relativos ao desenvolvimento e capacitação, qualidade de vida no trabalho e administração de pessoal.

Avaliação da força de trabalho

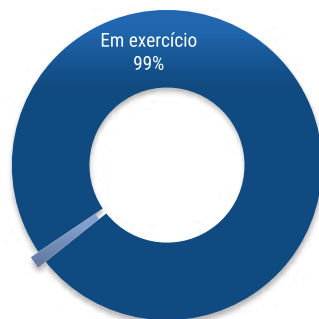


A composição do quadro de pessoal da Ufopa é formada por servidores de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação, regidos pela Lei 11.091 de 12/01/2005, professor do magistério superior e professor do ensino básico, técnico e tecnológico regidos pela Lei 12.772 de 28/12/2012.

Em 2018, o quadro efetivo registrou um total de 1.098 servidores, sendo 490 docentes (487 da carreira do magistério superior e 3 da carreira do ensino básico, técnico e tecnológico) e 608 técnicos administrativos. Além dos servidores de carreira, a Ufopa contava com 25 professores substitutos e 1 tradutor e intérprete de Libras, contratados através da lei 8.745 de 09/12/1993.

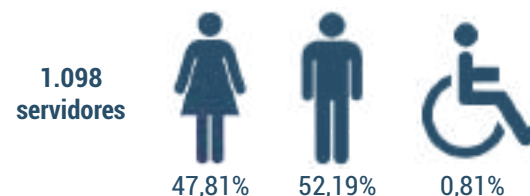
● Distribuição de servidores por situação funcional

Dos 1.098 servidores efetivos, 1.084 estão em exercício na Ufopa, 6 estão em exercício provisório em outras Universidades, 2 estão prestando colaboração técnicas em outras Universidades e 8 estão cedidos. Houve também o registro de 25 professores substitutos e 1 tradutor e intérprete de Libras (contratados através da lei 8.745), 2 professores visitantes, 63 estagiários, 24 aposentados e 12 beneficiários de pensão.



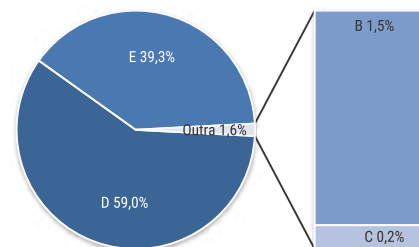
● Distribuição de servidores por carreira

● Distribuição de servidores por gênero e deficiência

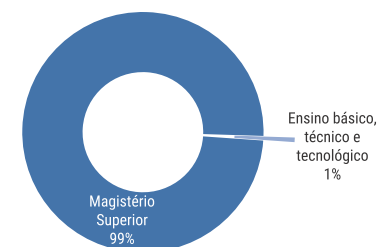


Com o advento do Decreto 9.262/18, que dispõe sobre a extinção de cargos

Técnico-administrativos



Docentes

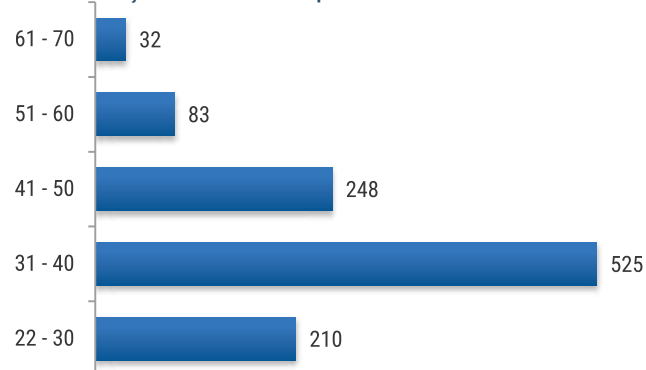


da administração pública federal, os cargos da classe B e C ao ficarem vagos não poderão ser repostos, assim, será composto apenas por servidores técnicos das classes D, E e por docentes.

● Distribuição de servidores por faixa salarial

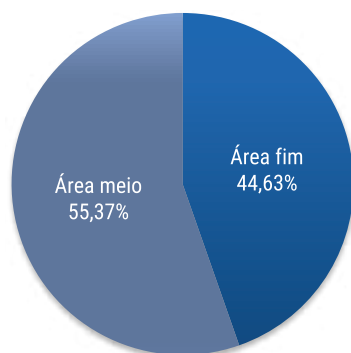
Os cargos de nível D que exigem escolaridade de nível médio ou técnico iniciam a carreira com vencimento básico no valor de R\$ 2.446,96, os cargos de nível E que exigem formação superior tem como vencimento básico R\$ 4.180,66, e na docência R\$ 4.463,93.

○ ● Distribuição de servidores por faixa etária



No gráfico é possível observar que a faixa etária de 31 a 40 anos possui o maior quantitativo de servidores, 525 o que corresponde a 47,81% do quadro geral de servidores da Ufopa.

○ ● Distribuição de servidores por área de trabalho



O gráfico demonstra a distribuição da força de trabalho dos servidores de carreira entre área meio (técnicos) e área fim (docentes). Entende-se por área meio, aquelas que executam atividades que dão apoio administrativo à concretização das atividades fins, entre outros Pró-Reitorias, Órgãos Suplementares, Comissões Especiais.

Por conseguinte, da área fim, pode-se inferir que trata-se daquelas Unidades cujas atividades correspondem às finalidades e objetivos precípuos da Universidade, tais como as Unidades Acadêmicas.

○ ● Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Nomeações e contratações em 2018

Efetivos	Temporário	Estagiários
32 docentes	16 doc. substitutos	62 contratações
4 médicos residentes	2 docentes visitantes	
59 TAE's	1 Téc. especializado	
	- Libras	

As demandas de nomeação e contratação não foram atendidas em sua totalidade, pois, ao analisá-las foram encontradas situações como: editais de homologações fora do prazo de validade; pedido de nomeação fora do número de vaga concedida pela Administração; pedidos de aproveitamento interno de candidatos aprovados em temas não semelhantes; pedidos de contratações extra, sem a devida vinculação com o professor titular afastado e; demanda repetida.

Para melhorar os processos de nomeação e contratação de pessoal, serão realizados os seguintes controles: acompanhar a efetividade das publicações dos relatórios do Banco de Equivalência de Professor e Quadro de Referência dos Técnico-administrativos em Educação, propondo atualização trimestralmente; publicar no site os editais de concurso sem vigência/prorrogados e encerrados; os editais de processos seletivos em vigência/prorrogados e encerrados e a relação das nomeações e contratações já efetuadas.

Avaliação de desempenho

Os servidores técnico-administrativos em educação possuem duas formas de desenvolvimento na carreira, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, progressão por capacitação profissional ou progressão por mérito profissional (art 10. da lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005). Com relação aos servidores da carreira do

magistério superior, o desenvolvimento ocorrerá mediante progressões funcionais, promoção e aceleração da promoção. Destaca-se que desde agosto de 2017 estes processos, de acordo com a Resolução 30/2017/Consad/Ufopa que Regulamenta os procedimentos para fins de progressão e de promoção no âmbito da Ufopa, deixaram de possuir seu fluxo por esta coordenação, ficando a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) responsável por suas respectivas supervisões gerais e posterior encaminhamento à Progep para fins de portaria.

26 RT docente em 2018

A Retribuição por Titulação(RT) se dá em razão da gratificação devida aos docentes da carreira do magistério superior em conformidade com a jornada de trabalho, classe, nível e titulação comprovada, independentemente de cumprimento de interstício (lei nº12.772, de 28 de dezembro de 2012).

Tabela 10 - Progressão técnico-administrativo em educação 2018

Mês	Progressão por Mérito	Progressão por Capacitação	Incentivo à Qualificação
Janeiro	36	31	20
Fevereiro	32	18	7
Março	34	22	14
Abril	7	4	2
Maio	32	10	12
Junho	8	2	10
Julho	22	15	10
Agosto	37	22	3
Setembro	34	19	2
Outubro	22	12	2
Novembro	20	9	12
Dezembro	2	5	5
Total	286	169	99

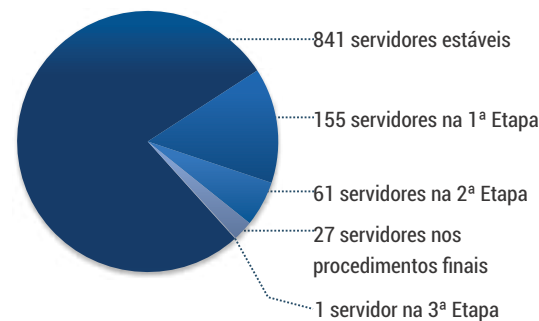
Os processos de progressão por mérito são motivados pela Coordenação de

Desempenho e Desenvolvimento (CDD) com base na consulta mensal no banco de dados da unidade para identificação do servidor que progredirá no mês subsequente, já os de capacitação e incentivo à qualificação os próprios servidores abrem o processo de acordo com o seu interesse e cumprimento dos requisitos mínimos para a progressão.

Em 2018 houve um total de 286 servidores que progrediram por mérito no exercício. Os meses do ano que tiveram o maior fluxo de demanda de progressão por mérito foram os meses de janeiro com 36, e agosto com 37 processos. A demanda do setor em relação ao processo de progressão por mérito apresentou uma diminuição de 13% em relação ao ano anterior. Sobre a progressão por capacitação 169 servidores progrediram em 2018, sendo que os meses de maior fluxo de demanda de processos foram janeiro com 31 e março com 22, a demanda do setor em relação ao processo de progressão por capacitação apresentou uma diminuição de 32% em relação ao ano anterior.

Sobre os incentivos houve um total de 99 servidores. Os meses do ano que tiveram o maior fluxo de demanda destes processos foram os meses de janeiro com 20 e março com 14, a demanda em relação ao processo de incentivo à qualificação apresentou um aumento de 30% em relação ao ano anterior.

Estágio Probatório



**Total de servidores
1.085**

Demonstração por categoria de servidores e etapas do estágio probatório

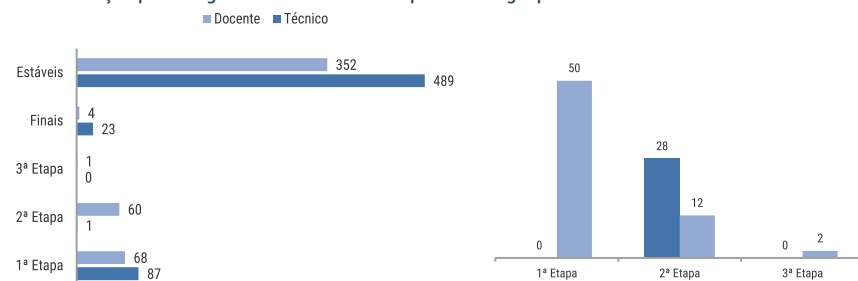


Gráfico - Movimentação de processo de estágio probatório em 2018

**72,6% dos docentes
estão estáveis**

**81,5% dos técnicos
estão estáveis**

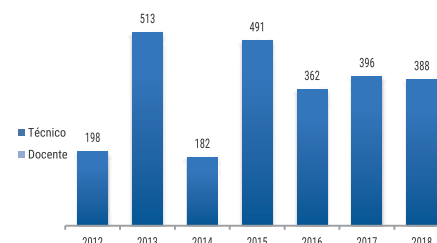
Em 2018 CDD tramitou 64 processos de estágio probatório de servidores docentes. Entre estes, 50 processos trataram da primeira etapa, 12 da segunda etapa e 2 da terceira etapa. Com relação aos servidores técnicos, foram movimentados 28 processos de estágio probatório compreendendo apenas a segunda etapa.

● Capacitação

O Plano Anual de Capacitação é um dos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, institucionalmente é parte integrante do processo de desenvolvimento de carreira dos servidores. Ao longo de 2018, foram executadas ações visando proporcionar aos servidores o aprimoramento de suas competências, bem como a disseminação de novos conhecimentos, capazes de contribuir com o desempenho profissional e pessoal do corpo técnico e docente que compõe a universidade, além de contribuir para as progressões funcionais e por capacitação.

O gráfico a seguir demonstra o resultado por ano do número de servidores capacitados nos cursos realizados. Em média são capacitados 34% de servidores anualmente, apesar da gradativa redução dos recursos financeiros destinados do governo federal à capacitação. Nos anos 2017 e 2018, houve um aumento na

Evolução dos servidores capacitados da Ufopa de 2012 a 2018



participação dos docentes, em relação aos anos anteriores, isso se deu principalmente pela estratégia de vincular ao edital de seleção a necessidade de formação inicial e continuada dos ingressos.

Resultado das ações de capacitação em 2018



Diante do planejamento para a realização das capacitações presenciais no ano de 2018 foi possível a formação de 26 turmas visando o atendimento integral dos servidores da Ufopa além de disponibilizar vagas para outras instituições (total de 15 participantes externos) e para os Campi fora da sede foram disponibilizados um curso de capacitação de acordo com a demanda de cada Campus.

Os cursos ofertados no ano de 2018 tiveram como base as demandas de capacitação de diferentes unidades da Ufopa e iniciaram a partir do mês de maio. Nesse exercício, ocorreu uma contratação *in company* que atendeu um total de 40 servidores. Os últimos dois meses do ano em razão dos prazos das execuções orçamentárias e as necessidades de elaboração de relatórios e planejamento para o ano seguinte tem-se o menor número de cursos possíveis.

Além das ações do Banco de Talentos e do curso *in company*, cerca de 41 servidores participaram de cursos de capacitação externas à Universidade visto que essas demandas foram atendidas a partir da utilização de recursos da Progep destinado a este fim e 36 servidores realizaram cursos externos com recursos da própria unidade.

Tabela 11 - Cursos de capacitação realizados em 2018

Curso	Oferta	Aprovado	Técnico Ufopa	Docente Ufopa	Servidor Externo	Evasão ou não preenchido
Introdução ao Serviço Público	120	109	70	39	2	11
Design Gráfico	32	24	23	1	2	8
Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência	37	29	29	0	0	8
Elaboração de Projeto Político Pedagógico	30	16	8	8	0	14
Finanças Pessoais	30	27	27	0	0	3
Formação de Facilitadores	60	41	36	5	0	19
Gestão e Mapeamento de Processos	30	11	11	0	0	19
Instrução Normativa Nº 05 (<i>in Company</i>)	40	36	34	2	0	4
Legislação Educacional	30	19	18	1	0	11
Liderança e Relações Interpessoais	30	20	20	0	0	10
Noções Básicas e Arquivologia	30	15	15	0	0	15
Planilha Eletrônica Avançada	30	23	23	0	0	7
Processo Administrativo Disciplinar	30	24	18	6	0	6
Processo Eletrônico Nacional	108	84	71	13	0	24
Produzindo Conteúdo para sites Institucionais: Técnicas de Redação para texto na web	20	17	17	0	0	3
Projetos Audiovisuais	30	17	15	2	0	13
Qualidade no atendimento aplicada ao Serviço Público	30	20	20	0	0	10
Redação Oficial	30	22	22	0	0	8
Secretariado Executivo	30	14	14	0	0	16
Tesouro Gerencial	30	22	20	2	0	8
Treinamento do Modulo Siape Saúde	15	12	4	0	6	3
Treinamento em Segurança da Informação	40	33	27	1	5	7

Detalhamento da despesa com pessoal

Tabela 12 - Detalhamento da despesa com pessoal

Ano	Vencimentos e Vantagens Fixas	Retribuições (CD, FG, RT)	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benef. Assist. e previdência	Demais despesas	Exercício anterior	Decisões judiciais	Total
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade: (Ativos - Est. 01)										
2017	50.551.597,59	3.579.838,02	11.548.366,05	32.630.305,78	6.194.848,15	1.378.782,15	329.526,26	112.476,64	47.708,52	106.373.449,16
2018	113.298.022,03	25.882.591,07	12.626.697,02	2.775.671,05	6.771.325,85	1.721.687,66	397.081,34	261.176,39	47.708,52	163.781.960,93
Servidores de carreira sem vínculo com a administração: nomeado cargo em comissão - Est. 04 (612)										
2017	206.276,99	-	-	-	11.616,54	-	-	-	-	217.893,53
2018	30.743,89	-	-	-	1.561,36	-	-	-	-	32.305,25
Servidores sem vínculo com a administração pública (exceto temporários): (Exercício Descentralizado - Est. 18)										
2018	140.462,83	-	-	-	-	-	-	-	-	140.462,83
Servidores cedidos com ônus: (Est. 08)										
2017	245.672,31	-	-	-	19.612,00	9.831,02	-	-	-	275.115,33
2018	603.776,13	-	-	-	40.406,00	20.723,20	-	-	-	664.905,33
Servidores com contratos temporários: (742)										
2017	1.049.994,74	-	-	-	137.040,52	-	-	-	-	1.187.035,26
2018	1.631.859,28	-	-	-	151.538,57	-	-	-	-	1.783.397,85
Servidores aposentados (Est. 02)										
2017	741.416,45	-	-	-	-	2.052,14	198.713,05	-	-	942.181,64
2018	1.757.554,17	-	-	-	-	4.629,06	304.613,95	-	-	2.066.797,18
Pensionista										
2017	403.700,40	-	-	-	-	-	-	-	-	403.700,40
2018	525.387,79	-	-	-	-	-	-	-	-	525.387,79

O aumento registrado em 2018 com relação a 2017, se dá pelo ingresso de novos servidores, pelas contratações de servidores temporários, aumento no número

de servidores sem vínculo com administração, aposentadorias e pedidos de pensão. Houve redução nas despesas com servidores sem vínculo com Ufopa.

Gestão de Licitações e Contratos

A Diretoria de Compras e Serviços (DCS) é uma unidade administrativa vinculada a Proad e é responsável pela gestão estratégica de aquisição de materiais, equipamentos e contratação de serviços por meio de licitação na modalidade pregão, inclusive dispensas e inexigibilidade. A DCS tem por finalidade planejar, padronizar, orientar, analisar, executar e controlar as atividades relacionadas com contratações de serviços e compras, no âmbito da Ufopa, na forma da Lei, é a unidade responsável por formalizar os contratos e instrumentos congêneres celebrados pela Ufopa, que

envolvam repasses de recursos financeiros entre as partes ou bens patrimoniais móveis ou imóveis.

Despesas por modalidade de Contratação

A tabela a seguir apresenta de forma detalhada as modalidades de contratações do exercício de 2018, comparado o exercício de 2017.

Modalidade de Contratação	Despesas liquidadas (controle empenho)				Despesas pagas (controle empenho)			
	2018	%	2017	%	2018	%	2017	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	12.953.685,43	7,39	15.496.793,73	9,81	12.215.798,28	7,40	15.135.163,09	9,60
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Pregão	12.953.685,43	7,39	15.264.580,60	9,66	12.215.798,28	7,40	14.902.949,96	9,46
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratação	-	-	232.213,13	-	-	-	232.213,13	-
2. Contratações Diretas (h+i)	8.879.989,70	5,07	7.644.178,05	4,84	8.546.620,58	5,18	7.624.178,05	4,84
h) Dispensa	8.191.246,99	4,67	5.805.241,10	3,67	7.870.447,87	4,77	5.785.241,10	3,67
i) Inexigibilidade	688.742,71	0,39	1.838.936,95	1,16	676.172,71	0,41	1.838.936,95	1,17
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	135.177.150,05	77,15	116.491.527,05	73,71	126.966.107,79	76,94	116.424.544,83	73,87
k) Pessoal	134.373.754,19	76,69	115.960.974,91	73,37	126.162.711,93	76,45	115.893.992,69	73,54
l) Diárias	803.395,86	0,46	530.552,14	0,34	803.395,86	0,49	530.552,14	0,34
5. Outros	18.208.798,26	10,39	18.416.531,40	11,65	17.288.240,01	10,48	18.416.121,40	11,69
6. Total (1+2+3+4+5)	175.219.623,44	100	158.049.030,23	100	165.016.766,66	100	157.600.007,37	100

Dentre os contratos firmados no exercício de 2018, seguem abaixo àqueles que foram mais relevantes, levando em consideração os que tiveram maior impacto no orçamento desta Ifes, serviços terceirizados e locação de imóvel.

1. Empresa Amazon Construções e Serviços Eireli – 012/2018

Contrato para prestação de serviço de agente de portaria e vigia.

2. Empresa Haza Construções de Edifícios LTDA – EPP - Contrato 002/2018

Contrato para execução de serviços de manutenção predial na Ufopa. Devido à importância destes serviços e, uma vez que, não se dispõe de recursos materiais e humanos no Quadro de Pessoal da Ufopa para realização direta dessa atividade, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia de natureza frequente, relativos à manutenção e adaptação predial e urbana na Ufopa foi considerado indispensável ao órgão, cuja paralisação pode ocasionar transtornos ao bom andamento das suas atividades, bem como riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

3. Empresa Irmãos Muniz LTDA – Contrato 001/2018

Contrato de locação de um imóvel para comportar a instalação das unidades acadêmicas e administrativas que atualmente compõem a Unidade Amazônia da Ufopa, no Campus de Santarém. Esse contrato foi necessário para atendimento as demandas de funcionamento da Ufopa e para suprir a falta de infraestrutura física no momento.

4. Empresa M M de Oliveira Junior – EPP – Contrato 009/2018

Contrato realizado para a construção de edificação de quatro pavimentos com guarita padrão e cerca de proteção no terreno onde funcionará o Campus da Ufopa, na cidade de Itaituba-PA.

Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização

A definição de diretrizes gerais e o estabelecimento de procedimentos legais

são necessários à composição dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação para que o Ordenador de Despesas delibere a respeito, instruindo-os com documentos imprescindíveis que lhes darão suporte, haja vista que servirão de base para registro e conformidades supervenientes.

A documentação adequada é importante por vários motivos, dentre os quais confirma e fundamenta os pareceres jurídicos e relatórios elaborados pela entidade, aumenta a eficiência e eficácia de suas contas, serve como fonte de informação para responder consultas de quaisquer interessados e para futuras referências e, como prova da observância das normas legais, facilita o planejamento e a supervisão.

Consagrando a observância do princípio da licitação como regra imperiosa à qual devem sujeitar-se os entes e órgãos públicos, tanto da Administração Direta quanto Indireta, o texto legal também admite, em caráter de excepcionalidade, fugas a essa regra. Tais hipóteses são catalogadas no diploma licitatório sob a denominação de dispensa e inexigibilidade. Trata-se de situações distintas justificadoras da exclusão do procedimento licitatório.

Na dispensa, a licitação seria em tese possível, em face de uma necessidade pública específica e a existência de bens ou serviços disponíveis, em quantidades tais a justificarem uma licitação. Contudo, razões de ordem superior, relacionadas à satisfação de interesse público, também merecedor de imediata acolhida, justificam uma contratação direta, sem recurso à licitação.

Isso se faz necessário, pois neste caso o legislador entendeu que os eventuais benefícios que poderiam ser obtidos através da licitação seriam inferiores aos malefícios dela derivados.

Quanto à inexigibilidade a licitação seria inteiramente descabida em face da inviabilidade de competição, ou porque o objeto perseguido é singular, não existindo outro similar, ou porque singular é o ofertante do serviço ou o produtor/fornecedor do bem desejado. Em suma, um único particular está em condições de atender ao interesse público. O pressuposto aqui é a própria impossibilidade de competição.

Em suma, a contratação por dispensa de licitação só pode ocorrer diante de

uma das situações excepcionais previstas pelo artigo 24, da Lei n.8.666/93. Já a inexigibilidade de licitação ocorre quando é inviável realizar uma competição, nas hipóteses exemplificativas do artigo 25 da Lei n.8.666/93.

Em 2018 a Ufopa realizou **10 (dez) dispensas de licitações** no valor total de **R\$ 8.191.246,99** (oito milhões cento e noventa e um mil duzentos e quarenta e seis

reais e noventa e nove centavos), sendo 3 (três) de caráter emergencial indispensáveis para o funcionamento das atividades administrativas e acadêmico-científica da Instituição:

Tabela 13 - Dispensas de licitações realizadas em 2018

Processo	Dispensa	Descrição
23204.005944/2018-00	02/2018	Contratação Emergencial de serviço de carregador e almoxarife.
23204.008380/2018-19	03/2018	Aquisição de 1 (um) Certificado Digital para Pessoa Jurídica tipo de Certificado e-CNPJ A3, com validade de 3 (três) anos (com Token) para autenticação em sistemas públicos e comunicação com a Receita Federal do Brasil (RFB)
23204.007169/2018-27	04/2018	Contratação emergencial de Material de Consumo: Papel para impressão tipo A4, unidade: resma, quantidade: 1500, para atender às necessidades da Ufopa, em virtude do esgotamento das reservas deste material no almoxarifado desta Ifes.
23204.009329/2018-04	05/2018	Trata-se da contratação emergencial de serviços de agenciamento de viagens para voos regulares domésticos, solicitado pela Coordenação de Diárias e Passagens da Universidade Federal do Oeste do Pará.
23204.011239/2018-38	06/2018	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de informação e consultoria/Assessoria à distância na área de Licitações e Contratos Administrativos, com o direito de usufruir de até 12 consultas
23204.010506/2018-41	07/2018	Contratação de empresa para fornecimento de 01 (uma) licença válida por 36 (trinta e seis) meses, com versão atualizada do Software Adobe Creative Cloud, versão em português para sistema operacional Windows de 64 bits
23204.008038/2018-38	08/2018	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva em microscópios, com objetivo de atender às necessidades do Laboratório de Microscopia do Instituto de Engenharia e Geociências – IEG
23204.013300/2018-00	09/2018	Aquisição de software específico para o serviço de fonoaudiologia, com objetivo de atender às necessidades Diretoria de Saúde e Qualidade de vida -DSQV da Universidade Federal do Oeste do Pará- Ufopa
23204.015459/2018-00	10/2018	Aquisição de 5 aparelhos de Boyle-Mariotte para atender as aulas de Físico-química experimental do curso de Licenciatura em Química do Instituto de Ciências da Educação - Iced, da universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa.
23204.012764/2018-88	11/2018	Trata-se da aquisição de um aparelho emissor de laser terapêutico para o serviço de fonoaudiologia, fisioterapia e nutrição da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa.

Foram realizados **53 (cinquenta e três) processos de inexigibilidades** de licitação no total de **R\$ 688.742,71** (seiscentos e oitenta e oito mil setecentos e quarenta e dois reais e setenta e um centavos), sendo 42 (quarenta duas) referentes a pagamentos de inscrição de servidores em cursos de capacitação.

O Tribunal de Contas da União vêm emitindo determinações para que a Administração promova o treinamento de servidores, especialmente quando as irregularidades ocorrem por erros evidentes, desprovidos de má-fé e em razão de desconhecimento da legislação relacionada às licitações e contratos administrativos.

Tabela 14 - Processos de inexigibilidades de licitação

Processo	Inexigibilidade	Descrição
23204.001355/201859	01/2018	Aquisição de 1 (um) analisador de composição corporal pelo método da biomedância multifrequencial com sistema de eletrodos tateis tetrapolar, com 8 pontos, 10 medidas de impedância e frequências de 20KHz e 100KHz
23204.0030022/01816	02/2018	Pagamento de inscrição dos servidores: Delmas Luiz F. Rodrigues, Janna K. A. da Silva, Jeferson O. Brelaz S. Junior, Marcelo G. da Silva, Monique E. S. Bastos para participarem da capacitação "Licitação Pública e Formação de Pregoeiros"
23204.004635/201860	03/2018	Inscrição das servidoras Jordane Oliveira da Silva, Siape: 2793946 e Lilian da Conceição Pereira da Costa, Siape: 1965027, em evento de capacitação.
23204.004639/201800	04/2018	Contratação da Associação Brasileira de Orçamento Público - Abop, para ministrar curso na modalidade in company, com o tema "Fiscalização de Contratos e Planilhas de custos segundo a IN 05/2017.
23204.005093/201813	05/2018	Pagamento de inscrição da servidora Celina Maria Emin Godinho, Siape: 1618236, no evento intitulado "I Curso de Elaboração de Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público"
23204.004475/201815	06/2018	Pagamento de inscrição em favor da servidora Iani Dias Lauer Leite para participar do evento denominado: 17º Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós -Graduação em Psicologia e ANPEPP"
23204.006843/201800	07/2018	Pagamento de inscrição da servidora Suliane Pereira Rêgo para participar do evento: "58 Curso sobre retenção na fonte de tributos e contribuições sociais na contratação de bens e serviços com ênfase nos reflexos da desoneração da folha
23204.000243/201813	08/2018	Contratação do serviço de identificação, localização e descrição de entidades digitais através da utilização de Identificador Digital de Objetos (Digital Object Identifier - DOI), fornecido pela Abec Brasil/CrosRef
23204.007562/201886	09/2018	Trata-se do pagamento de inscrição em favor do servidor Alan Cleyton da Silva, Siape: 3013909, para participar do evento denominado: "Como utilizar as Ferramentas do extrator de dados e DW - Data Warehouse"
23204.010004/201815	10/2018	Pagamento de inscrição para 4 servidores no evento intitulado "XXXIII Encontro Nacional de Dirigentes de Pessoal e Recursos Humanos das Instituições Federais de Ensino".
23204.008999/201887	11/2018	Pagamento de inscrição em favor do servidor Rosinei de Sousa Oliveira para participar do "MOMAG 2018 (18º Simpósio Brasileiro de Micro-ondas e Optoeletrônica e 13º Congresso Brasileiro de Eletromagnetismo)"
23204.010358/201860	12/2018	Pagamento de inscrição em evento de capacitação em favor do servidor John Lucas Pontes Lima, Siape: 2209007 para participar do "Curso Prático sobre GFIP/SEFIP 8.4 e Conceitos Básico sobre o e-social"
23204.010478/201821	13/2018	Pagamento de inscrição em favor das servidoras Janete Campos de Castro e Jaqueline Paz Silva para participarem do evento de capacitação denominado: "XVIII Curso de Execução Orçamentária da Folha de Pessoal no Siafi"
23204.010971/201896	14/2018	Pagamento de inscrição em favor do servidor Felipe Soares Silva para participar do evento de capacitação denominado: "XV semana Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas"

Tabela 14 - Processos de inexigibilidades de licitação

continuação

Processo	Inexigibilidade	Descrição
23204.011422/201844	15/2018	Pagamento de inscrição em favor do servidor Francisco Saldanha Bannitz para participar da "XV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas"
23204.011120/201850	16/2018	Pagamento de inscrição em favor da servidora Márcia Waimer Spínola Arouca para participar do evento de capacitação denominado: "XV Semana Orçamentária, Financeira e de Contratações públicas em Brasília"
23204.010005/201885	17/2018	Pagamento de inscrição em favor do servidor Luís Paulo Castro de Assis, Siape 1952943, na "Conferência ANPROTEC 2018 – Agro: Negócio, Tecnologia e Inovação" a ser realizada no período de 17 a 20 de setembro de 2018
23204.011559/201831	18/2018	Pagamento de inscrição em favor dos servidores Cendy Castro e Túlio Pereira de Souza para participar da "XV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas"
23204.011892/201861	19/2018	Pagamento de inscrição em favor da servidora Ariane Torres Dourado, Siape: 2996893 para participar da "XV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas"
23204.011813/201860	20/2018	Pagamento de inscrição em favor do servidor Adilson Oliveira Pinto, Siape: 3027627 para participar do "Curso de desfazimento de Bens Móveis à luz do Decreto Federal nº 9.373/2018"
23204.011703/201823	21/2018	Pagamento de inscrição em favor da servidora Luzilda Eliane Bernardes Diniz, Siape: 0759114, para participar da "XV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas"
23204.012024/201886	22/2018	Pagamento de inscrição em favor do servidor Marcelo Almeida Gomes para participar do evento de capacitação denominado: "XV Semana Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas"
23204.011704/201893	23/2018	Pagamento de inscrição em favor da servidora Marli Liarte Mendes para participar do evento de capacitação denominado: "XV Semana Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas"
23204.011567/201809	24/2018	Pagamento de inscrição em favor da servidora Janete Aparecida de Sousa, para participar do evento de capacitação denominado: "Curso de capacitação para Mediadores – Formação para Mediação de Conflitos na Ouvidoria"
23204.011760/201836	25/2018	Pagamento de inscrição em favor das servidoras Lara Karoline Coelho Freire e Joannes Farias Pedrosa para participarem da "Conferência Nacional do Secretariado – Consec 2018"
23204.011976/201824	26/2018	Pagamento de inscrição dos servidores Felipe Arlen S. Aguiar, Jonathan C. da Silva e Máira M. Moutinho, para participar do evento denominado: "49º FONAItec – Capacitação Técnica das Auditorias Internas do Ministério da Educação"
23204.011858/201809	27/2018	Pagamento de inscrição em favor da servidora Katiúscia Silva do Santos, SIAPÉ: 2966292 para participar do curso "Semana Especial de SIAPÉcad – Cadastro de Pessoal e SIAPÉ – Folha Passo a Passo"
23204.012333/201885	28/2018	Pagamento de inscrição dos servidores Arysson Richards Ferreira e Ocicley Maciel Vidal, lotados na Diretoria de Compras e Serviços para participarem do evento de capacitação denominado "Semana de Licitações e Contratos Avançados"

Tabela 14 - Processos de inexigibilidades de licitação

continuação

Processo	Inexigibilidade	Descrição
23204.011589/201894	29/2018	Pagamento de inscrição em favor da servidora Polianne Karla Almeida Guimarães para participar da "XV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas"
23204.013129/201830	30/2018	Pagamento de inscrição em favor dos servidores Delmas Luz Freitas Rodrigues e Marcelo Góes da Silva para participarem da "XV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas"
23204.011820/201865	31/2018	Pagamento de inscrição em favor da servidora Regiane Furtado Lisboa para participar do evento de capacitação denominado: "Curso de Gestão do Patrimônio Imobiliário na Administração Pública"
23204.012877/201844	32/2018	Pagamento de inscrição em favor da servidora Amanda Nunes Figueira para participar do evento de capacitação denominado: "XV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas - Etapa Brasília"
23204.011284/201884	33/2018	Aquisição de scanner Planetário Profissional de Produção, Zeuschel modelo OS 12.002 Adv Plus para a digitalização de documentos de grandes formatos como projetos e plantas arquitetônicas, até o formato A2
23204.012631/201890	34/2018	Pagamento de inscrição em favor do servidor Sandro Xavier Monteiro para participar do evento de capacitação denominado: "XV Semana Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas"
23204.012632/201863	35/2018	Pagamento de inscrição em favor da servidora Nilvana do Socorro da Silva Figueira para participar do evento de capacitação denominado: "XV Semana Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas"
23204.013209/201804	36/2018	Pagamento de inscrição em favor dos servidores Wenderson Silva e Silva e Lidiane de Melo Araújo para participarem da "XV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas"
23204.009058/201846	37/2018	Contratação de psicóloga para realização de atividades de supervisão de pesquisa de campo e emissão de relatório final na avaliação do impacto do Programa Criança Feliz do Governo Federal.
23204.009340/201895	38/2018	Contratação de psicóloga para realização de atividades de pesquisa de campo e emissão de relatório final na avaliação do impacto do Programa Criança Feliz do Governo Federal.
23204.012760/201802	39/2018	Pagamento de inscrição em favor da servidora Marli Liarte Mendes para participar do evento de capacitação denominado: "XV Semana Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas"
23204.012875/201800	40/2018	Pagamento de inscrição em favor do servidor Warlington Nascimento dos Santos para participar da "XV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas"
23204.013450/201893	41/2018	Pagamento de inscrição em favor das servidoras Renata Lisboa Furtado de Sousa e Ingrid Lorrane Miranda de Sousa para participarem da "XV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas"
232040.12901/201875	42/2018	Pagamento de inscrição em favor da servidora Larissa da Silva Soares para participar do curso "Higiene Ocupacional: Operação prática de instrumentos"

Tabela 14 - Processos de inexigibilidades de licitação

continuação

Processo	Inexigibilidade	Descrição
23204.012588/201887	43/2018	Pagamento de inscrição em favor do servidor Roberto Pereira do Nascimento para participar do evento de capacitação denominado : "VII Congresso Brasileiro de Informática na Educação"
23204.012921/201800	44/2018	Pagamento de inscrição em favor da servidora Hericka Lima Cunha para participar do evento de capacitação denominado: "VI Fórum de Inovação em Secretariado Executivo"
23204.011637/201859	45/2018	Aquisição de material Bibliográfico – Livros Nacionais De Matemática – disponíveis no mercado nacional visando atender às necessidades da Biblioteca da Universidade Federal do Oeste do Pará.
232040.14322/201823	46/2018	Pagamento de inscrição em favor dos servidor Otto Narry Tavares da Silva para participar do curso "Semana de Licitações e Contratos Avançados"
232040.13927/201818	47/2018	Pagamento de inscrição em favor da servidora Rita Maria Melo Neves para participar do evento de capacitação denominado: "Semana Especial de Siapecad –Cadastro de Pessoal e Siape – Folha. Passo a Passo"
23204.011860/201852	48/2018	Pagamento de 06 (seis) inscrições para servidores lotados na Diretoria de Compras e Serviços participarem do 14º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, a ser realizado no período de 18 a 21 de março de 2019, em Foz do Iguaçu/PR.
23204.011422/201844	49/2018	Pagamento de inscrição em favor do servidor Francisco Saldanha Bannitz para participar da "XV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas"
23204.012497/201822	50/2018	Contratação de empresa especializada em fornecimento de peças de reposição para manutenção da Unidade Geradora de Nitrogênio Líquido Stirling Criogenics do Instituto de Biodiversidade e Florestas -Ibef
23204.013610/201841	51/2018	Contratação de empresa especializada de serviço de transporte fluvial de veículos oficiais no trecho compreendido entre os portos de Santarém/Santana do Tapará/Santarém e Santarém/Aninduba/Santarém.
23204.14468/201858	52/2018	Contratação de pessoa física para ministrar curso de empreendedorismo voltado ao desenvolvimento e a capacitação de servidores e discentes de graduação e pós graduação da Ufopa
23204.013610/201841	53/2018	Contratação de empresa especializada para ministrar curso de capacitação em In Company para 30 servidores da Universidade Federal do Oeste do Pará, com o tema Gestão Patrimonial no Setor Público.

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

A Diretoria de Almoarifado e Patrimônio da Proad é a setor que exerce o controle patrimonial da Ufopa, gerenciando os procedimentos e as rotinas operacionais que devem incorporar os interesses da Administração para um controle eficaz, permitindo assim o planejamento do patrimônio público e seu uso racional.

A Sinfra é um órgão suplementar diretamente ligado à Reitoria, que tem o objetivo de subsidiar a Administração Superior da Ufopa nos assuntos relacionados à infraestrutura física da instituição, assim como propor e gerenciar as ações relativas à referida área.

Conformidade Legal

Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018 e;

Portaria nº 385, de 28 de novembro de 2018.

Investimento de Capital (infraestrutura e equipamentos)

No exercício de 2018 houve a mudança na gestão na Administração Superior da Ufopa e uma de suas principais ações foi realizar um estudo sobre a infraestrutura física (abril de 2018), e teve como resultado o Plano Emergencial de Infraestrutura da Ufopa na qual integrou Órgãos Colegiados e de Apoio a Gestão. Ao término das análises necessárias sobre a suficiência da infraestrutura foi dado início ao processo de licitação (incluía de sala de aula a laboratórios, a proteção do patrimônio da Ufopa, com projetos de construção de muros e guaritas).

O investimento em infraestrutura proporciona a Universidade, a expansão da sua estrutura acadêmica e administrativa, primando pelo seu desenvolvimento institucional, avanço na tecnologia e promovendo a qualidade do Ensino, Pesquisa e a Extensão Universitária.

No exercício de 2018, foi realizado o planejamento da infraestrutura seguindo o PDI 2012-2016, culminado em torno de 70% da infraestrutura que a Ufopa

terá para os próximos anos. Nesse exercício a Ufopa avançou em principais obras de infraestrutura, tais como o Restaurante Universitário e Bloco Modular Tapajós que proporcionará qualidade para os servidores e alunos da Ufopa com a capacidade de atendimento dos Institutos que estão em prédios alugados.

Todo o investimento realizado em infraestrutura irá gerar uma economia no orçamento para investir em outras áreas e manter o funcionamento da Ufopa, como benefício a médio prazo, teremos a consolidação da infraestrutura física nos campi fora de sede, gerando economia nos aluguéis.

Como boa prática de gestão nesse exercício, primou-se pela execução dos restos a pagar não processados vinculados aos contratos de obras de exercícios anteriores que em 2018 foram executados **R\$ 5.631.281,23**.

Gráfico - Resumo de pagamentos do RU conforme medições

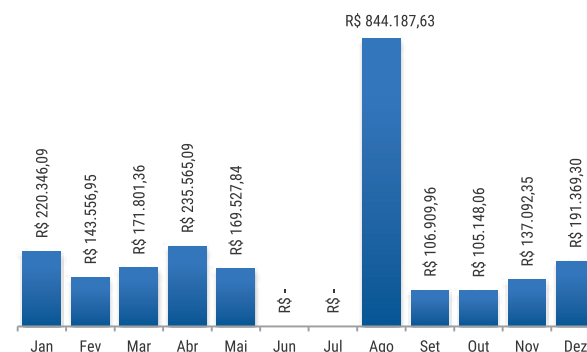


Gráfico - Resumo de pagamentos do BMT conforme medições

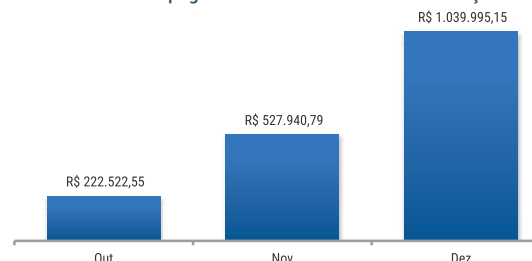


Tabela 15 - Valores adjudicados em Licitações

Contrato	Objeto	Valor
09/2018	Bloco Padrão Itaituba	4.203.040,36
14/2018	Guarita – Óbidos -PA	98.484,99
13/2018	Muros e Guaritas – Oriximiná - PA	267.847,99
10/2018	Muros e Guaritas – Juruti	193.087,95
15/2018	Muros – Óbidos -PA	71.634,22
02/2019	NSA	5.634.205,19
01/2019	NTL	6.279.372,00
		16.747.672,70

Com relação aos investimentos em equipamentos, foi disponibilizado no último trimestre de 2018 o valor **R\$ 13.080.846,81** via Emenda Parlamentar de bancada, desse valor foram empenhados **99,9%** conforme tabela a seguir.

Tabela 16 - Descrição dos empenhos da emenda parlamentar em 2018

Descrição	Valor empenhado
Acadêmica fora de sede	2.913.592,14
Gestão	2.355.601,42
Acadêmica sede	2.318.758,23
Pós-Graduação	2.225.218,00
Equipamentos de informática	1.550.382,74
Ar condicionado	865.526,44
Acervo bibliográfico	529.821,16
Fazenda Experimental	201.480,02
Arquivo central	119.000,00
Total	13.079.380,15

Desfazimento de ativos

Não houve nos exercícios anteriores planejamento que precedesse o processo de desfazimento e, diante das peculiaridades do ano 2018 bem como das limitações em termos de recursos humanos necessários frente ao volume de trabalho que se concentra nas atividades de administração de patrimônio e almoxarifado, este

processo está sendo planejado para o exercício 2019.

Locações de Imóveis e equipamentos

No exercício de 2018 houve a manutenção dos contratos de locação de imóveis existentes, não ocorrendo novas locações de imóveis ou de equipamentos sob a responsabilidade da diretoria de almoxarifado e patrimônio.

Mudanças e desmobilizações relevantes

No exercício de 2018, a Ufopa rescindiu contrato de aluguel do imóvel onde funcionavam, desde 2015, Consun e a Proppit, além de salas de aula da graduação e de pós-graduação. Essa ação representará uma economia anual de mais de um milhão de reais para a universidade, pois, além do aluguel mensal pago no valor de **R\$ 81.000,00** também impactará na redução de despesas com segurança, energia elétrica e transporte. Para a realização dessa ação, foi realizado pela Sinfra um estudo visando à otimização dos espaços já existentes nas unidades Amazônia e Tapajós. Esse levantamento possibilitou dar novos usos a salas que antes eram subutilizadas, abrigando assim a estrutura que havia no espaço que foi devolvido.

Principais desafios e ações futuras

Para os próximos exercícios os principais desafios são a automatização de procedimentos, utilização mais efetiva dos módulos dos sistemas SIG para operacionalização e gestão das atividades relacionadas ao patrimônio e almoxarifado; migração para o sistema integrado de administração de serviços - SIADS/SERPRO/MPOG; remodelagem e otimização dos procedimentos referentes ao inventário patrimonial e o; planejamento, padronização e execução do processo de desfazimento de bens. Com relação a infraestrutura, o principal desafio é obtenção de créditos orçamentários para custear a realização das obras atuais e futuras, sem comprometer os demais investimentos necessários para o funcionamento da Ufopa.

Gestão de Tecnologia da Informação

O Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) é um órgão suplementar, subordinado diretamente à Reitoria, e na Ufopa é o responsável pelo provimento de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, tem como objetivo: planejar, coordenar e executar as atividades relativas à aplicação da tecnologia da informação e comunicação, visando à otimização dos processos e dos serviços prestados à comunidade.

Ao CTIC compete o gerenciamento dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação da instituição, seguindo as melhores práticas preconizadas pelos padrões nacionais e internacionais de Governança de Tecnologia da Informação.

No sentido de assegurar que as decisões na área Tecnologia da Informação atendam aos objetivos e necessidades da instituição, a Ufopa possui um Comitê de Governança Digital (CGD), órgão de natureza deliberativa e de caráter estratégico, criado pela portaria N°556/GR-Ufopa, de 21/08/2018, em substituição aos anteriores CGTI e CGSI. No ano de 2018 o CTIC desenvolveu inúmeros projetos que contribuíram para o alcance dos objetivos estratégicos da Universidade. Dentre eles podemos destacar:

Projeto: Atualização dos sistemas SIGs através dos termos de cooperação entre a Ufopa x UFRN.

- Resultados esperados: Atualização e Implementação dos sistemas informatizados de gestão de informações acadêmicas, administrativas, de recursos humanos.

- Alinhamento com o Planejamento Estratégico e de TI: Sistematizar, Integrar e Proteger a Informação.

- Orçamento: O TED tem como custo total o valor de R\$515.040,00, porém em 2018 foram executados R\$386.280,00.

- Prazo de Conclusão: Em andamento, com término previsto para maio de 2019.

Projeto: Implantação do CAFé para os discentes da Universidade.

Resultados esperados: Disponibilizar para os discentes o acesso as publicações científicas publicadas no Portal de Periódicos da CAPES fora da rede de dados da Ufopa.

Alinhamento com o Planejamento Estratégico e de TI: Sistematizar, Integrar e Proteger a Informação.

Orçamento: Sem custo.

Prazo de Conclusão: Concluído.

Projeto: Atualização do portal da universidade e lançamento dos sites da pró-reitorias.

- Resultados esperados: Atualização do portal da Universidade utilizando a ferramenta de geração automática dos sites obedecendo a legislação de acessibilidade, bem como implantação dos sites das pró reitorias.

- Alinhamento com o Planejamento Estratégico e de TI: Sistematizar, Integrar e Proteger a Informação.

- Orçamento: Sem custo.

- Prazo de Conclusão: Concluído.

Projeto: Contratação de internet para os campi

- Resultados esperados: Disponibilizar internet para os campi que ainda não estão conectados diretamente ao ponto de presença da RNP no estado (PoP/PA). Sendo eles Monte Alegre, Itaituba e Alenquer.

- Alinhamento com o Planejamento Estratégico e de TI: Ampliar e adequar a infraestrutura física e tecnológica.

- Orçamento: R\$175.000,00

- Prazo de Conclusão: Concluída a contratação para os campi de Monte Alegre e Alenquer ficando pendente para 2019 a contratação para o campus de Itaituba.

Projeto: Treinamentos e campanhas de conscientização em segurança da informação para servidores.

- Resultados esperados: Conscientizar os servidores da importância da

segurança da informação.

- Alinhamento com o Planejamento Estratégico e de TI: Sistematizar, Integrar e Proteger a Informação.

- Orçamento: Sem custo

- Prazo de Conclusão: Concluído

No que tange as questões orçamentárias, cabe ressaltar que o CTIC, apesar de não possuir orçamento próprio, realizou em 2018 o gerenciamento de variados contratos que contribuíram significativamente para que a Universidade alcançasse os resultados planejados. São eles:

- Impressão Departamental - Prestação de serviços de solução de impressão departamental, com acesso via rede local (TCP/IP);

- Locação de Grupo Gerador - Locação de 01 grupo gerador na unidade Tapajós para suporte ao Data Center;

- Cabeamento Lógico - Instalação e manutenção de cabeamento lógico para toda a Universidade;

- Pós-garantia do Equipamento HP Bladesystem - Suporte técnico, manutenção e assistência técnica nos equipamentos HP Bladesystem - Data Center;

- Telefonia Fixa - prestação de serviços de Telefonia Comutada (STFC);

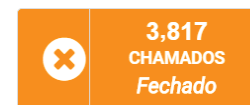
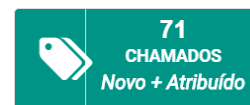
- Telefonia Móvel - serviços de Telefonia móvel pessoal - SMP, e serviço de acesso à internet móvel banda larga 3G utilizando modems USB e;

- Manutenção de Nobreaks de Alta e Baixa Potência - Serviço de manutenção preventiva e corretiva em nobreaks de alta e baixa potência.

Para o gerenciamento de incidentes na Universidade o CTIC, através da coordenação de suporte, utiliza o sistema GLPI, que tem por objetivo assegurar que, depois da ocorrência de um incidente, o serviço de TI afetado tenha restaurada a sua condição original de funcionamento o mais breve possível, minimizando os impactos decorrentes do efeito sobre o nível de serviço ou, até mesmo, da indisponibilidade total.

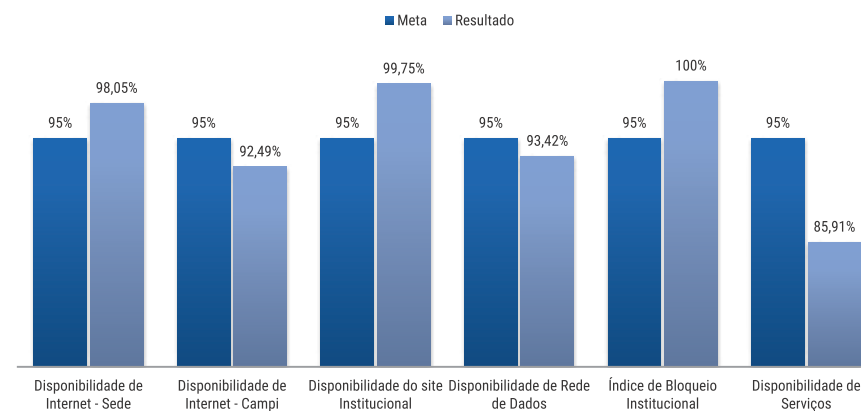
Em 2018, o volume de atendimentos realizados foi de 3.909, sendo que o

CTIC monitora o estado e o ritmo de progresso de todos os incidentes e mantém as áreas usuárias dos serviços de TI informadas sobre o atendimento dos incidentes.



● Resultado dos Indicadores Estratégicos de TIC

O CTIC possui indicadores estratégicos que visam monitorar o desempenho dos serviços de tecnologia providos a comunidade administrativa e acadêmica.



Disponibilidade de Internet - Sede: este indicador visa monitorar a disponibilidade do serviço de acesso à internet oferecido aos setores da universidade na cidade de Santarém. Neste contexto são atendidas as unidades Tapajós, Rondon, Amazônia e Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio (DAP). A meta estabelecida é de 95%, onde se busca medir o percentual de horas em que a internet esteve disponível no período $((\text{horas em que a internet esteve disponível} / \text{total em horas do período}) \times 100))$.

No ano de 2018 esta meta foi superada em 3% perfazendo um total de aproximadamente 8590 horas disponíveis, ou seja, mais de 357 dias. Esse resultado foi possível devido a diminuição de indisponibilidade do enlace entre Belém e Santarém, por parte do provedor de internet (Rede Nacional de Pesquisa - RNP), além do aumento da disponibilidade de energia elétrica por meio de grupo gerador exclusivo para alimentar os equipamentos do Data Center da Ufopa responsáveis pelo fornecimento de internet para Rede Metropolitana de Santarém.

Disponibilidade de Internet - Campi: Este indicador visa monitorar a disponibilidade do serviço de acesso à internet oferecido aos campi fora de sede como Juruti, Óbidos e Oriximiná. A meta e o sistema de monitoramento é similar a sede. Segue abaixo o desempenho do indicador em cada campi:

- Juruti 91,53%;
- Óbidos 92 %;
- Oriximiná 94,90 %

Analisando os indicadores individualmente observa-se que o campi de Oriximiná foi o que mais aproximou-se da meta. Justifica-se as constantes falhas no fornecimento de internet para esses municípios devido o enlace ser terceirizado e também a própria infraestrutura de internet para estas cidades ainda necessitar de investimentos por partes das operadoras locais. A RNP já tentou por diversas vezes licitar este serviço com maior capacidade, porém a licitação sempre foi fracassada por falta de fornecedor.

Disponibilidade do site Institucional: Este indicador visa monitorar a disponibilidade do site www.ufopa.edu.br. A meta estabelecida é de 95%, onde se

busca medir o percentual de horas em que a internet esteve disponível no período $((\text{horas em que o site esteve disponível} / \text{total em horas do período}) \times 100))$. No ano de 2018, o site institucional ficou disponível cerca de 364 dias, apenas 22 horas e 40 minutos de indisponibilidade. Neste mesmo ano, foi lançado uma nova plataforma de criação de site desenvolvida pela Coordenação de Sistemas.

Disponibilidade de Rede de Dados: Este indicador visa monitorar a disponibilidade da rede de dados da sede em Santarém, onde localiza-se as unidades Tapajós, Amazônia, Rondon e DAP. A meta estabelecida é de 95%, onde se busca medir o percentual de horas em que a internet esteve disponível no período $((\text{horas em que a rede esteve disponível} / \text{total em horas do período}) \times 100))$.

Em 2018, a meta não foi atingida por alguns motivos como principalmente a instabilidade na rede elétrica em algumas unidades que ocasionou a queima de equipamentos de proteção de energia nos racks da rede.

Índice de Bloqueio Institucional: este indicador visa monitorar os ataques cibernéticos aos sistemas institucionais. A meta estabelecida é de 95%, onde se busca medir o percentual no número de ataques totais subtraídos pelo número de ataques bem-sucedidos $((\text{nº de ataques total} - \text{nº de ataques bem sucedidos}) / \text{nº de ataques total}) \times 100$.

No ano de 2018 não foram registrados ataques pela Rede Nacional de Pesquisa através do CAIS (Centro de Atendimento a Incidentes de Segurança). Porém houveram 11 incidentes notificados e apenas 4 resolvidos pela Coordenação de Segurança da Informação devido à dificuldade de localização de equipamentos, como notebooks, infectados na rede.

Disponibilidade de Serviços: Este indicador visa monitorar a disponibilidade de serviços de TI como: Correio Eletrônico; Mensageiro Spark; Sistemas SIG. A meta estabelecida foi de 95%. Porém em 2018, não foi possível atingir a meta devido a constantes indisponibilidades principalmente nos sistemas SIGs por motivo de mudanças de versões necessárias para continuidade do negócio.

● Gestão da tecnologia da informação

Considerando a necessidade de implantar parâmetros e diretrizes nas ações de Tecnologia da Informação e Comunicação para assegurar o cumprimento do propósito e das políticas institucionais da Ufopa; Considerando o disposto no art. 9 do Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, o Reitor resolve instituir o Comitê de Governança Digital (CGD) no âmbito da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) por meio da Portaria nº 556/GR-Ufopa, de 21 de agosto de 2018, órgão de natureza deliberativa e de caráter estratégico. Para criação deste novo comitê foi necessário o encerramento das atividades de outros dois comitês: Comitê Gestor de TI e Comitê Gestor de Segurança da Informação. O CGD passou a deliberar ações estratégicas envolvendo as áreas de TI e de segurança da informação.

Com esta reformulação, foi dado início ao processo de elaboração do novo Plano de Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação através do Grupo de Trabalho instituído pela portaria nº 568/GR-Ufopa, de 24 de agosto de 2018. Este grupo de trabalho conduzirá os trabalhos de preparação, diagnóstico e planejamento das ações de TI para os próximos quatro anos com prazo para encerramento da elaboração do documento no primeiro semestre de 2019.

Para atendimento do objetivo estratégico Ampliar e Adequar a Infraestrutura Tecnológica, foi necessário contratações de equipamentos e serviços de tecnologia como:

- Serviço de internet para os campi de Alenquer, Monte Alegre e Itaituba;
- Aquisição de switchs de acesso para ampliação da rede de dados;
- Aquisição de ponto de acesso para ampliação da rede sem fio para servidores e alunos;
- Aquisição de equipamento hiperconvergente para o Data Center da universidade a fim de ampliar a capacidade de armazenamento e processamento dos sistemas institucionais.

Quanto as principais iniciativas, consolidou-se as transmissões ao vivo das reuniões dos conselhos superiores através do canal do CTIC no Youtube e apoio a Progep na implantação da identificação funcional na Ufopa. Além de sites

institucionais para Comissão Permanente de Progressão Docente, Secretaria Geral dos Conselhos Superiores. Houve a inicialização da atualização dos sistemas SIG para melhoria nos processos administrativos e acadêmicos.

Foram realizadas campanhas com objetivo de informar o uso correto de impressoras e nobreaks, de ferramentas que facilitam a comunicação interna e geram economia no uso do telefone, como mensageiro e memorando eletrônico e também divulgar as funcionalidades do sistema SIG. Houveram também campanhas de conscientização e treinamentos específicos em segurança da informação.

● Principais desafios e ações futuras

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) é o instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, que tem como objetivo fundamental atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período. O PDTIC da UFOPA, encontra-se em fase de desenvolvimento e deverá englobar as ações necessárias para aprimoramento dos sistemas e serviços de TI a partir dos objetivos estratégicos da instituição.

Sustentabilidade Ambiental

Critérios de sustentabilidade nas contratações

A licitação pública não é somente um procedimento administrativo que visa suprir a administração com bens, serviços e obras necessárias ao seu funcionamento. Deve ser orientada para implementar políticas públicas que induzam a um padrão de consumo e produção que atenda ao interesse público de uma sociedade mais justa e igualitária, sem comprometer o bem estar das gerações futuras.

As contratações públicas precisam incentivar o mercado nacional a ajustar-se à nova realidade da sustentabilidade que está se tornando o fator diferencial na competição internacional do século XXI.

A segunda razão é que adquirir produtos de menor impacto ambiental representa obter a contratação mais vantajosa, ainda que eventualmente não seja o menor preço disponível no mercado quando comparado com o de produtos convencionais. Embora possam ser considerados similares, carecem de atributos fundamentais para atender ao interesse público da preservação do meio ambiente e do bem estar social. Esses são os objetivos maiores da atuação do Estado, conforme estabelece o art. 225 da Constituição Federal.

Produtos, serviços e obras de menor impacto ambiental, ainda que tenham um maior custo aparente no momento da contratação, são mais econômicos no longo prazo. Isso porque reduzem os gastos do Estado com políticas de reparação de danos ambientais, têm maior durabilidade, menor consumo de energia e materiais, e incentivam o surgimento de novos mercados e empregos verdes, gerando renda e aumento de arrecadação tributária.

A terceira razão é que a exigência de critérios ambientais, sociais e econômicos nas contratações públicas, confere coerência à atuação do comprador público relativamente ao dever do Estado de proteger o meio ambiente e fomentar o desenvolvimento econômico e social, integrando a atuação das áreas meio com as políticas implementadas pelas áreas fim.

A seleção da proposta mais vantajosa ao interesse público deve eleger os

bens e serviços cujas características atendam a especificações adequadas, tanto em termos de qualidade e funcionalidade, quanto dos princípios e deveres do Estado definidos na Constituição Federal. Assim, a Administração tem o dever de selecionar os bens, serviços e obras mais vantajosos, em sentido amplo, não abrangendo somente o preço, mas também a qualidade e a conformidade com o devedor do Estado de proteção ao meio ambiente.

Em 2018 a Ufopa realizou 5 (cinco) licitações de Obras através do Regime Diferenciado de Contratações-RDC, editais nº 01, 02, 03, 04 e 05/2018 e todos os editais contemplam o tópico de sustentabilidade, a seguir:

"30. DA SUSTENTABILIDADE

30.1. Este Edital observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material bem como a apresentação de documentos físicos, copiados ou impressos, preferencialmente através de papel reciclado, e de forma a não frustrar a competitividade.

30.2. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará também os critérios elencados na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012:

30.2.1. Que os materiais apresentem, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis estabelecidas no artigo 4º do Decreto nº 7.746/2012, quais sejam: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

30.2.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

30.2.3. A comprovação do disposto neste item (da sustentabilidade) poderá ser feita mediante apresentação de qualquer meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital, conforme art. 7º e 8º do Decreto nº 7.746/2012.

30.3. O fornecedor no momento do recolhimento dos resíduos dos materiais consumidos e por ele fornecidos deverá apresentar documento probatório de que o

referido lixo está sendo tratado e destinado, conforme a legislação ambiental para o caso, inclusive, informando o local onde será destinado e/ou tratado o lixo, bem como o nome da pessoa (jurídica ou física) responsável pelo controle e destinação dos referidos materiais caso não seja executado/realizado pelo próprio fornecedor.

30.4. A Ufopa dará prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI da Lei nº 12.305, de 2010)." (Edital RDC nº 01/2018)

No edital nº 15/2018 referente ao registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de jardinagem, manutenção, conservação, limpeza de áreas verdes e paisagismo dos Campi Ufopa nos municípios de Santarém - PA, Monte Alegre - PA, Oriximiná - PA, Alenquer - PA, Óbidos - PA, Juruti - PA e Itaituba - PA, consta no item 8.5 do termo de referência:

"8.5 A empresa a ser contratada deverá seguir o que determina a IN N.º 01/SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010. Decreto 7.746, de 05 de Junho de 2012. Decreto 9.178, de 23 de Outubro de 2017 – os quais dispõem sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional."

No edital nº 22/2018 referente à aquisição de suprimentos e consumíveis de impressoras para atender as necessidades de impressão da Universidade Federal do Oeste do Pará, consta no item 23:

"23. DA SUSTENTABILIDADE

23.1. Conforme termos e condições estabelecidas no Item 17 do Termo de Referência (ANEXO I) deste Edital.

17. SOBRE A SUSTENTABILIDADE

17.1. Esta contratação observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações voltadas para a sustentabilidade ambiental, sugerindo aos participantes, a apresentação de documentos físicos, copiados ou impressos, preferencialmente em papel reciclado, e de forma a não frustrar a competitividade.

Considerando que a proteção ao meio ambiente é diretriz constitucional - artigo 225 da Constituição Federal de 1988, de todos aqueles que exercem atividade econômica (artigo 170, inciso VI), deve a Administração Pública, de assegurar a utilização deste princípio. Assim a Ufopa sempre busca o objeto de menor impacto ambiental.

17.2. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará também os critérios elencados na Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG e no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, de que os materiais apresentem, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis de: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra. Utilizar matéria-prima com produtos sustentáveis (tintas, vernizes e adesivos à base de água ou óleo vegetal); seguindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), obedecendo as seguintes ações: evitar, reduzir, reutilizar, reciclar, incinerar com recuperação energética e, realizar a disposição final adequada dos rejeitos.

17.3. A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento dos resíduos sólidos gerados pelo uso dos produtos, ou seja, carcasas dos cartuchos de tinta e toner e embalagens, no local, sem ônus à Ufopa, em parceria com o fabricante, para a reciclagem e destinação ambientalmente correta. A coleta deverá ser feita duas vezes ao ano, quando convocada a empresa possuirá 20 (vinte) dias para realizá-la.

17.4. Conforme prevê o Artigo 33 da nova lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei no. 12.305, de 2 de agosto de 2010), ficam obrigados os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados. Vale ressaltar sobre esse assunto que o setor público é um grande consumidor e gerador de resíduos, em especial dos cartuchos para impressoras. A remanufatura não está alinhada à melhor prática de sustentabilidade ambiental, pois não está inserida no ciclo fechado / logística reversa do fabricante. Na remanufatura de cartuchos de tinta e toner, após o máximo de recargas realizadas suportadas pela carcaça do cartucho, é comum os inservíveis serem descartados por clientes e empresas de remanufatura em lixos convencionais e aterros sanitários. Os resíduos gerados nesse processo, da remanufatura de partes e peças ou recarga do suprimento, são despejados na rede sanitária comum sem o menor tratamento. Além disso, tais inservíveis não retornam ao fabricante, para este gerar nova matéria-prima, uma vez que o objetivo da prática sustentável de reciclagem em logística reversa não é somente reciclar os resíduos, mas permitir diminuir a pegada de nova matéria-prima (diminuir a pegada de carbono) na natureza para a fabricação de novos produtos, bem como reduzir consumo de água e energia, dentre outros recursos naturais.

17.5. O Decreto Federal no. 7.404, de 23 de dezembro de 2010, cita no Artigo 18 que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens supracitados, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, ficando estes responsáveis pela realização da Logística Reversa. O fornecedor no momento do recolhimento dos resíduos dos materiais consumidos e por ele fornecidos deverá apresentar documento probatório de que o referido lixo

está sendo tratado e destinado, conforme a legislação ambiental para o caso, inclusive, informando o local onde será destinado e/ou tratado o lixo, bem como o nome da pessoa (jurídica ou física) responsável pelo controle e destinação dos referidos materiais caso não seja executado/realizado pelo próprio fabricante.

17.6. A comprovação do disposto neste item (da sustentabilidade) deverá ser feita mediante apresentação de meio de prova que ateste que o cumprimento das exigências de sustentabilidade, conforme art. 7º e 8º do Decreto nº 7.746/2012, Instrução Normativa 02-SLTI/2014 (Selo de Eficiência Energética), dentre outros vigentes, devendo utilizar o modelo constante no anexo II deste Edital, além das comprovações (solicitar aos fabricantes/importadores/revendedores) pertinentes:

a) Com a entrada em vigor da Lei de Resíduos Sólidos (L. nº 12.305/10), instituiu-se, no art. 7º, inc. XI, alínea “b”, que um dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos é que a Administração Pública compre, prioritariamente, os bens que “considerem critérios compatíveis de consumo social e ambientalmente sustentáveis”.

b) Comprovação de procedência dos cartuchos por meio de guia de importação ou por meio de declaração do fabricante do cartucho ou de um de seus distribuidores ou revendedores autorizados (cuja situação de distribuidor ou revendedor autorizado deve ser comprovada por meio de documentação), com a finalidade de garantir a originalidade dos cartuchos e evitar produtos falsificados, recarregados ou provenientes de origem não comprovada.

c) Declaração sobre o recolhimento dos resíduos, de acordo com a Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política de Resíduos Sólidos. A licitante vencedora deverá adotar sistemas de logística reversa em parceria com o fabricante dos cartuchos de tinta ou toner.

d) Apresentação do Cadastro Técnico Federal do Ibama, disponível no site https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade.php, informando-se o CNPJ da unidade fabricante e do Reciclador, além dos importadores (para cartuchos similares).

17.7. A aplicação de critérios de sustentabilidade:

a) Os cartuchos de tinta e toner ofertados devem ser preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

b) É desejável que o licitante indique, juntamente com sua proposta, como será feita a coleta dos invólucros vazios dos cartuchos de tinta e toner fornecidos, para realização da correta destinação final pelo Fabricante.

c) A sistemática de recolhimento deverá indicar as quantidades mínimas de cartuchos a serem recolhidos por evento, os responsáveis pelo recolhimento, bem como a especificação e detalhamento da destinação dos cartuchos usados.

d) Somente serão considerados apropriados os procedimentos de destinação dos

cartuchos usados quando orientados para os seguintes objetivos:

Reaproveitamento ou reutilização das peças e componentes não sujeitos a desgastes, efetivados sob supervisão do Fabricante do cartucho;

Destinação ambientalmente adequada dos resíduos dos cartuchos, devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente, a ser efetivada pelo Fabricante do cartucho ou por Representante Autorizado.

17.8. Outros exemplos de aplicação de critérios de sustentabilidade: a) ISO 14001: Apresenta um sistema de gestão ambiental com o objetivo de preservar os bens naturais. Foi criada em 2004 e incorpora preocupações com a sustentabilidade do planeta. Em sua operação, a empresa deve levar em conta o uso racional de recursos naturais, a proteção de florestas e a preservação da biodiversidade, entre outros quesitos. No Brasil, quem confere essa certificação é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Ao contrário das demais certificações, não há um selo visível em produtos, pois a certificação é para a empresa.

17.9. As normas ISO que regem os padrões de qualidade e rendimento de suprimentos para impressão, as quais são também utilizada pela ABNT, e reconhecidas pelo TCU para serem exigidas aos suprimentos não originais (ou seja, compatíveis e remanufaturados), serão essas:

a) ABNT NBR ISO/IEC 19752:2006 - determinação do rendimento de cartuchos de toner para impressoras eletrofotográficas monocromáticas e para dispositivos multifuncionais que contenham componentes de impressora;

b) ABNT NBR ISO/IEC 24711:2007 - determinação do rendimento de cartuchos de tinta para impressoras coloridas a jato de tinta e para dispositivos multifuncionais que contenham componentes de impressora;

c) ABNT NBR ISO/IEC 24712:2007 - páginas de teste de cor para a medição do rendimento de equipamento de escritório;

d) ABNT NBR ISO/IEC 19798:2008 - determinação do rendimento de cartuchos de toner para impressoras coloridas e para dispositivos multifuncionais que contenham componentes de impressora.

17.9.1. Dessa forma, devem constar dos laudos atendimento às normas acima conforme o produto ofertado. Exigências com fulcro nas deliberações do Tribunal de Contas da União (TCU): Decisão n.º 130/2002 – Plenário; Decisão n.º 516/2002 – Plenário; Decisão n.º 1.196/2002 – Plenário; Decisão n.º 1.476/2002 – Plenário; Decisão n.º 1.622/2002 – Plenário e Acórdão n.º 1.446/2004.

17.9.2. Esses padrões são atendidos pelos fabricantes das impressoras desde a concepção do produto. São projetados para funcionar assim, idênticos, em todo o mundo onde o produto é comercializado. Conforme a ISO, os fabricantes enviam amostras dos produtos oriundos de diversas fontes diferentes (lojas, revendedores e distribuidores) para testes de laboratório. Feitos os testes e auferidos os padrões de qualidade e rendimento, o próprio fabricante da impressora insere no catálogo do produto as informações autorizadas pela ISO.”

No edital nº 23/2018 referente ao registro de preços para eventual Aquisição de Material Permanente: Equipamentos, para atender às demandas do Instituto de Biodiversidade e Florestas (Ibef), em parceria com o Instituto de Saúde Coletiva (Isco), Instituto de Ciências da Sociedade (ICS) e, Instituto de Ciência e Tecnologia das águas (ICTA), para atender às necessidades desta Instituição, consta no item 23 do termo de referência:

"23. DA SUSTENTABILIDADE

23.1. Os bens ofertados deverão:

23.1.1. Ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento."

A Ufopa está buscando identificar os bens, serviços e obras mais adquiridos para analisar a viabilidade de adotar exigências de sustentabilidade nas licitações futuras, optando por produtos equivalentes que causem menor impacto ambiental e, que por exemplo, tenham maior eficiência energética visando incluir gradativamente critérios ambientais, elaborando especificações técnicas claras e precisas dos produtos, bens e construções sustentáveis nos novos editais, além de comunicar-se com outros gestores para troca de informações e sensibilizá-los sobre a importância da construção e consolidação de um modelo justo de desenvolvimento sustentável que promova essa cultura institucional e que sirva de exemplo para a sociedade.

Ações para redução do consumo de recursos naturais e redução de resíduos poluentes

Em cumprimento ao Plano de Logística Sustentável da Ufopa, a Coordenação de Gestão Ambiental (CGA) pautou suas ações nos eixos: Gerenciamento de resíduos visando a implantação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, elaboração do programa de coleta seletiva em cada um dos 7 campi da universidade, bem como buscar parcerias junto a Associações/Cooperativas de catadores ou recicladores para aproveitamento dos resíduos recicláveis, etc; Sistemas de abastecimentos de água e esgotamento

sanitário, buscando implantar novas técnicas de tratamento e realizando melhorias para o funcionamento dos sistemas nos campus; Uso racional de energia e água elaborando programas de redução do custo e consumo de água e energia elétrica, além de promover campanhas de mobilização e sensibilização de redução do consumo de água e energia elétrica; Licenciamento ambiental elaborando e acompanhando os processos de licenciamento ambiental de todas as obras, atividades e serviços de responsabilidade da Ufopa e demais que necessitem de regularização ambiental; Compras ecoeficientes estabelecendo critérios sustentáveis de aquisição de materiais e/ou contratação de serviços na construção de novas unidades e nos mais diversos usos e atividades da universidade; Edificações sustentáveis definindo e estabelecendo parâmetros sustentáveis na concepção de novas unidades de edificações; e Conforto ambiental, onde uma das metas é priorizar, nas mais diversas ações, a preservação da vegetação dos Campus da Ufopa.

Desta forma esta coordenação desenvolveu ações, após, a identificação de suas atribuições e Eixos prioritários de atuação, os quais norteiam a gestão ambiental necessária. Assim, ao longo do período mencionado, vem desenvolvendo suas atividades de maneira radial, integrando-as aos demais setores que compõe a Ufopa, e desde então, desenvolveu as atividades descritas a seguir:

Além das atividades rotineiras, geradas por demandas de variados setores da Ufopa e de Órgão externos, foi desenvolvido ao longo do ano, o levantamento de dados para obter informações sobre geração e descarte de resíduos, orgânicos, inorgânicos, químico eletroeletrônico e de saúde, gerados nas unidades Rondon, Amazônia e Tapajós da Ufopa, assim como das Unidades dos Campis Regionais, para posterior preparação do diagnóstico em subsídio à elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos da Ufopa. No mesmo período ocorreu monitoramento dos sistemas de saneamento (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos) dos Campi da Ufopa.

No sentido de promover a sustentabilidade dentro da Universidade foram realizadas campanhas de sensibilização ambiental para redução no consumo de materiais e insumos: copos plásticos descartáveis, papel, energia e água. As ações de

sensibilização, a partir da campanha “adote uma caneca”, iniciada em 2014, ocorre anualmente pelas diversas Unidades da Ufopa.

Ocorreu a ação denominada Recicla com Arte, desenvolvida por estagiários do curso técnico em saneamento do IFPA, sob orientação da Coordenação de Gestão Ambiental, o projeto sobre reaproveitamento de aparas de papel, proveniente de recortes de projetos arquitetônicos, provenientes de serviços executados na Diretoria de Obras e Projetos da Sinfra, visou a coleta e mensuração de aparas de papéis provenientes da Diretoria de Obras e Projetos e posteriormente com o resíduo foram confeccionados blocos de anotações. Os blocos de papel produzidos foram distribuídos nos setores administrativos da Unidade Amazônia da Ufopa.

Não diferente dos anos anteriores, além das atividades rotineiras, geradas por demandas de variados setores da Ufopa e de Órgão externos, em março de 2018 A Coordenação de Gestão Ambiental participou do grupo de trabalhos realizados para a formulação do novo Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufopa, enfatizando os trabalhos desenvolvidos pela CGA/Sinfra, e expondo aos principais anseios para a Gestão Ambiental de qualidade. Em maio de 2018 houve a realização de orientações técnicas, quanto à separação de resíduos sólidos em resíduos secos e resíduos úmidos, aos colaboradores da empresa terceirizada para os serviços de conservação e limpeza, dos Campi da Ufopa. Atividades de coleta e separação são monitoradas no decorrer do ano pela CGA, para garantir que resíduos gerados dentro da Universidade sejam reaproveitados ou encaminhados a melhor destinação possível.

Dentre outras atividades nos dias 4 a 5 de setembro de 2018, ocorreu por meio de parceria do ICTA e da CGA a ação denominada “Sensibilização Ambiental nas Escolas Públicas”, a ação foi desenvolvida na escola São Raimundo Nonato e abordou, por meio de rodas de conversas e palestras, temas sobre a preservação, conservação ambiental e a racionalização do uso de recursos naturais chamando a atenção de alunos e professores, da escola, para os problemas de poluição e degradação ambiental.

Em 3 de novembro de 2018 a CGA, realizou a 1ª Ação de Limpeza da Área de Preservação Permanente – Praia da Ufopa na Unidade Tapajós. A ação buscou retirar

o máximo de resíduos e entulhos existentes na praia, a fim de promover à comunidade acadêmica e aos demais frequentadores um ambiente mais agradável e salubre. A ação ocorreu de forma educativa, com atividade de limpeza e orientação aos frequentadores e aos tripulantes das embarcações ancoradas em frente à praia.

Em dezembro a CGA atuou em parceria com a Diretora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas e com a Reitoria para a I Corrida de Rua da Ufopa, onde o papel da CGA foi em manter limpo, o local de concentração e todo o percurso da corrida, evitando que a geração de grande quantidade de garrafas pet fossem despejadas no percurso da corrida, repercutindo de forma negativa à Universidade.

Demonstrações Contábeis

Capítulo

05



Demonstrações Contábeis

Tabela 17 - Balanço orçamentário - receita

Receitas orçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas	Saldo
Receitas Correntes	444.360,00	444.360,00	690.500,95	246.140,95
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	68.984,00	68.984,00	72.772,23	3.788,23
Valores Mobiliários	68.984,00	68.984,00	72.772,23	3.788,23
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	348.368,00	348.368,00	557.800,00	209.432,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	348.368,00	348.368,00	557.800,00	209.432,00
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	27.008,00	27.008,00	59.928,72	32.920,72
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	27.008,00	27.008,00	59.928,72	32.920,72
Receitas de Capital	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Recursos Arrecadados e m Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Subtotal de Receitas	444.360,00	444.360,00	690.500,95	246.140,95
Refinanciamento	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Subtotal Com Refinanciamento	444.360,00	444.360,00	690.500,95	246.140,95
Deficit			201.653.998,44	201.653.998,44
Total	444.360,00	444.360,00	202.344.499,39	201.900.139,39
Detalhamento dos Ajustes na Previsão Atualizada	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

Tabela 18 - Balanço orçamentário - despesa

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo Da Dotação
Despesas Correntes	150.311.038,00	179.724.749,00	178.745.319,39	175.382.309,06	165.148.894,53	979.429,61
Pessoal e Encargos Sociais	110.186.697,00	135.789.181,00	134.373.754,19	134.373.754,19	126.162.711,93	1.415.426,81
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	40.124.341,00	43.935.568,00	44.371.565,20	41.008.554,87	38.986.182,60	-435.997,20
Despesas de Capital	13.020.000,00	10.520.000,00	23.599.180,00	808.811,15	755.111,15	-13.079.180,00
Investimentos	13.020.000,00	10.520.000,00	23.599.180,00	808.811,15	755.111,15	-13.079.180,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas	163.331.038,00	190.244.749,00	202.344.499,39	176.191.120,21	165.904.005,68	-12.099.750,39
Amortização da dívida / refinanciamento	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento	163.331.038,00	190.244.749,00	202.344.499,39	176.191.120,21	165.904.005,68	-12.099.750,39
Total	163.331.038,00	190.244.749,00	202.344.499,39	176.191.120,21	165.904.005,68	-12.099.750,39

Tabela 19 - Balanço orçamentário - demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31/12 do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	791.851,77	6.337.495,47	5.897.351,07	5.871.452,42	837.705,96	420.188,86
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	791.851,77	6.337.495,47	5.897.351,07	5.871.452,42	837.705,96	420.188,86
Despesas de Capital	26.682.444,77	6.830.652,08	12.611.179,94	12.521.179,94	1.210.817,42	19.781.099,49
Investimentos	26.682.444,77	6.830.652,08	12.611.179,94	12.521.179,94	1.210.817,42	19.781.099,49
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Total	27.474.296,54	13.168.147,55	18.508.531,01	18.392.632,36	2.048.523,38	20.201.288,35

Tabela 20 - Balanço orçamentário - demonstrativo de execução restos a pagar processados e não processados liquidados

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 / 12 do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	1.760,04	466.557,89	468.187,93	-	130,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	66.982,22	66.982,22	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.760,04	399.575,67	401.205,71	-	130,00
Despesas de Capital	-	29.699,26	29.699,26	-	-
Investimentos	-	29.699,26	29.699,26	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
Total	1.760,04	496.257,15	497.887,19	-	130,00

Tabela 21 - Balanço patrimonial - Ativo

Especificação	2018	2017
Ativo Circulante	13.745.636,90	6.225.292,76
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.991.639,04	3.693.794,46
Créditos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	749.434,19	1.462.862,38
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	1.004.563,67	1.004.563,67
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	64.072,25
Ativo não Circulante	127.155.144,48	117.140.024,98
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	126.292.613,84	116.278.172,34
Intangível	862.530,64	861.852,64
Diferido	-	-
Total do Ativo	140.900.781,38	123.365.317,74

Tabela 22 - Balanço patrimonial - Passivo

Especificação	2018	2017
Passivo Circulante	11.565.235,35	2.971.171,56
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	8.987.225,33	2.034.216,73
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.011.818,79	777.832,10
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	573,33
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.566.191,23	158.549,40
Passivo não Circulante	-	-
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Resultado Diferido	-	-
Total do Passivo Exigível	11.565.235,35	2.971.171,56

Tabela 23 - Balanço patrimonial (patrimônio líquido)

Especificação	2018	2017
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	129.335.546,03	120.394.146,18
Resultado do Exercício	9.622.612,54	-1.769.697,23
Resultados de Exercícios Anteriores	120.394.146,18	107.423.265,74
Ajustes de Exercícios Anteriores	-681.212,69	14.740.577,67
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Total do Patrimônio Líquido	129.335.546,03	120.394.146,18

Tabela 24 - Balanço patrimonial (quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes)

Ativo			Passivo		
Especificação	2018	2017	Especificação	2018	2017
Ativo Financeiro	11.991.639,04	3.693.794,46	Passivo Financeiro	56.764.840,18	41.221.381,14
Ativo Permanente	128.909.142,34	119.671.523,28	Passivo Permanente	1.039.164,05	1.967.234,51
			Saldo Patrimonial	83.096.777,15	80.176.702,09

Tabela 25 - Balanço patrimonial (quadro de compensações)

Ativo			Passivo		
Especificação	2018	2017	Especificação	2018	2017
Especificação / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Especificação / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Saldo Dos Atos Potenciais Ativos	28.239.982,55	7.509.745,02	Saldo Dos Atos Potenciais Passivos	86.386.517,78	78.723.413,75
Execução dos Atos Potenciais Ativos	28.239.982,55	7.509.745,02	Execução dos Atos Potenciais Passivos	86.386.517,78	78.723.413,75
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	5.508.453,29	4.069.312,18	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	22.699.321,26	3.408.224,84	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	32.208,00	32.208,00	Obrigações Contratuais a Executar	86.386.517,78	78.723.413,75
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
Total	28.239.982,55	7.509.745,02	Total	86.386.517,78	78.723.413,75

Tabela 26 - Balanço patrimonial (demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial)

Destinação de recursos	Superávit/déficit financeiro
Recursos Ordinários	-28.808.077,83
Recursos Vinculados	-15.965.123,31
Educação	-17.615.666,78
Previdência Social (RPPS)	-
Doações	1.000.000,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.463.388,76
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-812.845,29
Total	-44.773.201,14

Tabela 27 - Balanço financeiro

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	2019	2018	Especificação	2019	2018
Receitas Orçamentárias	8.501,51	690.500,95	Despesas Orçamentárias	143.474.890,41	202.344.499,39
Ordinárias	-	-	Ordinárias	141.259.890,41	197.819.881,91
Vinculadas	8.501,51	1.092.700,95	Vinculadas	2.215.000,00	4.524.617,48
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	8.501,51	1.092.700,95	Educação		38.966,07
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-402.200,00	Seguridade Social (Exceto RGPS)	2.137.000,00	509.220,04
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	78.000,00	1.209.769,72
			Outros Recursos Vinculados a Fundos		1.596.501,65
Transferências Financeiras Recebidas	15.938.864,19	194.190.310,41	Transferências Financeiras Concedidas	24.323,83	1.484.047,52
Resultantes da Execução Orçamentária	12.630.308,94	175.144.885,85	Resultantes da Execução Orçamentária	-	386.280,00
Repasse Recebido	12.630.308,94	175.144.885,85	Repasse Concedido		386.280,00
Independentes da Execução Orçamentária	3.308.555,25	19.045.424,56	Independentes da Execução Orçamentária	24.323,83	1.097.767,52
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.755.883,83	17.220.705,70	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		613.032,27
Movimentação de Saldos Patrimoniais	552.671,42	1.824.718,86	Demais Transferências Concedidas		4,04
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	24.323,83	484.731,21
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	131.237.467,34	37.078.465,58	Despesas Extraorçamentárias	13.062.423,63	19.832.885,45
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	344.321,55	10.287.114,53	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	10.239.586,20	497.887,19
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	130.527.249,74	26.153.379,18	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.467.924,11	18.392.632,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	341.572,22	555.440,66	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	353.035,02	515.310,70
Outros Recebimentos Extraorçamentários	24.323,83	82.531,21	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.878,30	427.055,20
Arrecadação de Outra Unidade	24.323,83	82.531,21	Demais Pagamentos	1.878,30	427.055,20
Saldo do Exercício Anterior	11.991.639,04	3.693.794,46	Saldo para o Exercício Seguinte	2.614.834,21	11.991.639,04
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.991.639,04	3.693.794,46	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.614.834,21	11.991.639,04
Total	159.176.472,08	235.653.071,40	Total	159.176.472,08	235.653.071,40

Tabela 28 - Demonstração de Fluxo de caixa

	2018	2017
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações	21.603.622,93	7.885.708,30
Ingressos	195.518.783,23	170.424.582,27
Receitas Derivadas e Originárias	690.500,95	864.369,98
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	557.800,00	472.083,75
Remuneração das Disponibilidades	72.772,23	74.332,30
Outras Receitas Derivadas e Originárias	59.928,72	317.953,93
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	194.828.282,28	169.560.212,29
Ingressos Extraorçamentários	555.440,66	197.955,63
Transferências Financeiras Recebidas	194.190.310,41	169.362.256,66
Arrecadação de Outra Unidade	82.531,21	-
Desembolsos	-173.915.160,30	-162.538.873,97
Pessoal e Demais Despesas	-150.719.872,70	-143.690.257,15
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-352.095,64	-
Previdência Social	-2.067.042,30	-1.673.388,91
Saúde	-	-1.172.000,00
Trabalho	-	-

Educação	-148.063.136,37	-140.844.868,24
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-237.598,39	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-20.768.874,18	-18.331.541,87
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-20.729.317,24	-18.294.259,65
Outras Transferências Concedidas	-39.556,94	-37.282,22
Outros Desembolsos das Operações	-2.426.413,42	-517.074,95
Dispêndios Extraorçamentários	-515.310,70	-123.153,83
Transferências Financeiras Concedidas	-1.484.047,52	-393.921,12
Demais Pagamentos	-427.055,20	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-13.305.778,35	-8.550.721,24
Ingressos	-	-
Alienação de Bens	-	-

Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
Desembolsos	-13.305.778,35	-8.550.721,24
Aquisição de Ativo Não Circulante	-11.945.560,34	-6.114.441,94
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.360.218,01	-2.436.279,30
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-	1.000.000,00
Ingressos	-	1.000.000,00
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	1.000.000,00
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	1.000.000,00
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
Desembolsos	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.297.844,58	334.987,06
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	3.693.794,46	3.358.807,40
Caixa e Equivalente de Caixa Final	11.991.639,04	3.693.794,46

Tabela 29 - Demonstração das variações patrimoniais

Variações Patrimoniais Quantitativas		
	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas	195.035.410,83	171.423.845,22
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	557.800,00	472.083,75
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	557.800,00	472.083,75
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	72.772,23	74.332,30
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	72.772,23	74.332,30
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	194.262.376,06	170.550.275,45
Transferências Intragovernamentais	194.190.310,41	169.362.256,66
Transferências Intergovernamentais	-	1.000.000,00
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	72.065,65	188.018,79
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2,61	9.199,79
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	1.581,90
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2,61	7.617,89
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	142.459,93	317.953,93
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	142.459,93	317.953,93
Variações Patrimoniais Diminutivas	185.412.798,29	173.193.542,45
Pessoal e Encargos	140.100.389,66	121.589.903,64
Remuneração a Pessoal	110.804.071,88	95.751.426,41
Encargos Patronais	20.868.522,50	18.212.318,27
Benefícios a Pessoal	8.409.629,52	7.626.158,96
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	18.165,76	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.309.727,73	1.697.515,66
Aposentadorias e Reformas	1.743.602,27	1.238.597,13
Pensões	529.393,95	434.341,24
Benefícios de Prestação Continuada	-	-

Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	36.731,51	24.577,29
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	29.779.817,95	35.392.824,17
Uso de Material de Consumo	646.593,01	878.853,77
Serviços	25.656.287,70	31.037.033,16
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.476.937,24	3.476.937,24
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	5.703,23
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	5.703,23
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.952.537,96	411.201,86
Transferências Intragovernamentais	1.912.981,02	393.921,12
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	39.556,94	17.280,74
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	6.876.641,40
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	6.540,00
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	6.870.101,40
Tributárias	59.568,78	110.911,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.850,07	70.104,32
Contribuições	57.718,71	40.807,32
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	11.210.756,21	7.108.840,85
Premiações	9.500,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	11.142.894,05	7.074.939,96
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	58.362,16	33.900,89

Resultado Patrimonial do Período	9.622.612,54	-1.769.697,23
Variações Patrimoniais Qualitativas	-	-
	2018	2017
	-	-

As notas explicativas às demonstrações contábeis estão anexo ao relatório e publicadas no site da Proad (<http://www.ufopa.edu.br/proad/unidades/diretorias/dfc-2/>).

Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UJ	
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ		158515	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16 B aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2018, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: Reservas: a) Restrição na Conformidade Contábil no código 640 b) Restrição da Conformidade Contábil no código 642. Justificativa(s): a) Restrição 640 - Saldo de bens moveis não confere com RMB: Em razão dos materiais permanentes adquiridos (Materiais de Importação) não possuem registro no SIMA, processo: 23204.007401/2014-11; b) Restrição 642 – Evolução Incompatível Depreciação ativo Imobilizado: Sistema utilizado Anteriormente pelo almoxarifado da UFOPA (SIMA) está em processo de desuso e em transição para o sistema (SIPAC), usado atualmente, Módulo Patrimônio já implantado, porém a transição ainda não foi finalizada devido a inconsistências apresentadas entre os sistemas no processo de migração das informações. A equipe do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) e DAP estão trabalhando na resolução do problema.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Santarém/Pará	Data	31/12/2018
Contador Responsável	 Celina Maria Erwin Godinho SIAPE: 1618236	CRC nº	PA-618361/O-1

Outras Informações Relevantes

Capítulo

06



Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.

O Tribunal de Contas da União (TCU), no exercício de 2018, encaminhou a Ufopa os seguintes Acórdãos que continham Determinações e Recomendações:

Tabela 30 - Acórdãos do TCU

Processo	Acórdão	Objeto	Tipo
TC 001.732/2018-8	Acórdão 1943/2018-TCU-Plenário	Transparência Ativa e Passiva nas 17 Ifes localizadas na Região Norte.	Determinação/ Recomendação
TC 003.815/2016-0	Acórdão 4630/2018-TCU-2ª Câmara	Julgamento de Processo de Contas Anual da Ufopa, exercício 2015.	Recomendação
TC 014.877/2017-1	Acórdão 2729/2017-TCU-Plenário	Avaliar o efetivo cumprimento da jornada de trabalho por parte dos professores e dos profissionais de saúde (Fundação Universidade de Brasília-FUB, no Hospital Universitário de Brasília-HUB, na Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ e no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho-HUCFF).	Recomendação
Total de Acórdãos: 3			

Tabela 31 - Quantidade de Determinações e Recomendações do TCU

Acórdão	Recebidas	Atendidas	Em atendimento	Não atendidas
Acórdão 1943/2018-TCU-Plenário	4	0	0	0
Acórdão 4630/2018-TCU-2ª Câmara	1	0	1	0
Acórdão 2729/2017-TCU-Plenário	2	0	2	0
Total	7	0	3	0

A Ufopa busca atender o mais rápido possível as determinações e recomendações passadas pelo Tribunal de Contas da União por meio do auxílio de sua Auditoria Interna.

ANEXO A – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UFOPA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Quarto trimestre do exercício de 2018

Santarém 31/12/2018

<http://ufopa.edu.br/proad/unidades/diretorias/dfc-2/>

SUMÁRIO

1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA UFOPA	82	6. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO	98
2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	82	6.1. Receitas	98
3. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	82	6.2. Despesas	99
3.1. Conta Única do Governo Federal	88	6.3. Receitas e Despesas Realizadas	99
3.2. Ajustes de Exercícios Anteriores	88	6.4. Previsão Atualizada x Dotação Atualizada	100
3.3. Recursos orçamentários x recursos financeiros	88	6.5. Restos a Pagar	100
3.4. Restos a pagar	89	7. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO – BF	102
4. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP	89	7.1. Ingressos	102
4.1. Ativo Circulante	89	7.1.1. Receitas Orçamentárias	102
4.1.1. Créditos a Curto prazo	89	7.1.2. Recebimentos Extra Orçamentários	103
4.1.2. Variação Patrimonial Diminutiva- Pagamento antecipado	90	7.2. Dispendios	103
4.2. Ativo Não Circulante	90	7.2.1. Transferências Concedidas	104
4.2.1. Imobilizado	90	7.3. Resultado Financeiro	104
4.2.2. Bens Imóveis	91	8. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC	104
4.2.3. Bens Móveis	91	8.1. Atividades Operacionais	105
4.2.4. Intangível	92	8.2. Atividades de Investimento	106
4.3. Passivo Circulante	92	9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
4.3.1. Outras Obrigações a pagar	92		
4.4. Ajustes de Exercícios Anteriores	94		
5. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP	95		
5.1. Variação Patrimonial Aumentativa	95		
5.1.1. Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	95		
5.1.2. Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	95		
5.2. Variação Patrimonial Diminutiva	96		
5.2.1. Benefícios Previdenciários e Assistenciais	96		
5.2.2. Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	96		
5.2.3. Transferências e Delegações Concedidas	97		
5.2.4. Tributárias	97		
5.2.5. Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	98		

1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA UFOPA

A Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA é uma Instituição Federal de Ensino Superior constituída na forma de autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, com sede e foro na cidade de Santarém, estado do Pará. É dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, assegurada pela Constituição Federal, observada a legislação vigente e seu Estatuto, aprovado pela Portaria MEC nº 400, de 15 de agosto de 2013. E é a primeira instituição federal de ensino superior com sede no interior da Amazônia brasileira, sendo uma universidade multicampi. Além de Santarém, foi pactuado com o MEC a implantação de campi nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. E apesar de ser multicampi apresenta uma única Unidade Executora do Orçamento e do financeiro.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do MEC são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (*Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011*) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (*Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10*)²; as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (*Portaria STN nº 700/2014*), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas possuem correlação com as *International Public Sector Accounting Standards* – IPSAS, considerando que no Brasil ainda não houve total convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público.

Os componentes do patrimônio foram registrados pelo valor original das transações, expressos em moeda nacional. Nas Demonstrações Contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira da Ufopa.

Compõem as notas explicativas da Ufopa as seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

As demonstrações contábeis são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), que o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da união como a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

3. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

a) Moeda funcional e saldos em Moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa, no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Essa dualidade de moedas provoca variações monetárias, assim como a utilização de taxas de conversão diferentes para a execução orçamentária e financeira, em decorrência do espaço de tempo existente entre as etapas da execução da despesa orçamentária.

A variação cambial dos saldos em moeda estrangeira tem seus efeitos ajustados diariamente de forma automática em contas contábeis definidas pelo Órgão Central de Contabilidade, visando à consistência das informações para consulta a qualquer momento.

Destaca-se que, devido à variação cambial, a fase da execução da despesa orçamentária poderá apresentar valores maiores que a dotação atualizada da despesa orçamentária, apresentando uma aparente desconformidade.

A Ufopa não possui montante em moeda estrangeira.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) Créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber ainda não foram iniciados na Ufopa.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os livros publicados pelas editoras universitárias), materiais de almoxarifado, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

No âmbito da Ufopa compreendem os materiais de almoxarifado utilizados para suas atividades. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

f) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) empréstimos e financiamentos concedidos; (IV) investimentos temporários; e (V) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Em relação aos estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (I) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (II) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

g) Ajuste para perdas da dívida ativa

Os créditos sob supervisão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) são classificados em: (I) sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); (II) parcelados; (III) garantidos; e (IV) suspensos, por decisão judicial.

De acordo com o critério definido por Grupo Técnico, instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'II' a 'IV' possuem 100% de recuperabilidade; portanto, não estariam sujeitos à estimativa de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou parcelamento' estariam sujeitos à estimativa de perdas, sendo aplicada a metodologia do histórico de recebimento passados, descrita no MCASP. Os critérios de reconhecimento dos créditos de dívida ativa e respectivo ajuste para perdas estão em processo de revisão, com previsão de mudança nessas políticas contábeis até o encerramento deste exercício, pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - CCONT/STN.

h) Investimentos

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo

método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

i) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

j) Intangíveis

Dizem respeito aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

k) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

l) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. A Ufopa não sofre depreciação de bens imóveis devido possuir apenas terrenos/glebas registrados no SPIUnet.

m) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da Ufopa são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições e outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

A Ufopa não possui em seus registros passivos não circulantes.

n) Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, dos órgãos públicos, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

o) Provisões

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

- (i) Estão segregadas em seis categorias:
- (ii) Riscos trabalhistas;
- (iii) Riscos fiscais;
- (iv) Riscos cíveis;
- (v) Repartição de créditos tributários;
- (vi) Provisões matemáticas; e
- (vii) Outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo estão em conformidade com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015, combinada com a Portaria Conjunta STN/PGF8, nº 8 de 30 de dezembro de 2015.

p) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

q) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário e;
- III. Financeiro.

q.1) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

Estudos da STN apontam que "o balanço orçamentário é estruturado para atender a um "ente público" e não para demonstrar as movimentações de créditos, pois os valores

concedidos são iguais aos valores recebidos entre as unidades que compõem o ente. Entende-se por "ente": União (OFSS), estados, Distrito Federal e municípios. Portanto, a concepção de ente pode gerar confusão no BO de órgãos e UGs, pois não apresentará os valores da coluna "Dotação Inicial" e "Dotação Atualizada", exceto receitas próprias ou recursos vinculados, como é o caso (MEC x FNDE x FIES x Salário-Educação). Caso o órgão não possua essas duas origens de receita, o BO demonstrará apenas a execução do crédito, visualizada na coluna de "Despesas Empenhadas".

Os valores recebidos pelas universidades e institutos, por exemplo, provenientes do MEC ou de outros órgãos, não são mais visualizados no "BO", na coluna "Previsão Atualizada" da Receita, desde 2011, quando foi reformulada a sua estrutura pela STN. A justificativa para retirada da movimentação de créditos do Balanço Orçamentário foi a de que "crédito" e "dotação" não são sinônimos. Esta, corresponde aos valores fixados na LOA; enquanto aqueles correspondem aos valores movimentados pela execução orçamentária (dentro de um mesmo ente).

Cabe ressaltar que o total da "Despesa Empenhada" superior ao total da "Dotação Inicial" ou "Dotação Atualizada" pode acontecer em qualquer órgão e não representa um erro. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.

q.2) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão.

Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível,

também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

q.3) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a instituição e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a Ufopa, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências

concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual (LOA) dispõem sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União e compreende três orçamentos, que são:

- a) O orçamento fiscal;
- b) O orçamento da Seguridade Social e;
- c) O orçamento de investimentos das empresas estatais independentes, ou seja, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

3.1. Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, é o que se refere à execução financeira nos órgãos públicos federais, da mesma forma na Ufopa. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias (são todas aquelas receitas provenientes de qualquer arrecadação que não figure no orçamento), ou seja, todos os recebimentos e todos os pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

3.2. Ajustes de Exercícios Anteriores

Destaca-se também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do Balanço Patrimonial (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

3.3. Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O orçamento público é o “Instrumento pelo qual o governo estima as

receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, ensejando o objetivo estatal do bem comum”.

(https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario?search_letter=o)

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”.

(<http://www.conass.org.br/guiainformacao/execucao-orcamentaria-financeira/>)

Dessa forma, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”.

(<http://www.portaltransparencia.gov.br/glossario/DetalheGlossario.asp?letra=d>).

3.4. Restos a pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho.

(portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId)

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

4. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes ao demonstrativo.

4.1. Ativo Circulante

No quarto trimestre de 2018, a instituição apresentava a somatória de R\$ 13.745.636,90 na conta de Ativo Circulante, representando 9,76% do total do Ativo, conforme apresentado na tabela 1, extraída do Balanço Patrimonial da Ufopa.

Tabela 1 - Ativo Circulante

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV - 09/18
ATIVO CIRCULATE	13.745.636,90	6.225.292,76	120,80%	9,76%
Caixa e Equivalente de Caixa	11.991.639,04	3.693.794,46	224,64%	8,51%
Créditos a Curto Prazo	-	-	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	749.434,19	1.462.862,38	-48,77%	0,53%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-
Estoques	1.004.563,67	1.004.563,67	0,00%	0,71%
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	64.072,25	-100,00%	0,00%

Fonte: Siafi 2018,2017.

4.1.1. Créditos a Curto prazo

Abrange os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

4.1.1.1 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os valores referentes à conta Demais Créditos e Valores a curto prazo representados no Balanço Patrimonial da Ufopa são composto por adiantamentos em folha de pagamento da Universidade, de 13 salário, antecipação de salário e de férias.

No quarto trimestre de 2018 comparado ao quarto trimestre de 2017, houve uma diminuição em 48,77%. A Ufopa não possui nenhum crédito e valores a longo prazo conforme podemos observar na tabela abaixo, os valores registrados na conta de salário e ordenados – pagamento antecipado, de R\$ 744.777,35 é referente a pagamentos antecipados de exercício anteriores e deverão ser baixados.

Observa-se que no quarto trimestre de 2018 houve uma diminuição em 100% na conta de adiantamento de férias em relação ao encerramento do exercício de 2017. Esse fato ocorreu devido à conciliação realizada entre as contas de adiantamento de 13º salário e 13º salário a pagar e as contas de adiantamento de férias e férias a pagar, conforme

determinação do Acórdão 1322/2018 – Plenário, Procedente do Tribunal de Contas da União – TCU, Comunica 2018/1159851 e pelo Ofício Circular nº 06/2018 CCONT/STN.

Tabela 2 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	31/12/2018	31/12/2017	AH	AH
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	744.777,35	1.457.884,54	-48,91%	99,38%
13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	467.821,22	433.888,05	7,82%	62,42%
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	-	800.828,80	-100,00%	0,00%
SALÁRIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ADIANTADO	276.956,13	223.167,69	24,10%	36,96%
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	4.656,84	4.977,84	-6,45%	0,62%
CREDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL	4.656,84	4.977,84	-6,45%	0,62%
TOTAL	749.434,19	1.462.862,38	-48,77%	100,00%

Fonte: Siafi 2017,2018.

4.1.2. Variação Patrimonial Diminutiva- Pagamento antecipado

Evidencia os procedimentos para o reconhecimento mensal do impacto patrimonial decorrente das despesas orçamentárias pagas antecipadamente (prêmios de seguros, assinaturas de periódicos e anuidades), em observância ao disposto no item 21 da Norma Brasileira de Contabilidade aplicadas ao Setor Público – NBC T 16.5 o item 1.6 do Apêndice II da Resolução CFC nº 750/1993.

As despesas são registradas no momento da liquidação da despesa paga antecipadamente, ou seja, no momento em que será contabilizado um ativo, que deverá ser baixado mensalmente, em observância ao princípio da competência, dividindo-se o valor total pelos meses de duração da assinatura ou de cobertura do seguro.

Na Ufopa foi registrado pagamento antecipado de seguros em exercícios anteriores e no ano de 2018, até a base do quarto trimestre de 2018, estava ocorrendo apenas a baixa mensal do registro, por essa razão há uma redução de 100% comparado ao encerramento do exercício de 2017, conforme recorte do balanço patrimonial abaixo:

Conta do Ativo	31/12/2018	31/12/2017	AH
VPDs Pagas Antecipadamente	-	64.072,25	-100,00%

4.2. Ativo Não Circulante

4.2.1. Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação. No quarto trimestre de 2018 o total do imobilizado da instituição era de **R\$ 126.292.613,84**, representando 89,63% do total do ativo, conforme apresentado no Balanço Patrimonial.

Tabela 3 - Ativo: Composição

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV - 09/18
ATIVO CIRCULATE	13.745.636,90	6.225.292,76	120,80%	9,76%
Caixa e Equivalente de Caixa	11.991.639,04	3.693.794,46	224,64%	8,51%
Créditos a Curto Prazo	-	-	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	749.434,19	1.462.862,38	-48,77%	0,53%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-
Estoques	1.004.563,67	1.004.563,67	0,00%	0,71%
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	64.072,25	-100,00%	0,00%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	127.155.144,48	117.140.024,98	8,55%	90,24%
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Creditos a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Estoques	-	-	-	0,00%
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-	0,00%
Invetimentos	-	-	-	0,00%
Imobilizado	126.292.613,84	116.278.172,34	8,61%	89,63%
Intangível	862.530,64	861.852,64	0,08%	0,61%
Diferido	-	-	-	0,00%
TOTAL DO ATIVO	140.900.781,38	123.365.317,74	14,21%	100,00%

Fonte: Siafi 2018, 2017.

4.2.2. Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da Ufopa representam 57,74% do total do Ativo da Ufopa, no total de **R\$ 81.361.303,93** registrados no quarto trimestre de 2018. Atualmente aproximadamente 72,20% de todos os Imóveis estão em fase de construção (em andamento) e os Imóveis registrados no SPIUnet são compostos por terrenos e glebas por essa razão não sofrem depreciação.

Tabela 4 - Bens Imóveis: Composição

BENS IMÓVEIS	01/4/2018	01/4/2017	AH	AV
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET	22.567.704,64	22.567.704,64	0,00%	27,74%
Bens Imóveis em Andamento	58.744.599,29	52.531.549,05	11,83%	72,20%
Obras em Andamento	53.275.098,34	47.172.517,51	12,94%	65,48%
Estudos e Projetos	5.469.500,95	5.359.031,54	2,06%	6,72%
Instalações	49.000,00	49.000,00	0,00%	0,06%
TOTAL	81.361.303,93	75.148.253,69	8,27%	100%

Fonte: Siafi 2017 e 2018.

4.2.3. Bens Móveis

Até 31/12/2018 os Bens Móveis da Ufopa totalizavam **R\$ 44.931.309,91** dos quais estão classificados conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 5 - Bens Móveis: Composição

Mês Lançamento	01/4/2018	01/4/2017	AH	AV
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	25.170.049,66	23.674.856,95	6,32%	56,02%
Bens de Informática	14.987.107,01	11.960.834,51	25,30%	33,36%
Móveis e Utensílios	18.569.382,37	17.414.292,80	6,63%	41,33%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	5.442.795,19	5.136.140,63	5,97%	12,11%
Veículos	4.133.905,15	2.855.069,49	44,79%	9,20%
Bens Móveis em Almoarifado	123.692,62	123.692,62	0,00%	0,28%
Demais Bens Móveis	46.180,30	29.896,80	54,47%	0,10%
Depreciação / Amortização Acumulada	(23.541.802,39)	(20.064.865,15)	17,33%	-52,40%
TOTAL	44.931.309,91	41.129.918,65	9,24%	100%

Fonte: Siafi 2017,2018.

A evolução da composição de bens móveis foi de apenas 9,24% comparado ao encerramento do exercício de 2017.

Nota-se uma evolução expressiva de 44,79% da aquisição de veículos devido ao atendimento das demandas dos campi da Ufopa, da conta Demais Bens Móveis com um aumento de 54,47% e da conta contábil de Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas que no quarto trimestre de 2018 que apresenta o montante de R\$ 25.170.049,66 representando assim 56,02% do total de bens móveis da instituição.

Pode-se destacar a conta de Equipamentos/Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares no valor de R\$ 15.609.900,30, que correspondem a 62,02% dos equipamentos registrados. Este volume expressivo se justifica pelo fato da existência de laboratórios de pesquisa e extensão conforme demanda dos cursos da universidade, conforme tabela 6.

Tabela 6 - Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas - Composição.

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	31/12/18	AV
1.2.3.1.1.01.00	MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTAS	R\$	%
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	2.638.965,49	10,48%
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	222.855,44	0,89%
1.2.3.1.1.01.03	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB, HOSP	15.609.900,30	62,02%
1.2.3.1.1.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOS	11.713,36	0,05%
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	662.825,67	2,63%
1.2.3.1.1.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	620.634,13	2,47%
1.2.3.1.1.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	2.725.492,33	10,83%
1.2.3.1.1.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	26.829,42	0,11%
1.2.3.1.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	132.118,77	0,52%
1.2.3.1.1.01.13	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	71.872,66	0,29%
1.2.3.1.1.01.15	EQUIPAM. PECAS E ACESSORIOS PROTECAO AO VOO	415.000,00	1,65%
1.2.3.1.1.01.20	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	936.117,64	3,72%
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	90.608,68	0,36%
1.2.3.1.1.01.25	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTO DIVERSOS	1.005.115,77	3,99%
TOTAL		25.170.049,66	100%

Fonte: Siafi 2018.

4.2.4. Intangível

São os direitos que a Ufopa possui por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Na base do dia 31/12/18 o total dos intangíveis somam **R\$ 862.530,64**, todos com vida útil indefinida.

A Ufopa possui registrada apenas Software e Marcas e Patentes como bens intangíveis e no quarto trimestre de 2018 a conta apresentou uma evolução de apenas 0,08% em relação ao exercício de 2017, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 7 - Intangível-composição

CONTA CONTÁBIL	014/2018	014/2017	AH
Software com Vida Útil Definida	-	-	0%
Software com Vida Útil Indefinida	703.536,64	703.070,64	0%
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Indefinida	158.994,00	158.782,00	0%
Amortização Acumulada	-	-	0%
TOTAL	862.530,64	861.852,64	0,08%

Fonte: Siafi 2017,2018.

4.3. Passivo Circulante

O passivo circulante, conforme demonstrado na tabela 8 compreende o somatório das obrigações a curto prazo que a instituição possui.

Pode-se observar que houve um aumento, de 341,80% no quarto trimestre de 2018, na conta de Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo, em relação ao exercício de 2017.

Tabela 8 – Passivo Circulante

PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV - 06/18
PASSIVO CIRCULATE	11.565.235,35	2.971.171,56	289,25%	8,21%
Obrigações trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	8.987.225,33	2.034.216,73	341,80%	6,38%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	0,00%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.011.818,79	777.832,10	30,08%	0,72%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	0,00%
Obrigações de Repartição e Outros Entes	-	-	-	0,00%
Provisões de Curto Prazo	-	573,33	-100,00%	0,00%
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.566.191,23	158.549,40	887,83%	1,11%

Siafi: 2018, 2017.

4.3.1. Outras Obrigações a pagar

Compreende outras obrigações não classificáveis em grupos específicos deste plano de contas, com vencimento a curto prazo, conforme tabela a seguir:

Tabela 9 – Outras Obrigações a pagar

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	014/18	014/2017	AH (%)	AV (%)
Indenizações e Restituições	130,00	410,00	-68,29%	0,16%
Diárias a Pagar	0,00	0,00	100,00%	0,00%
Incentivos a Educação, Cultura	81.217,28	12.480,00	550,78%	99,84%
Auxílios Financeiros a Pesquisador	0,00	0,00	100,00%	0,00%
TOTAL	81.347,28	12.890,00	531,09%	100,00%

Siafi: 2018, 2017.

A tabela evidencia uma evolução expressiva de **531,09%** em comparação aos períodos elencado, este fato ocorreu pelo registro de pagamento de bolsas a discentes.

4.2.1.1 Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2018, Ufopa apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.011.818,79 relacionado a Fornecedores e Contas a Pagar, sendo todos referentes a Obrigações a Curto Prazo, Fornecedores Nacionais e pertencente a uma única UG executora existente.

Apresentamos a seguir, uma tabela, segregando essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 10 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	014/2018	014/2017	AH (%)
Circulante	1.011.818,79	777.832,10	30%
Nacionais	1.011.818,79	777.832,10	30%
Estrangeiros	-	-	-
Não Circulante	-	-	-
Nacionais	-	-	-
Estrangeiros	-	-	-
Total	1.011.818,79	777.832,10	30%

Fonte: Siafi, 2017 e 2018.

Houve um aumento de 30% desse trimestre comparado ao encerramento do exercício de 2017, do saldo da conta de fornecedores e contas a pagar. Devido haver fornecedores com pendências para pagamento. Na tabela a seguir apresentamos os

fornecedores que possuem créditos a receber, com valores mais expressivos na data base de 31/12/2018, relativos à Ufopa.

Tabela 11 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

FORNECEDORES	01/4/2018	AV
1 A G PRATA SERVIÇOS E EVENTOS	301.162,11	29,76%
2 A. NAZARETH DA ROCHA	200.404,68	19,81%
3 AMAZON CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	175.538,41	17,35%
4 BT2M INFORMATICA LTDA	119.663,79	11,83%
5 CARLOS DE MATOS BANDEIRA	90.000,00	8,89%
6 CENTRAIS ELETRICAS DO PARÁ	53.700,00	5,31%
7 DEMAIS FORNECEDORES	71.349,80	7,05%
TOTAL	1.011.818,79	100%

Fonte: Siafi, 2018.

Abaixo segue a apresentação dos fornecedores com valores mais expressivos:

Fornecedor 01: AG PRATA SERVIÇOS E EVENTOS, CNPJ: 18.519.318/0001-59: valor referente a prestação de serviços para dar suporte aos eventos planejados pela UFOPA por meio das atividades de coordenação, organização, promoção e correlatos que compreendam serviços e/ou profissionais do pregão SRP 35/15. Esse fornecedor representa 29,76% do total das contas a serem pagas no dia 31/12/2018.

Fornecedor 02: A. NAZARETH DA ROCHA, CNPJ: 11.770.121/0001-39: valor referente a curadoria e serviços gráficos e audiovisuais para atender ao PEPCA-PROCCE. Esse valor compreende 19,81% do total de contas a pagar em 31/12/2018.

Fornecedor 03: AMAZON CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI, CNPJ: 04558234/0001-00: valor mensal a ser pago, conforme contrato 11/2018 referente a serviços de agente de portaria na UFOPA em Santarém e nos campi.

Fornecedor 04: DT2M INFORMATICA LTDA, CNPJ: 16.909.800/0001-60 valor empenhado referente a aquisição de material permanente – projetor e switch gerenciável, para atender as demandas da UFPA, Pregão SRP nº 19/2018.

Fornecedor 05: CARLOS DE MATOS BANDEIRA, CNPJ: 15.073.902/0001-25:

Contrato de nº 03/2017, referente a serviços gráficos e audiovisuais para atender ao programa de extensão patrimônio cultural na Amazônia - PEPCA.

Fornecedor 06: CENTRAIS ELETRICAS DO PARÁ, CNPJ: 04.895.728/0001-80:

contrato nº 15/2015, referente à Prestação de Serviços de fornecimento de energia elétrica para todas as unidades consumidoras da Ufopa.

4.2.1.2 Obrigações Contratuais

Em 31/12/2018, a Ufopa possuía um saldo de R\$ 86.386.517,78 relacionados às obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos em execução no exercício de 2018. Na tabela a seguir, estão segregadas essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos, comparado ao encerramento do exercício de 2017.

Tabela 12 – Obrigações Contratuais – Composição

	01/4/2018	01/4/2017	AH (%)	AV (%)
Aluguéis	9.390.295,41	2.367.377,01	296,65%	10,87%
Seguros	140.211,67	129.946,00	7,90%	0,16%
Serviços	76.856.010,70	76.226.090,74	0,83%	88,97%
Total	86.386.517,78	78.723.413,75	9,73%	100,00%

Fonte: Siafi, 2017 e 2018.

No encerramento do quarto trimestre de 2018, os contratos de serviços da Ufopa representam 88,97% do total das obrigações assumidas pela Ufopa, que é a única contratante, por possuir apenas uma UG executora.

Nota-se um aumento expressivo das obrigações contratuais de aluguéis em comparação ao exercício de 2017, em 296,65%. Esse aumento considerado se deu pelo registro do 2º termo aditivo ao contrato nº 01/2018, referente a locação não residencial de um imóvel para instalação e funcionamento da unidade Amazônia/Ufopa no período de 04/07/2018 a 03/07/2020 no valor de R\$ 9.960.000,00. Podemos destacar que esses fatores

se deram devido o atraso da entrega dos prédios para atender as demandas da Ufopa. Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os 5 (cinco) contratados da Ufopa com valores mais significativos e o saldo a executar, na base de 31/12/2017.

Tabela 13 – Obrigações Contratuais – Por contratado da Ufopa

CONTRATADO	01/4/2018.	01/4/2017	AH	AV
	Saldo R\$	Saldo R\$		
1 MAZ CONSTRUÇÕES EIRELI	41.749.221,14	43.616.281,89	-4,28%	48,33%
2 CONTRATO 01/2018 - IRMAOS MUNIZ	7.885.000,00	-	100,00%	9,13%
3 CONTRATO Nº 009/2018 - M M DE OLIVEIRA JUNIOR	4.203.000,00	-	100,00%	4,87%
4 CONSTRUTORA MEIO NORTE LTDA EIRELI	4.154.828,41	4.154.828,41	0,00%	4,81%
5 CONTRATO 002/2018 - HAZA CONSTRUÇÕES	3.741.040,25	-	100,00%	4,33%
6 DEMAIS CONTRATOS	24.653.427,98	30.952.303,45	-20,35%	28,54%
TOTAL	86.386.517,78	78.723.413,75	9,73%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial: 2017 e 2018.

O contratado 1 representa 48,33% do total a ser executado, no quarto trimestre de 2018, ele é considerado o mais representativo da conta de Contratos de Serviços em Execução.

Tanto o contrato 1, quanto os contratos 3, 4 e 5 tem como característica em comum a prestação de serviço de **obras e construção**.

Abaixo a descrição dos serviços prestados e seus respectivos números de contratos conforme ordem de representatividade:

CNPJ: 05.145.171/0001-22 - MAZ CONSTRUÇÕES EIRELI, Contrato 17/2013, serviço de construção de bloco modular padrão no Campus do Tapajós da UFOPA em Santarém-PA conforme medição. Valor global: R\$ 43.616.218,89. As obras deste contrato foram retomadas em outubro/2018.

CNPJ: 07.902.692/0001-02 - IRMAOS MUNIZ LTDA – ME, conforme já mencionado anteriormente se trata do registro do 2º termo aditivo ao contrato nº 01/2018, referente a locação não residencial de imóvel para instalação e funcionamento da unidade Amazônia/UFOPA no período de 04/07/2018 a 03/07/2020 no valor de R\$ 9.960.000,00.

CNPJ: 07.975.745/0001-15 - M M DE OLIVEIRA JUNIOR, Contrato nº 09/2018 referente a construção de edificação de quatro pavimentos, guarita padrão e cerca de proteção no terreno onde funcionará o campus da Ufopa, na cidade de Itaituba – PA. Vigência: 19/11/2018 a 09/09/2020 no valor de R\$ 4.203.000,00.

CNPJ: 03.723.572/0001-97 - CONSTRUTORA MEIO NORTE LTDA, serviço de construção do Restaurante Universitário no Campus da Ufopa em Santarém-PA, conforme medição. Contrato 34/2015, com vigência expirada no dia 14/03/2017. Valor global: R\$ 5.497.050,97. Este contrato está em fase de análise jurídica.

CNPJ: 17.278.082/0001-33 - HAZA CONSTRUÇÕES, Contrato 02/2018, serviço comuns de engenharia, de natureza frequente, relativos à manutenção e adaptação predial e urbana dos campi da Ufopa, em Santarém e interiores, com vigência de 13/04/18 a 13/02/2019, Pregão SRP 73/2017, Valor global de R\$ 4.507.560,21.

4.4. Ajustes de Exercícios Anteriores

São ajustes realizados pelo reconhecimento de despesas e receitas cuja competência refere-se a exercícios anteriores. A tabela 14 a seguir detalha os ajustes efetuados até o quarto trimestre de 2018.

Tabela 14 – Ajustes de Exercícios Anteriores

AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			
DATA	DH	DESCRIÇÃO	VALOR
08/01/18	PA02	LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO SEM COBERTURA CONTRATUAL - COMP: DEZ/17	425.000,00
22/01/18	PA03	LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO SEM COBERTURA CONTRATUAL - DEMANDA IBEF - COMP: DEZ/17	1.928,47
30/01/18	PA06	BOLSA DE EXTENSÃO - PIBEX - COMP: DEZ/17	400,00
30/01/18	PA07	BOLSA DE EXTENSÃO - PIBEX - COMP: DEZ/17	400,00
30/01/18	PA08	BOLSA DE EXTENSÃO - PIBEX - COMP: DEZ/17	400,00
30/01/18	PA09	BOLSA DE EXTENSÃO - PIBEX - COMP: DEZ/17	400,00
30/01/18	PA10	BOLSA DE EXTENSÃO - PIBEX - COMP: DEZ/17	400,00
30/01/18	PA10	BOLSA DE EXTENSÃO - PIBEX - COMP: DEZ/17	400,00
01/02/18	PA12	AJUDA DE CUSTO - COMP: OUT/17	6.627,43
01/02/18	PA15	PRESTAÇÃO SERVIÇO NAS ATIV. DE CARREGADOR E ALMOXARIFE - COMP: DEZ/17	479,26
08/02/18	NL04	CRED.A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL, COMP: DEZ/17 - RECOLHIDO ATRAVÉS DE GRU DE EXE. ANTERIOR	4.977,84
28/02/18	PA19	BOLSA DE EXTENSÃO - PIBEX - COMP: DEZ/17	400,00
02/03/18	PA23	BOLSA DO PROGRAMA DE FACILITAÇÃO DE APRENDIZAGEM - COMP: NOV E DEZ/17	680,00
02/03/18	PA24	BOLSA DO PROGRAMA DE FACILITAÇÃO DE APRENDIZAGEM - COMP: NOV E DEZ/17	680,00
02/03/18	PA25	BOLSA DO PROGRAMA DE FACILITAÇÃO DE APRENDIZAGEM - COMP: NOV E DEZ/17	680,00
02/03/18	PA26	BOLSA DO PROGRAMA DE FACILITAÇÃO DE APRENDIZAGEM - COMP: NOV E DEZ/17	680,00
02/03/18	PA27	BOLSA DO PROGRAMA DE FACILITAÇÃO DE APRENDIZAGEM - COMP: NOV E DEZ/17	680,00
02/03/18	PA28	BOLSA DO PROGRAMA DE FACILITAÇÃO DE APRENDIZAGEM - COMP: NOV E DEZ/17	680,00
06/03/18	PA17	BOL. AS ESTAGIO - COMP: NOV/17	358,26
09/05/18	PA41	REACTUAÇÃO DE PRESTAÇÃO SERVIÇO NAS ATIV. DE CARREGADOR E ALMOXARIFE - COMP: DEZ/17	24.947,28
05/06/18	PA47	AUXÍLIO FUNERAL 2017	14.424,92
28/06/18	PA49	IPU DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (2013,2014,2015,2016,2017)	270,31
04/07/18	PA53	AUXÍLIO PESQUISADOR ESPECIALIZADO EM SAÚDE E COMUNIDADE - PROC:23204.007006/2018-63	4.000,00
06/08/18	PA58	CANCELADA PARA CORREÇÃO DE VALOR PELA NS 003891/2018	-
05/09/18	PA65	MULTA POR DANOS AO MEIO AMBIENTE CONF. PROC:06/2014 E AUTO DE INFRAÇÃO DA SEMMA Nº 09/2014	640,00
06/11/18	PA75	TAXA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, EXERCÍCIO 2017 - PROC: 23204.005023/2018-60	301,20
19/12/18	FL35	AJUSTE DE SALDO NAS CONTAS DE 13 SALÁRIO A PAGAR E ADIANTAMENTO DE CORDO COM COMUNICA 2018/1569234	190.377,72
TOTAL			681.212,69

Fonte: Siafi 2018.

5. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos.

Adiante, são apresentadas as variações mais relevantes referentes aos registros dos itens da DVP na base do dia 31/12/2018.

5.1. Variação Patrimonial Aumentativa

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) são evidenciadas nas Demonstrações das Variações Patrimoniais e compreendem o aumento no benefício

econômico durante o período contábil sob a forma de entrada de recurso, aumento do ativo ou diminuição do passivo, afetando positivamente a situação líquida patrimonial da Instituição.

Tabela 15 – Variação Patrimonial Aumentativa

VPA	01/4/2018	01/4/2017	AH	AV
	SALDO R\$	SALDO R\$		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00		0,00%
Contribuições	0,00	0,00		0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	557.800,00	472.083,75	18,16%	0,29%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	72.772,23	74.332,30	-2,10%	0,04%
Transferências e Delegações Recebidas	194.262.376,06	170.550.275,45	13,90%	99,60%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	2,61	9.199,79	-99,97%	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	142.459,93	317.953,93	-55,19%	0,07%
Total	195.035.410,83	171.423.845,22	13,77%	100,00%

Siafi 2018,2017.

5.1.1. Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Através da tabela acima podemos observar que houve uma diminuição em 99,97% no item valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos. Esse fato ocorreu, porque até o quarto trimestre de 2018 a instituição não realizou nenhuma incorporação direta e por ter sido realizado apenas uma baixa de saldo residual, por motivo de alteração de taxa de câmbio na liquidação do documento, de passivo até o presente momento, ficando assim o valor de apenas R\$ 2,61 nesta conta.

5.1.2. Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Essa variação aumentativa é resultado do recebimento de aplicações de penalidades previsto em contratos e em processos administrativos, indenizações e restituições, que no exercício de 2018 obtivemos a somatória total de R\$ 142.459,93, conforme discriminado na tabela a seguir. Em comparação ao exercício de 2017, a Ufopa, apresentou neste item uma diminuição de 55,19% em relação ao mesmo período em 2018.

Tabela 16 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	DEZ/2018.	DEZ/2017.	AH	AV
	Saldo R\$	Saldo R\$		
MULTAS ADMINISTRATIVAS	60.358,72	26.542,28	127,41%	42,37%
IDENIZAÇÕES	-	258.657,11	-100,00%	0,00%
RESTITUIÇÕES	82.101,21	32.754,54	150,66%	57,63%
Total	142.459,93	317.953,93	-55,19%	100,00%

Siafi: 2018, 2017.

5.2. Variação Patrimonial Diminutiva

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) são evidenciadas nas Demonstrações das Variações Patrimoniais e compreendem o decréscimo no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de saída de recurso, redução do ativo ou incremento do passivo, afetando negativamente a situação líquida patrimonial da instituição.

Em 2018, comparado ao mesmo período em 2017 apresentou uma evolução de apenas 7,06%.

Tabela 17 – Variação Patrimonial Diminutiva - VPD

VPD	01/2018	01/2017	AH	AV
	SALDO R\$	SALDO R\$		
PESSOAL E ENCARGOS	140.100.389,66	121.589.903,64	15,22%	75,56%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2.309.727,73	1.697.515,66	36,07%	1,25%
USO DE BEM, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	29.779.817,95	35.392.824,17	-15,86%	16,06%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	5.703,23	-100,00%	0,00%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	1.952.537,96	411.201,86	374,84%	1,05%
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	6.876.641,40	-100,00%	0,00%
TRIBUTÁRIAS	59.568,79	110.911,64	-46,29%	0,03%
CUSTO-MERCADORIAS, PROD. VEND. E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00	0,00%	0,00%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.210.756,21	7.108.840,85	57,70%	6,05%
Total	185.412.798,30	173.193.542,45	7,06%	100,00%

Siafi 2018, 2017.

5.2.1. Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Conforme já demonstrado no Balanço Patrimonial, houve uma grande evolução na conta de Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo, em relação ao exercício de 2017, o que consequentemente causou uma evolução de 36,07 nesta DVP em 2018.

5.2.2. Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (despesas de pessoal e encargos), são despesas com diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras.

No exercício de 2018 o total desta DVP foi de R\$ 29.779.817,95 conforme apresentado a seguir:

Tabela 18 – Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo

USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
	SALDO R\$	SALDO R\$		
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	646.593,01	878.853,77	-26,43%	2,17%
SERVIÇOS	25.656.287,70	31.037.033,16	-17,34%	86,15%
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	3.476.937,24	3.476.937,24	0,00%	11,68%
Total	29.779.817,95	35.392.824,17	-15,86%	100,00%

Fonte: Siafi 2018, 2017.

Podemos observar que no exercício de 2018, a DVP referente a serviços apresentou a maior porcentagem, sendo 86,15%. No entanto o total desta conta no exercício de 2018 teve uma diminuição em 15,86% em relação ao exercício de 2017.

O registro da Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União- SPIUnet não estão sendo realizado regularmente, pois a UFOPA possui somente terrenos e glebas registrados, os demais imóveis utilizados pela instituição são alugados e ainda registrados nas antigas instituições UFPA e Ufra. A depreciação dos bens móveis é efetuada conforme sistema patrimonial da

instituição que acumulam em R\$ 23.541.802,39, conforme demonstrado na tabela 18 na Nota Explicativa referente ao Balanço Patrimonial.

A contrapartida dos itens que compõem o **Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo** foi registrada nos seguintes itens no Balanço Patrimonial: Imobilizado, Intangível, Fornecedores e Credores nacionais da Ufopa.

5.2.3. Transferências e Delegações Concedidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios, transferências ao exterior e execuções orçamentárias delegadas.

Observamos que nesta categoria no 4º trimestre de 2018 apresentou a porcentagem de 374,84% em relação ao mesmo período em 2017. Ao detalhar a conta no balancete verificamos que esse fato se deu:

- Pela transferência concedida de R\$ 386.280,00 a UFRN para implantação de sistemas informatizados;
- Pela devolução realizada através de Transferência Financeira no valor de R\$ 528.550,26 para Fundação Coord. de Aperf. De Pessoal Nível Superior, referente a descentralização de crédito alusiva ao Plano Nacional de Formação de Professoras da Educação Básica – Parfor;
- Devido ao aumento na arrecadação através de guias de recolhimento para devolução de recursos em 2018, referente a despesas efetuadas em 2017 no código 18806-9; e

- Pelo ajuste de saldo invertido na conta de crédito disponível no valor de R\$ 428.933,50, ocasionado pelo remanejamento orçamentário realizado pela SOF, reduzindo as fontes 156 e 169 e transferindo para a fonte 250 e 280, conforme portaria nº 9.420 de 14 de setembro de 2018 (DOU de 17/09/2018, seção I) MEC.

Tabela 19- Transferências e Delegações Concedidas

TRANSFERENCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	01/4/2018	01/4/2017	AH	AV
	SALDO R\$	SALDO R\$		
Repasse Concedido	386.280,00	47.938,01	705,79%	19,78%
Transferencias Concedidas Para Pagamento de RAP	613.032,27	30.399,80	1916,57%	31,40%
Demais Transferencias Concedidas	4,04	0,00	100,00%	0,00%
Movimento de Saldo Patrimoniais	484.731,21	315.583,31	53,60%	24,83%
Movimentação de Variação Patrimonial Diminutiva	428.933,50	0,00	100,00%	21,97%
Transferencias a instituições Privadas sem Fins Lucrativos	39.556,94	17.280,74	128,91%	2,03%
Total	1.952.537,96	411.201,86	374,84%	100,00%

Fonte: Siafi 2018, 2017.

5.2.4. Tributárias

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

No exercício de 2018 a Ufopa apresentou a somatória de R\$ 59.568,78 no seu encerramento. Apresentando assim uma diminuição em 46,29% em relação ao exercício de 2017, conforme tabela a seguir:

Tabela 20 – Tributárias

TRIBUTARIAS	01/4/2018	01/4/2017	AH	AV
	SALDO R\$	SALDO R\$		
Impostos sobre circulação de mercadoria	0,00	59.317,44	-100,00%	0,00%
Imposto sobre propriedade prediais	0,00	1.080,12	-100,00%	0,00%
Taxas	1.850,07	9.706,76	-80,94%	3,11%
PIS/PASEP	1.336,07	1.408,54	-5,15%	2,24%
Obrigações Patronais sobre Serviços de Pessoa Física	44.897,48	31.767,36	41,33%	75,37%
Contribuição para Serviços de Iluminação Pública	11.485,16	7.631,42	50,50%	19,28%
Total	59.568,78	110.911,64	-46,29%	100,00%

Fonte: Siafi 2018, 2017.

Essa diminuição se deu, pelo fato de que, em 2018 não houve pagamento de impostos sobre circulação de mercadorias nem sobre propriedade prediais. Da mesma forma, podemos observar que houve uma diminuição em 80,94% no pagamento de Taxas, o mesmo ocorreu pois no exercício de 2018 houve apenas pagamentos de IPTU's e não houveram pagamentos de licenças como ocorreu no exercício de 2017.

5.2.5. Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores, como: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

Tabela 21 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	01/4/2018	01/4/2017	AH	AV
	SALDO R\$	SALDO R\$		
Premiações Culturais	9.500,00	-	100,00%	0,08%
Bolsas de estudo no País	8.278.550,28	6.560.193,02	26,19%	73,84%
Auxílios para desenvolvimento de Estudos/Pesquisa	2.626.455,86	514.746,94	410,24%	23,43%
Auxílios a pesquisadores	237.887,91	-	100,00%	2,12%
Indenizações	58.362,16	33.900,89	72,16%	0,52%
Total	11.210.756,21	7.108.840,85	57,70%	100,00%

Fonte: Siafi 2018, 2017.

No exercício de 2018 houve uma evolução em 57,70% em relação ao exercício de 2017, entre os fatos que causaram esse crescimento podemos destacar:

- O pagamento de premiações no III Festival de Musica na Ufopa – FESTUFOPA 2017 que foi liquidado em janeiro de 2018, no valor de R\$ 9.500,00;
- O aumento de pagamento de auxílios para desenvolvimento de Estudos/Pesquisa que foi de 410,24% em relação ao realizado em 2017; e
- Pelo pagamento de auxílios a pesquisadores:

- Do Programa de Pesquisa e Avaliação do Impacto do Programa Criança Feliz no Pará, conforme acordo celebrado por meio do Termo de Exec. Desc. Nº 07/18 – Entre o Ministerio do Desenvolvimento Social (MDS) e Ufopa, que no encerramento so exercicio apresentou a somatoria de R\$ 237.887,91;

- Do Programa de Apoio a Tradução de Artigos Científicos par Publicação, edital 08/2018-Proppit/Ufopa; e

- Do Programa de Apoio à Publicação Científica em Periódicos – PAPCIP, edital 04/2018 Proppit/Ufopa.

6. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO

O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes do demonstrativo contábil da Universidade Federal do Oeste do Pará no quarto trimestre de 2018.

6.1. Receitas

As receitas totais apresentaram uma diminuição em 62,96% no quarto trimestre de 2018, em relação ao mesmo trimestre do exercício de 2017 e como podemos observar, neste exercício, 100% das receitas realizadas referem-se a receitas correntes.

Compõem as receitas correntes as que se destinam ao pagamento de pessoal, encargos sociais e as despesas de custeio que financiam as atividades de manutenção administrativa.

Tabela 22– Receitas Correntes e de Capital realizadas – Categoria Econômica

Categoria Econômica	Dezembro/2018.	Dezembro/2017.	AH	AV (2018)
Receitas Correntes	690.500,95	864.369,98	-20,12%	100%
Receitas de Capital	-	1.000.000,00	-100,00%	0%
Total das Receitas	690.500,95	1.864.369,98	-62,96%	100%

Siafi: 2018 e 2017.

Na tabela seguinte verifica-se que a Receitas Correntes apresentaram o total de R\$ 690.500,94 em receitas realizadas até o quarto trimestre do exercício de 2018 evidenciando, deste modo, uma diminuição em 20,12% em relação ao mesmo período no exercício de 2017.

Observamos que nessa categoria, as receitas de serviços, apresentam o maior percentual 80,78%, no 4º trimestre de 2018, totalizando o valor de R\$ 557.800,00 até 31 de dezembro de 2018. Esta receita refere-se ao Acordo de Cooperação 05/2017 firmado entre a Fapespa e a Ufopa que ainda está em execução.

Tabela 23 – Receitas Correntes e de Capital realizadas – Composição

Origem da Receita	Dezembro/2018.	Dezembro/2017.	AH	AV/18
Receitas Correntes	690.500,95	864.369,98	-20,12%	100%
Receita Patrimonial	72.772,23	74.332,30	-2%	10,54%
Valores Mobiliários	72.772,23	74.332,30	-2%	10,54%
Receitas de Serviços	557.800,00	472.083,75	18%	80,78%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	557.800,00	472.083,75	18%	80,78%
Outras Receitas Correntes	59.928,72	317.953,93	-81%	8,68%
Multas Administrativas, contratuais e judiciais	59.928,72	26.542,28	126%	8,68%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	291.411,65	-100%	0,00%
Receita de Capital	-	1.000.000,00	-100%	0,00%
Transferência de Capital	-	1.000.000,00	-100%	0,00%
Total	690.500,95	1.864.369,98	-62,96%	100%

Fonte: Siafi, 2018 e 2017.

6.2. Despesas

Conforme definido anteriormente, a despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento.

Na tabela abaixo, estão demonstradas a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária. Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes

referem-se à categoria econômica Despesas Correntes, enquanto que o grupo de Investimento refere-se à categoria Despesas de Capital.

Analisando o total das despesas empenhadas em relação ao total da dotação atualizada, foram executadas até o 4º trimestre de 2018, 123,89% da totalidade apresentada na dotação. Das Despesas Correntes, o total executado foi de 118,92% e das Despesas de Capital apenas 181,25%.

A porcentagem de 181,25% das despesas de capital empenhadas em 2018 justifica-se pelo fato da Ufopa ter recebido orçamento proveniente a uma Emenda Parlamentar de Bancada de nº 03, da Bancada do Pará - 7115, que teve como responsável o Senador Paulo Rocha, no exercício de 2018 para a aquisição de material permanente, ND 449052.

Tabela 24 – Despesas Fixadas e Empenhadas por Grupo – Composição

Grupo de Despesas	Dezembro/2018.		Dezembro/2017.		AH (DOTAÇÃO)	AV - 2018 (EMP) / (DOT)
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		
Pessoal e Encargos Sociais	110.186.697,00	134.373.754,19	116.285.867,34	116.048.087,34	-5,24%	121,95%
Outras despesas correntes	40.124.341,00	44.371.565,20	47.422.027,00	39.707.671,19	-15,39%	110,59%
Subtotal Desp. Correntes	150.311.038,00	178.745.319,39	163.707.894,34	155.755.758,53	-8,18%	118,92%
Investimento	13.020.000,00	23.599.180,00	13.837.406,00	2.605.109,66	-5,91%	181,25%
Inversões Financeiras	-	-	3.000.000,00	-	-100,00%	100,00%
Subtotal Desp. Capital	13.020.000,00	23.599.180,00	16.837.406,00	2.605.109,66	-22,67%	181,25%
Reserva contingência	-	-	-	-	0,00%	0,00%
TOTAL	163.331.038,00	202.344.499,39	180.545.300,34	158.360.868,19	-9,53%	123,89%

Fonte: Siafi, 2018 e 2017.

6.3. Receitas e Despesas Realizadas

No quarto trimestre de 2018, as receitas realizadas atingiram a somatória de R\$ 690.500,95, enquanto que as despesas empenhadas totalizaram o valor de R\$ 178.745.319,39, gerando deste modo um resultado orçamentário deficitário no valor de R\$ 201.653.998,44 no encerramento do exercício de 2018.

Esta disparidade justifica-se pelo fato da Instituição não ser um órgão arrecadador e depender de transferências financeiras recebidas principalmente do MEC, para atender as necessidades do órgão.

Pela análise a tabela a seguir, demonstra que o total das despesas empenhadas no exercício de 2018 (R\$ 202.344.499,39) alcançou o percentual de 106,36% do total da Dotação Atualizada (R\$ 190.244.749,00).

Tabela 25 – Receitas e Despesas por Categoria econômica

Balanco Orçamentário	Previsão / Fixação	Realização / Execução	Real/ Exec (%)	AV
Receitas Correntes	444.360,00	690.500,95	155,39%	100,00%
Receitas de Capital	-	-	-	-
Total das Receitas	444.360,00	690.500,95	155,39%	100,00%
Despesas Correntes	179.724.749,00	178.745.319,39	99,46%	88,34%
Despesas de Capital	10.520.000,00	23.599.180,00	224,33%	11,66%
Total das Despesas	190.244.749,00	202.344.499,39	106,36%	100%
Superávit/(Déficit)		(201.653.998,44)		

Fonte: Siafi 2018.

6.4. Previsão Atualizada x Dotação Atualizada

Na tabela a seguir, observa-se que no quarto trimestre de 2018, a Previsão atualizada da Receita, deduzida das respectivas anulações ou cancelamentos foi de R\$ 444.360,00, apresentando uma redução de 69,61% em relação ao mesmo trimestre em 2017 (R\$ 1.462.090,00). Como já exposto na Nota Explicativa referente ao Balanço Financeiro no item 4.1.1 **Receitas Orçamentárias**, essa diminuição ocorreu devido ao fato de que em 2017 a Ufopa, recebeu receitas provenientes de doação e no exercício de 2018 não houve receitas desta categoria.

Tabela 26 – Receitas e Despesas – Previsão Atualizada x Dotação Atualizada

Categoria Econômica	Previsão / Fixação Dezembro/2018	Previsão / Fixação Dezembro/2017	AH
Receitas Correntes	444.360,00	1.462.090,00	-69,61%
Receitas de Capital	-	-	0,00%
Total das Receitas	444.360,00	1.462.090,00	-69,61%
Despesas Correntes	169.800.742,00	163.707.894,00	3,72%
Despesas de Capital	13.020.000,00	16.837.406,00	-22,67%
Total das Despesas	182.820.742,00	180.545.300,00	1,26%

Fonte: Siafi, 2018, 2017.

6.5. Restos a Pagar

Para elaboração desta nota explicativa, considerou-se a execução de Restos a Pagar Não Processados – RPNP do órgão e dos créditos orçamentários recebidos de outros órgãos.

No encerramento do exercício de 2018, a Ufopa possuía um total inscrito na rubrica RPNP, considerando também os RP Reinscritos, o total de R\$ 40.642.444,09. No encerramento do exercício de 2017, a inscrição e reinscrição de RPNP foi de R\$ 42.014.759,06, apresentando uma diminuição de 3,27%, conforme tabela a seguir.

Tabela 27 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos

RPNP Inscritos e Reinscritos	(DEZ/2018)	(DEZ/2017)	AH
RPNP Inscritos em 31/12 do Exercício Anterior	13.168.147,55	29.903.306,54	-55,96%
RPNP Inscritos em Exercícios Anteriores	27.474.296,54	12.111.452,52	126,85%
TOTAL	40.642.444,09	42.014.759,06	-3,27%

Fonte: Siafi, 2017-2016

Conforme disposto no artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, os RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro; enquanto que os Restos a Pagar Processados, dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até esta data, porém, pendentes de pagamento.

A tabela seguinte demonstra que até o quarto trimestre de 2018, foram executados (liquidados) 47,96% do total das despesas inscritas e reinscritas na rubrica de RPNP (Correntes e de Capital).

Detalhando-se a execução das despesas por Categoria Econômica, pode-se observar que as Despesas Correntes apresentaram a maior execução, com um percentual de 93,73% quanto às despesas de capital apresentaram apenas 39,04% do total executado.

Tabela 28 – Execução de RPNP – Por Categoria Econômica

	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (4) / (3)
CATEGORIA ECONÔMICA	RPNP Inscritos + Reinscritos	RPNP Cancelados	RPNP Inscritos (-) Cancelados	RPNP Liquidados	% Exec.
DESPESAS CORRENTES	7.129.347,24	837.705,96	6.291.641,28	5.897.351,07	93,73%
DESPESAS DE CAPITAL	33.513.096,85	1.210.817,42	32.302.279,43	12.611.179,94	39,04%
TOTAL	40.642.444,09	2.048.523,38	38.593.920,71	18.508.531,01	47,96%

Fonte: Siafi 2017-2018.

As Despesas de Capital compreendem aquelas “realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos”. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>). A tabela adiante apresenta a composição dos RPNP executados por Grupo de Despesa.

Tabela 29 – Execução de RPNP – Por Grupo de Despesa

	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (4) / (3)
GRUPO DE DESPESA	RPNP Inscritos + Reinscritos	RPNP Cancelados	RPNP Inscritos (-) Cancelados	RPNP Liquidados	% Exec.
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.129.347,24	837.705,96	6.291.641,28	5.897.351,07	93,73%
4 - INVESTIMENTO	33.513.096,85	1.210.817,42	32.302.279,43	12.611.179,94	39,04%
TOTAL	40.642.444,09	2.048.523,38	38.593.920,71	18.508.531,01	47,96%

Fonte: Siafi, 2017-2018.

Este significativo percentual de valor inscrito em Restos a Pagar, justifica-se pela existência de excepcionalidades legais quanto à validade destas despesas e que é amparado pelo artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os restos a pagar não processados que se refiram às despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Ministério da Saúde, e do Ministério da Educação financiadas com recursos destinados à **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**. No entanto em 29 de junho de 2018 foi publicado o Decreto nº 9.428 de 28 de junho de 2018 que alterou este Decreto, no qual exclui as despesas do MEC financiadas com recurso de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE.

Nesse sentido, conforme explicitado na tabela abaixo, a maior parcela do saldo de RPNP, é representada por recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (agrupadas pelo identificador “Lei Calmon = SIM”), independentemente da fonte de recursos, não sendo aplicado para estes recursos o cancelamento por decurso do prazo de que trata o referido decreto. Cabe ressaltar que o saldo relativo às despesas do PAC, no âmbito do MEC, integra também o montante referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo identificadas pelo EOF (RP3) de acordo com os atributos do sistema de extração de dados, Tesouro Gerencial.

Tabela 30 – RPNP relativos à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Indicador "Lei Calmon"	RPNP Inscritos + Reinscritos	RPNP Cancelados	RPNP Liquidados	RPNP Pagos
NÃO	1.927.625,79	-	1.927.625,79	1.927.625,79
SIM	38.714.818,30	2.048.523,38	16.580.905,22	16.465.006,57
TOTAL	40.642.444,09	2.048.523,38	18.508.531,01	18.392.632,36

Fonte: Elaboração com base no Siafi, 2018.

Na tabela abaixo são demonstrados os valores referentes aos cancelamentos de RPNP, por Grupo de Despesa, no encerramento do exercício de 2018, 2017 e 2016.

No quarto trimestre de 2018, foi realizada a solicitação para análise e baixa pela Pró-Reitoria de Administração – Proad/Ufopa, dos saldos alongados de exercícios anteriores a 2016 para cada unidade demandante desta Instituição, conforme à orientação da Coordenação-Geral de Programação Financeira - COFIN/STN, em dezembro de 2016, com a citação de acórdãos do TCU que abordam o assunto, em especial ao mais recente, o 272/2017-P e Comunica 2018/1537503 que trata sobre a indicação de empenhos para inscrição em RPNP, conforme Macrofunção 02.03.18.

Verifica-se que até o 4º trimestre de 2018, houve cancelamentos de empenhos inscritos em RPNP, no valor total de R\$ 2.048.523,38, sendo que até o momento a somatória de cancelamento mais expressiva foi no grupo de Investimentos, que somou R\$ 1.210.817,42.

Tabela 31 - Evolução dos Cancelamentos de RPNP a partir de 2016

Grupo Despesa	DEZ/2018.	DEZ/2017.	DEZ/2016.
1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	27.312,50
3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	837.705,96	328.090,35	398.680,58
4. INVESTIMENTOS	1.210.817,42	1.543.887,01	10.991.033,82
TOTAL	2.048.523,38	1.871.977,36	11.417.026,90

Fonte: Siafi 2018, 2017 e 2016.

7. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO – BF

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimento e os pagamentos de natureza extra orçamentário, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

7.1. Ingressos

A tabela seguinte apresenta o total dos ingressos ocorridos no exercício de 2018. Em relação ao exercício de 2017, observamos que houve uma evolução em apenas 25,07% no total de ingressos na Instituição.

Tabela 32 - Total dos Ingressos

ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	AV	AH
Receitas Orçamentárias	690.500,95	1.864.369,98	0,29%	-62,96%
Transferências Financeiras Recebidas	194.190.310,41	169.362.256,66	82,41%	14,66%
Recebimentos Extraorçamentários	37.078.465,58	13.827.606,04	15,73%	168,15%
Saldo do Exercício Anterior	3.693.794,46	3.358.807,40	1,57%	9,97%
TOTAL	235.653.071,40	188.413.040,08	100%	25,07%

Fonte: Siafi, 2017 e 2018.

7.1.1. Receitas Orçamentárias

As Receitas orçamentárias são compostas por dois grupos: As Receitas Orçamentárias Ordinárias e as Receitas Orçamentárias Vinculadas.

No Balanço Financeiro da Ufopa, referente ao exercício de 2018 não há receitas com destinação ordinária, que são aquelas em que o processo de alocação é livre entre a origem e a aplicação de recursos, apara atender qualquer finalidade.

Entretanto podemos observar que há receitas com destinação vinculada, que são aquelas em que existe o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela legislação.

Do total das Receitas Orçamentárias no exercício de 2018 em relação ao mesmo período em 2017, percebe-se uma diminuição em 62,96%. Essa diminuição ocorreu devido ao fato de que em 2017 a Ufopa, recebeu receitas provenientes de doação e no exercício de 2018 não houve receitas desta categoria. No entanto quando analisamos verticalmente verificamos que esse ingresso representa apenas 0,29% do total desta coluna, conforme tabela 33.

Tabela 33 – Receitas Orçamentárias – Composição

ESPECIFICAÇÃO	DEZ/2018.	DEZ/2017.	AH
	Saldo R\$	Saldo R\$	
Receitas Orçamentárias	690.500,95	1.864.369,98	-62,96%
Ordinárias		294.948,31	-100,00%
Vinculadas	1.092.700,95	2.592.443,91	-57,85%
Recursos de Receitas Financeiras		-	
Doações		1.000.000,00	-100,00%
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e	1.092.700,95	1.592.443,91	-31,38%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	(402.200,00)	(1.023.022,24)	-60,69%

Fonte: Balanço Financeiro, Siafi WEB 2018.

7.1.2. Recebimentos Extra Orçamentários

Os Recebimentos Extra orçamentários são evidenciados nos ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Consistem, por exemplo, em:

- Ingresso de recursos que se constituem obrigações relativas a consignações em folha, fianças, cauções, etc e;

- Inscrição de restos a pagar, com a função de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, porém não paga no exercício da emissão do empenho, em atendimento ao parágrafo único do artigo 103 da Lei nº 4.320/1964.

No encerramento do exercício de 2018, a Ufopa apresentou uma evolução em 168,15% em relação ao mesmo período em 2017. Podemos destacar dois pontos que favoreceram para que houvesse essa significativa evolução: *Inscrição de Restos a Pagar Processados* e *Inscrição de Restos a Pagar Não Processados*.

A Inscrição de Restos a Pagar Processados, que aparece com um maior percentual de evolução, 2.129,05%, se justifica pelo fato de que no final do exercício de 2018, com a alteração da rotina de Ordens Bancárias que aconteceu no dia 31/12/2018, o pagamento da

folha de pagamento do órgão só foi processado no dia 02/01/2018, ocasionando essa elevada inscrição de empenhos processados.

A Ufopa recebeu orçamento proveniente a uma Emenda Parlamentar de Bancada de nº 03, da Bancada do Pará - 7115, que teve como responsável o Senador Paulo Rocha, no exercício de 2018 para a aquisição de material permanente, ND 449052. Este recurso que foi empenhado em quase toda sua totalidade no final do exercício, ocasionando assim a elevação de inscrição de Restos a Pagar Não Processados.

Tabela 34 – Recebimentos Extra Orçamentários - Composição

ESPECIFICAÇÃO	JUN/2018	01/2017	AH
	Saldo R\$	Saldo R\$	
Recebimentos Extraorçamentários	37.078.465,58	13.827.606,04	168,15%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	10.287.114,53	461.502,86	2129,05%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	26.153.379,18	13.168.147,55	98,61%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	555.440,66	197.955,63	180,59%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	82.531,21	-	100,00%
Arrecadação de Outra Unidade	82.531,21	-	100,00%

Balanço Financeiro, Siafi WEB 2018.

7.2. Dispêndios

Referente aos Dispêndios, o item mais representativo no quarto semestre de 2018 é o de Despesas Orçamentárias, com 85,87% de relevância, são despesas compreendidas na LOA da Universidade, conforme tabela 35:

Tabela 35 - Total dos dispêndios

ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	AV	AH
Despesas Orçamentárias	202.344.499,39	171.529.015,74	85,87%	17,97%
Transferências Financeiras Concedidas	1.484.047,52	393.921,12	0,63%	276,74%
Despesas Extraorçamentárias	19.832.885,45	12.796.308,76	8,42%	54,99%
Saldo para o Exercício Seguinte	11.991.639,04	3.693.794,46	5,09%	224,64%
TOTAL	235.653.071,40	188.413.040,08	100%	25,07%

Balanço Financeiro, Siafi WEB 2018.

7.2.1. Transferências Concedidas

As Transferências Financeiras Concedidas tiveram uma evolução de 276,74% referente ao 4º trimestre de 2018 comparando com o mesmo período de 2017 e compreendem as transferências financeiras relativas à execução orçamentária, de bens e valores e a execução dos Restos a pagar.

Tabela 36 – Transferências Financeiras Concedidas – Composição

ESPECIFICAÇÃO	JUN/2018	01/4/2017	AH
	Saldo R\$	Saldo R\$	
Transferências Financeiras Concedidas	1.484.047,52	393.921,12	276,74%
Resultantes da Execução Orçamentária	386.280,00	47.938,01	705,79%
Repasso Concedido	386.280,00	47.938,01	705,79%
Independentes da Execução Orçamentária	1.097.767,52	345.983,11	217,29%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	613.032,27	30.399,80	1916,57%
Demais Transferências Concedidas	4,04	-	100,00%
Movimento de Saldos Patrimoniais	484.731,21	315.583,31	53,60%
Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-

Balanco Financeiro, Siafi WEB 2018.

Este item também consta na Nota Explicativa à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) referente ao 4º trimestre de 2018, no item 5.2.3, pois este dispêndio está diretamente ligado a Variação Patrimonial Diminutiva – VPD.

7.3. Resultado Financeiro

O resultado financeiro no encerramento de 2018 foi superavitário em R\$ 8.297.844,58, quanto que no resultado financeiro no mesmo período de 2017 que foi superavitário de R\$ 334.987,06, conforme demonstrado nas tabelas abaixo, calculadas através de dois métodos.

Metodologia 1: o resultado financeiro é obtido pela dedução dos dispêndios do total dos ingressos, não se computando o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa tanto do lado dos Ingressos quanto do lado dos Dispêndios.

Tabela 37 – Resultado Financeiro – Metodologia 1

	2018	2017
(+) INGRESSO	231.959.276,94	185.054.232,68
Receitas Orçamentárias	690.500,95	1.864.369,98
Transferências Financeiras Recebidas	194.190.310,41	169.362.256,66
Recebimentos Extraorçamentários	37.078.465,58	13.827.606,04
(-) DISPÊNDIOS	223.661.432,36	184.719.245,62
Despesas Orçamentárias	202.344.499,39	171.529.015,74
Transferências Financeiras Concedidas	1.484.047,52	393.921,12
Despesas Extraorçamentárias	19.832.885,45	12.796.308,76
(=) RESULTADO FINANCEIRO	8.297.844,58	334.987,06

Fonte: Siafi: 2018, 2017.

Metodologia 2: o resultado financeiro é obtido pela dedução do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do “exercício anterior” do saldo da mesma conta apurado no exercício corrente e que se transfere para o “exercício seguinte”.

Tabela 38 – Resultado Financeiro – Metodologia 2

	2018	2017
DISPÊNDIOS		
(+) Saldo para o Exercício seguinte	11.991.639,04	3.693.794,46
INGRESSO		
(-) Saldo do Exercício Anterior	3.693.794,46	3.358.807,40
(=) RESULTADO FINANCEIRO	8.297.844,58	334.987,06

Fonte: Siafi: 2018, 2017.

8. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC correspondente ao resultado financeiro apurado no BF. No quarto trimestre de 2018, a geração líquida da instituição, de caixa e equivalente de caixa foi positiva, apresentando o valor de R\$ 8.297.844,58, apresentando uma evolução em relação ao mesmo período de 2017 em 2.377%, conforme tabela abaixo.

Tabela 39 – Geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa- Saldo Inicial e Final

Resultado Financeiro BF x DFC	2018	2017	AH%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.693.794,46	3.358.807,40	10%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	11.991.639,04	3.693.794,46	225%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	8.297.844,58	334.987,06	2377%

Fonte: Siafi, 2018 e 2017.

As atividades operacionais foram as que mais contribuíram para a geração líquida de caixa superavitária, com evolução de 174% de 2017 para 2018, passando para R\$ 21.603.622,93 no quarto trimestre de 2018.

Tabela 40– Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa – Atividades

Atividades	2018	2017	AH
Fluxo de Caixa das Atividades das Operações	21.603.622,93	7.885.708,30	174%
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(13.305.778,35)	(8.550.721,24)	56%
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	1.000.000,00	-100%
TOTAL	8.297.844,58	334.987,06	-2377%

Fonte: Siafi, 2018 e 2017.

8.1. Atividades Operacionais

As atividades Operacionais foram as que mais contribuíram para a geração líquida de caixa superavitária. A receita que teve maior participação nesse resultado foram as Transferências Financeiras Recebidas de repasses do MEC principalmente para pagamento de folha de pessoal.

O total de desembolso das atividades das operações da Ufopa até o quarto trimestre de 2018 foi de R\$ 173.289.587,70. A porcentagem de 86,98% desse total são para pagamento de Pessoal e Demais Despesas, apresentando um montante de R\$ 150.719.872,70, onde 98,24% está vinculada à educação, principal atividade da instituição, conforme tabela a seguir:

Tabela 41 – Desembolsos por Função de Governo – Atividades Operacionais

	2018	2017	AV
DESEMBOLSOS	(173.289.587,70)	(162.538.873,97)	100%
Pessoal e Demais Despesas	-150.719.872,70	-143.690.257,15	86,98%
Legislativo	-	-	-
Judiciário	-	-	-
Essencial à Justiça	-	-	-
Administração	-	-	-
Defesa Nacional	-	-	-
Segurança Pública	-	-	-
Relações Exteriores	-	-	-
Assistência Social	-352.095,64	-	0,23%
Previdência Social	-2.067.042,30	-1.673.388,91	1,37%
Saúde	-	-1.172.000,00	-
Trabalho	-	-	-
Educação	-148.063.136,37	-140.844.868,24	98,24%
Cultura	-	-	-
Direitos da Cidadania	-	-	-
Urbanismo	-	-	-
Habitação	-	-	-
Saneamento	-	-	-
Gestão Ambiental	-	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-	-
Agricultura	-	-	-
Organização Agrária	-237.598,39	-	0,16%
Indústria	-	-	-
Comércio e Serviços	-	-	-
Comunicações	-	-	-
Energia	-	-	-
Transporte	-	-	-
Desporto e Lazer	-	-	-
Encargos Especiais	-	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-	-
Transferências Concedidas	-20.768.874,18	-18.331.541,87	11,99%
Intergovernamentais	-	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-	-
A Municípios	-	-	-
Intragovernamentais	-20.729.317,24	-18.294.259,65	99,81%
Outras Transferências Concedidas	-39.556,94	-37.282,22	0,19%
Outros Desembolsos das Operações	-1.800.840,82	-517.074,95	1,04%
Dispêndios Extraorçamentários	-515.310,70	-123.153,83	28,62%
Transferências Financeiras Concedidas	-1.484.047,52	-393.921,12	82,41%
Demais Pagamentos	-427.055,20	0	23,71%

Fonte: Siafi 2018, 2017.

8.2. Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos.

As **receitas de capitais** são as constituições de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienação de bens), reservas, bem como as transferências de capital recebidas, como revela a tabela a baixo, a UFOPA não possui esse tipo de receita.

As **despesas de capitais**, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos.

Pela análise da tabela abaixo, verifica-se que os desembolsos foram superiores aos ingressos, resultando num fluxo deficitário de R\$ 13.305.778,35. Os maiores montantes dos desembolso estão relacionados à aquisição de materiais permanentes (bens móveis) e de construções de imóveis da Ufopa, para finalidade da instituição. Nota-se um aumento de 95% na aquisição de ativos comparando o mesmo período em 2017 com 2018 e os Outros Desembolsos de Investimentos apresentaram uma diminuição em 44%.

Tabela 42 – Atividades de Investimento

	2018	2017	AV	AH
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(13.305.778,35)	(8.548.721,24)	100%	56%
INGRESSOS				
Alienação de Bens	-	-		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-		
Outros Ingressos de Investimentos	-	-		
DESEMBOLSOS	(13.305.778,35)	(8.548.721,24)	100%	56%
Aquisição de Ativo Não Circulante	(11.945.560,34)	(6.114.441,94)	89,78%	95%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-		
Outros Desembolsos de Investimentos	(1.360.218,01)	(2.434.279,30)	10,22%	-44%

Fonte: Siafi, 2018 e 2017.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Notas explicativas às Demonstrações Contábeis referentes ao quarto trimestre de 2018 da Universidade Federal do Oeste do Pará, UO: 26241 foram elaboradas mediante extrações de relatórios no Tesouro Gerencial e Balanços fornecidos pelo Siafi.

ELABORAÇÃO:

CELINA MARIA EMIN GODINHO – CRC/ PA-018361/O
ASS. EM ADMINISTRAÇÃO – SIAPE: 1618236

ANEXO B – PARECER DA AUDITORIA INTERNA DA UFOPA

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
AUDITORIA INTERNA**

PARECER Nº 01/2019**RELATÓRIO DE GESTÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA – EXERCÍCIO 2018****APRESENTAÇÃO**

A Unidade de Auditoria Interna, Órgão Suplementar da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, instituída por meio da Portaria nº 876, de 24 de janeiro de 2011, cumprindo a atribuição estabelecida no art. 15, parágrafo 6º, do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, vem apresentar Parecer para compor a prestação de contas da Ufopa a ser apresentada ao Tribunal de Contas da União – TCU, em conformidade com a Instrução Normativa/TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, Decisão Normativa/TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018, Decisão Normativa/TCU nº 172, de 12 de dezembro de 2018 e Portaria/TCU nº 369, de 17 de dezembro de 2018.

Informamos que o Relatório de Gestão da Ufopa contempla as informações requeridas nas decisões Normativas nº 170 e 172/2018-TCU e Portaria nº 369/2018-TCU, como também as orientações para a elaboração do relatório de gestão, rol de responsáveis, demais relatórios, pareceres, declarações e informações suplementares

para a prestação de contas referentes ao exercício de 2018, bem como sobre procedimentos para a operacionalização do Sistema de Prestação de Contas, e-Contas.

DECISÃO NORMATIVA – TCU Nº 170 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018: Dispõe acerca das unidades cujos dirigentes máximos devem prestar contas de suas gestões ocorridas no exercício de 2018, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU 63, de 1º de setembro de 2010.

DECISÃO NORMATIVA – TCU Nº 172, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018: Dispõe sobre a relação das unidades prestadoras de contas cujos responsáveis terão as contas de 2018 julgadas pelo Tribunal e especifica a forma, os prazos e os conteúdos para a elaboração das peças de responsabilidade dos órgãos de controle interno e das instâncias supervisoras que comporão os processos de contas, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa TCU 63, de 1º de setembro de 2010.

PORTARIA TCU Nº 369, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018: Dispõe sobre as orientações para a elaboração do relatório de gestão, rol de responsáveis, demais relatórios, pareceres, declarações e informações suplementares para a prestação de contas referentes ao exercício de 2018, bem como sobre procedimentos para a operacionalização do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas), conforme as disposições da Decisão Normativa TCU 170, de 19 de setembro de 2018.

O presente parecer contemplará a síntese das avaliações e resultados das ações de auditoria planejadas e realizadas no Plano Anual de Auditoria Interna do exercício de 2018, externando aspectos relevantes da Gestão, tendo em vista o escopo delineado de acordo com a Matriz de Risco elaborada. Também serão emitidas opiniões acerca dos controles internos administrativos de cada uma das áreas examinadas externando as principais fragilidades e enfatizando as rotinas otimizadas que fortaleceram os controles internos do setor. Por fim, serão prestadas informações relevantes acerca da estrutura e do funcionamento desta unidade de Auditoria Interna.

Para fins de cumprimento das normas citadas, a Auditoria Interna opinará sobre os seguintes aspectos exigidos no Processo de Contas do exercício de 2018, a saber:

- a) Avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da Unidade Prestadora de Contas – UPC identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes;
- b) Avaliação dos controles internos relacionados à elaboração dos relatórios financeiros e contábeis;
- c) Descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela UPC, das recomendações da auditoria interna;
- d) Informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;
- e) Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade;

- f) Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão.

Para demonstrar as informações relevantes sobre a unidade de auditoria interna e sua atuação, importa considerar os seguintes pontos:

a) Avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da UPC identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes;

A Audin, com base nos procedimentos e técnicas utilizadas na área de auditoria, avaliou os controles internos na execução dos trabalhos de auditoria, que resultaram em recomendações de melhorias no decorrer do exercício de 2018, em especial podemos citar a Ação 4 do Paint – Programa Monitoria; Ação 5 – Dispensa de Licitação/Inexigibilidade; Ação 6 – Verificar os critérios utilizados no edital 08/2016 – Proppit/Ufopa, referente ao Programa de Fortalecimento dos Grupos de Pesquisa da Ufopa e Ação 7 – Verificar a concessão de bolsas no Parfor/Ufopa nos anos anteriores a 2014. Concluiu-se que as impropriedades apontadas nos Relatórios de Auditoria, derivam principalmente da ausência/deficiência/fragilidades de controles internos e de planejamento, os quais se formalizados de forma adequada (mapeamento de processos, manuais de procedimentos, resoluções que atendam aos dispositivos legais), minimizariam os riscos e consequentemente, contribuiriam para o alcance dos objetivos das unidades.

Ainda sobre os controles internos administrativos da entidade, é relevante informar que a Auditoria Interna, em seus relatórios produzidos, seja no exercício de 2018, seja em exercícios anteriores, sempre alertou os responsáveis acerca das fragilidades encontradas, propondo medidas corretivas e acompanhando suas

implementações. Contudo, é importante mencionar que há recomendações que ainda carecem de implementação pelos setores da Instituição, o que ensejará maior atenção no acompanhamento no exercício de 2019, para que os controles sejam considerados adequados e as fragilidades sejam devidamente sanadas.

Além disso, para a melhoria dos controles internos na Instituição faz-se necessário o mapeamento dos macroprocessos, medida essencial para a definição de um plano de ação onde se estabelecerá as ações a serem realizadas no exercício, vinculado aos objetivos e metas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional, permitindo assim, melhor acompanhamento e monitoramento dos resultados, além da implantação e efetivação de uma política de gestão de riscos.

Dentre os pontos em que há necessidade de melhorias na instituição, destaca-se: a normatização e padronização de procedimentos e rotinas de suas unidades acadêmicas e administrativas. Porém, cabe enfatizar a existência de 14 (quatorze) processos que estão em tramitação na UPC e aguardam aprovação dos Conselhos de Superiores:

1. Processo nº 23204.002088/2016-89 – Assunto: Regimento do Instituto de Ciências e Tecnologias das Águas;
2. Processo nº 23204.010507/2015-75 – Assunto: Regimento Interno da Superintendência de Infraestrutura;
3. Processo nº 23204.009997/2016-48 – Assunto: Regimento Interno da Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais;
4. Processo nº 23204.008848/2016-61 – Assunto: Regimento Interno do Instituto de Biodiversidades e Florestas;
5. Processo nº 23204.013111/2016-61 – Assunto: Regimento Interno do

Instituto de Ciências da Sociedade;

6. Processo nº 23204.001886/2016-93 – Assunto: Regimento Interno Campus Universitário de Oriximiná;
7. Processo nº 23204.000237/2017-56 – Assunto: Regimento Interno da Reitoria;
8. Processo nº 23204.000423/2016-12 – Assunto: Regimento Interno da Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
9. Processo nº 23204.013050/2016-31 – Assunto: Regimento Interno da Comissão Permanente do Pessoal Docente – CPPD;
10. Processo nº 23204.009445/2017-11 – Assunto: Proposta de Restruturação Administrativa e Organizacional da Ufopa;
11. Processo nº 23204.006343/2015-81 – Assunto: Regimento Interno da Coordenação de Comunicação da Ufopa;
12. Processo 23204.3205/2018-64 – Minuta de Resolução do Regimento Interno dos Conselhos Superiores e Comunitário da Ufopa;
13. Processo 23204.4878/2016-07 – Minuta da Política de Inovação da Ufopa;
- e
14. Processo 23204.013313/2017-93 – Regimento do Núcleo de Acessibilidade.

Neste sentido, enfatizamos algumas medidas adotadas pela UPC na busca de melhorias, tais como Normatizações, disponíveis em: <http://www2.ufopa.edu.br/ufopa/institucional/consun-1/resolucoes-consun/consad/2018>.

Algumas regulamentações ocorridas no exercício:

1. Resolução nº 257, de 13 de novembro de 2018 – Institui o Comitê Gestor de Obras da Universidade Federal do Oeste do Pará e aprova seu Regimento Interno;
2. Resolução nº 255, de 12 de novembro de 2018 – Aprova a Resolução nº 254/2018-Consun que alterou, Ad Referendum, o Artigo 5º da Resolução nº 39/2013-Consun, do Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa);
3. Resolução nº 253, de 28 de setembro de 2018 – Institui o regimento das consultas prévias para indicação de candidatos a diretor e vice-diretor das unidades acadêmicas do campus de Santarém, da Universidade Federal do Oeste do Pará para o quadriênio 2019-2022;
4. Resolução 249, de 05 de abril de 2018 – Aprova Ad Referendum a Criação do Ambiente de Inovação denominado Núcleo Tecnológico de Bioativos – Inovação e Empreendedorismo da Ufopa;
5. Resolução nº 62, de 22 de agosto de 2018 – Aprova a alteração da resolução nº 08/2015-Consad, de 30 de novembro de 2015, que normatiza as condições de uso dos estacionamentos dos campi da ufopa, nos artigos 3º, 7º e 26.

b) Avaliação dos controles internos relacionados à elaboração dos relatórios financeiros e contábeis;

A Audin não possui em seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – Paint nenhuma ação específica para este tema, portanto, realizou-se consultas ao Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi para verificar a consistência dos controles primários das informações registradas no sistema supra, limitando-se a

verificação das ocorrências para a Conformidade de Registro de Gestão e para a Conformidade Contábil.

Para a Conformidade de Registro de Gestão foram encontrados 1.264 registros de ocorrências no exercício de 2018, dentre os quais destacam-se:

- 34 registros para o código de restrição 900 – Falta de tempestividade na remessa do documento;
- 1.159 registros para o código de restrição 951 – Documentação não analisada;
- 06 registros para o código de restrição 908 – Falta de Doc. Conf. De Reg. Gestão;
- 06 registros para o código de restrição 918 – Realização de despesa sem prévio empenho;
- Para a Conformidade Contábil destacam-se as seguintes restrições durante o exercício de 2018:
 - Código de restrição 315 – Falta ou rest. Conf. Reg. Gestão;
 - Código de restrição 640 – Saldo Contábil Bens Móveis não confere c/RMB;
 - Código de restrição 642 – Falta ou Evolução Incompatível Deprec. Ativo Imob.;
 - Código de restrição 651 – Falta ou Inconsistência no Contrato;
 - Código de restrição 674 – Saldo Along. e/ou Indevidos em Contas de Caráter Transitório no Passivo Circulante.

De acordo com a Macrofunção Siafi 020314, a conformidade de registro de

gestão consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no Siafi e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações. O tempo hábil para ser realizada é de 03 (três) dias a contar da data de registro no sistema. Quanto as fragilidades encontradas, registra-se uma redução de 96% para o código 900 e um aumento de 149% para o código 951, comparado ao exercício anterior.

Já a Conformidade Contábil, consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Siafi, tendo por base os princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade dos Registros de Gestão, o Manual Siafi e outros instrumentos que subsidiam o processo de análise realizada pelo setor responsável, como análise dos demonstrativos, balancetes e auditores contábeis do Siafi, conforme a Macrofunção Siafi 020315. Das restrições acima mencionadas, depreendem-se as de código 315, 640 e 642, que têm se mantido durante todo o exercício de 2018 e anteriores. De acordo com informações repassadas pela Coordenação de Contabilidade, as mesmas são referentes a conformidade realizada pela Coordenação de Controle Interno e a inconsistências de valores registrados no sistema patrimonial da Ufopa devido a saldo do antigo sistema Sima e devido à ausência de registros de materiais importados.

Importante destacar a responsabilidade do Ordenador de Despesa, tanto na Conformidade de Registro de Gestão quanto na Conformidade Contábil, pois cabe a ele a análise da consistência dos registros dos atos (item 3.6 – Macrofunção 020314) e as providências cabíveis a fim de solucionar as ocorrências apontadas (item 6.1.2 – Macrofunção 020315). Constatou-se que, apesar dos registros de restrições e da comunicação ao Ordenador de Despesas, conforme informado pelos responsáveis dos registros, não foi possível identificar quais as ações realizadas pelo(s) gestor(es) para a

regularização das impropriedades. Desta forma, requereu-se manifestação do Ordenador de Despesas.

Assim, considerando tais informações, os controles internos primários relacionados as informações financeiras e contábeis necessitam ser fortalecidos e as informações (restrições) registradas devem servir como indicadores para que o Ordenador de Despesa adote providências e ações para o saneamento das restrições registradas.

c) Descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela UPC, das recomendações da auditoria interna;

Nesta lfe, o acompanhamento da implementação das recomendações é realizado pelo Setor de Acompanhamento e Controles Internos da Audin por meio de monitoramento das recomendações expedidas às Unidades Auditadas contempladas nos Relatórios de Auditoria, onde é solicitado, em prazo fixado pela Auditoria Interna, a manifestação/comprovação a respeito das providências a serem adotadas para sanear a fragilidade (impropriedade e/ou irregularidade) constatada e, no caso de discordância da(s) recomendação(ões) exarada(s), a apresentação de justificativa para a não implementação.

O monitoramento é realizado de acordo com os prazos informados pelas unidades para a implementação das recomendações, após findar o prazo e tal recomendação não seja implementada, a Audin continua a informar a unidade da necessidade de implementar tal recomendação, e se, ainda assim, a unidade não se manifestar, é realizada a emissão de Termo de Assunção de Risco para o gestor da unidade, onde ele assume e aceita o risco de não implementar a recomendação. O monitoramento das recomendações encerra-se quando esta estiver totalmente implementada, ou tenha sido justificado pela unidade sua não implementação e ainda,

encerra-se quando ocorre a Assunção de Riscos pelo Gestor.

d) Informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

A sistemática de monitoramento dos resultados dos trabalhos de auditoria baseia-se no controle da implementação das providências propostas pelos gestores, com base nas ações previstas nos planos de providências preenchidos; nas comprovações realizadas no momento do monitoramento ou nas verificações feitas em novos trabalhos de auditoria.

Em cada trabalho realizado pela auditoria interna é elaborado e emitido o Relatório de Auditoria, no qual são apontadas as inconsistências encontradas.

Após a finalização cada trabalho, a Audin encaminha o relatório final à(s) unidade(s) auditada(s) e a Reitoria para tomarem ciência do resultado apurado e implementação de ajustes, além de envio de arquivo eletrônico “Plano de Ação”, quando houver recomendações. O Plano de Ação a ser preenchido deve apresentar informações referentes às medidas a serem adotadas, os responsáveis e os respectivos prazos para implementação das recomendações e o arquivo eletrônico “Termo de Assunção de Risco”, para os casos em que o gestor discordar de recomendações exaradas nos relatórios de auditoria e decidir não as implementar, apresentando neste formulário as razões pela não implementação das recomendações desta Audin.

Ainda, semestralmente, são encaminhados ao Conselho Superior de Administração – Consad cópias dos Relatórios de Auditoria finalizados contendo informações quanto as constatações, recomendações e o estágio em que se encontram o cumprimento da recomendação por parte da unidade auditada, em atendimento ao artigo 14 da instrução normativa nº 9, de 09 de outubro de 2018 do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – MTCGU.

e) Demonstração da execução do Plano Anual de Auditoria Interna – Paint, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade;

As informações sobre as ações da auditoria interna estão todas descritas no Relatório de Atividades Anuais da Auditoria Interna – Raint, que, conforme artigo 20 da IN 09, de 09 de outubro de 2018 – MTCGU, devem ser publicados na página eletrônica da Auditoria Interna após sua apreciação nas instâncias competentes.

Conforme quadro abaixo, das 8 (oito) ações programadas para execução em 2018, 04 (quatro) foram concluídas, 01 (uma) foi iniciada, porém, não concluída no exercício e 03 (três) não foram realizadas, sendo que (01) uma foi reprogramada para o exercício seguinte, (01) foi emitida a ordem de serviço no final do exercício e iniciou em 2019 e 01 (uma), em razão de não ter sido instituída a Política de Gestão de Riscos na Instituição, ficou inviabilizada de ser realizada.

AÇÕES PREVISTAS NO PAINT 2018 E PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO				
Nº	Descrição da ação	Realização	Objetivo	Observação
1	Contratação de Terceirização de mão de obra – Gestão e Fiscalização de Contratos	0%	Aferir as rotinas internas do setor de contratos, bem como dos fiscais de contrato com relação às rotinas internas de gestão e fiscalização dos contratos.	Trabalho não realizado. Reprogramado para 2019.
2	Acompanhamento dos processos disciplinares e sindicâncias instauradas pela Instituição	0%	Verificação do cumprimento dos prazos em processos instaurados pela Ufopa.	Expedida Ordem de Serviço em novembro de 2018
3	Afastamento para Qualificação	70%	Avaliar a conformidade dos termos dos contratos de afastamentos para qualificação concedidos a servidores.	Trabalho em andamento (em fase de Relatoria).
4	Programa Monitoria	100%	Verificar a compatibilidade entre os Editais e Normas Regulamentares Existentes, tais como, Portarias, Resoluções.	Trabalho concluído e em monitoramento das recomendações.

			Verificar a eficiência, eficácia e efetividade dos gastos dos recursos.	
5	Dispensa de Licitação/Inexigibilidade	100%	Verificar a conformidade dos processos licitatórios com as normas legais vigentes, a pertinência da realização de inexigibilidades e dispensas de licitação.	Trabalho concluído e em monitoramento das recomendações.
Apuração de Denúncia via ouvidoria				
6	Verificar os critérios utilizados no edital 08/2016 – Proppit/Ufopa, referente ao Programa de Fortalecimento dos Grupos de Pesquisa da Ufopa	100%	Verificar os critérios utilizados pela unidade responsável referente ao edital 08/2016 – Proppit/Ufopa, para verificar possível utilização de recursos públicos sem a devida prestação de contas, verificar a existência de controles internos e as prestações de contas, se houver.	Trabalho concluído e em monitoramento das recomendações.
Demandas da Alta Administração				
7	Verificar a concessão de bolsas no PARFOR/UFOPA nos anos anteriores a 2014	100%	Verificar os critérios utilizados para concessão de bolsas no âmbito do PARFOR/UFOPA (seleção, registro, comprovação da prestação de serviços pelos bolsistas) ou verificar se as constatações contidas no Relatório de Auditoria nº 003/2015, de 25.04.2016, referente a concessão de bolsas do PARFOR/UFOPA ocorreram em anos anteriores.	Trabalho concluído e em monitoramento das recomendações.
8	Implementação da Política de Gestão de Riscos dos Macroprocessos das Áreas Estratégicas da Ufopa	0%	Avaliar os riscos de controles internos em pelo menos 03 (três) Áreas Estratégicas da Gestão da Ufopa, quanto ao mapeamento dos riscos de cada unidade organizacional, em conjunto com o Comitê de Governança, Riscos e Controle Interno instituído pela gestão.	Trabalho não realizado (perda de objeto). Não foi instituída a Política de Gestão de riscos na Instituição o que inviabilizou o trabalho para o exercício.

Dentre as ações citadas acima que não foram executadas no exercício 2018,

em especial as ações 1, 2 e 8, esclarecemos que o principal fator que impactou negativamente na execução do Paint/2018 foi o não atendimento as solicitações de auditorias pelas Unidades Auditadas, seja pelo atraso ou pela ausência de informações, resultando em maior tempo na realização dos trabalhos, e consequentemente, afetando o planejamento da Audin. Outro fator que impacta negativamente, é a ausência de um sistema informatizado para realizar o monitoramento das recomendações junto as demais unidades desta Ifes. Todavia, mesmo diante destas dificuldades, considera-se que o desempenho da equipe foi satisfatório, na medida em que 50% (cinquenta por cento) das ações planejadas foram concluídas e 60% (sessenta por cento) das ações de capacitação foram realizadas.

A partir das ações de auditoria desenvolvidas pelos servidores da Audin em 2018, foi possível apontar fragilidades, propondo recomendações no sentido de aprimorar os elementos deficitários da gestão.

Tendo em vista que a Ifes não possui macroprocessos formalmente definidos e socializados, a Audin, tendo como referência metodológica a matriz de riscos do Banco Central do Brasil, buscou reunir informações que possibilitassem a percepção de riscos inerentes à Instituição. A metodologia aplicada para a percepção do risco inerente às áreas, considerou a necessidade de aperfeiçoamento contínuo dos critérios utilizados, reduziu o viés que envolve julgamentos individuais e melhorou a compreensão relativa da vulnerabilidade correspondente a cada unidade analisada, propiciando oportunidade de melhoria nos controles internos e a tomada de decisão dos gestores quanto a aceitar, modificar, evitar ou transferir o risco identificado. As informações foram obtidas mediante dados provenientes dos gestores das áreas, nos níveis estratégico, tático e operacional, da percepção institucional, por meio de fontes tais como, Ouvidoria, Relatório de Gestão 2017 e monitoramento das providências propostas pelas áreas.

A partir dessa análise verificou-se a necessidade de recomendações objetivando a melhoria de processos/atividades realizadas pelas respectivas unidades auditadas.

Algumas ações foram iniciadas pelos setores auditados a fim de atender às recomendações, conforme se demonstrará abaixo:

Relatório de Auditoria Nº 001/2018: Verificação dos Critérios Utilizados no Edital 008/2016 – Fortalecimento dos Grupos de Pesquisa

Setor Auditado:	PROPPIT/Diretoria de Pesquisa
Item do Relatório de Auditoria:	4.2
Constatação 01: Ausência de justificativa técnica da necessidade de abertura de edital para concessão de auxílio financeiro a grupos de pesquisa	
Recomendação: Justificar, em todos os processos, a necessidade de abertura de processo administrativo com a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão em atendimento ao artigo 2º, da Lei 9.784/99.	
Síntese das providências adotadas: A recomendação de especificar a motivação/justificativa no processo para abertura do edital será atendida nos próximos editais.	
Situação: Recomendação em monitoramento	
Constatação 02: Ausência de comprovação da aprovação do edital por órgão colegiado competente	
Recomendação: Observar, nos próximos processos seletivos, todos os requisitos legais de formalização processual em observância a Lei 9.784/99, ao artigo 10 da Resolução 24/2016 Consad – Ufopa e pareceres jurídicos emitidos pela consultoria jurídica da Ufopa.	
Síntese das providências adotadas: Será solicitado apuração de responsabilidade dos gestores responsáveis pelo edital em tela.	
Situação: Recomendação em monitoramento	
Constatação 03: Requisitos de prestação de contas do edital em desconformidade com os normativos existentes	
Recomendação: Estabelecer critérios de prestação de contas observando todos os dispositivos legais que regem a matéria.	
Síntese das providências adotadas: Será solicitado apuração de responsabilidade dos gestores responsáveis pelo edital em tela.	
Situação: Recomendação em monitoramento	
Constatação 04: Não cumprimento do calendário estabelecido no edital	
Recomendação: Cumprir todos os prazos definidos no cronograma e na impossibilidade, providenciar justificativa e possível prorrogação, se for o caso, e ainda publicar toda e qualquer alteração que por ventura sofram os editais, assim como os resultados dos recursos em atendimento aos princípios da publicidade e transparência.	
Síntese das providências adotadas: Será solicitado apuração de responsabilidade dos gestores responsáveis	

pelo edital em tela.
Situação: Recomendação em monitoramento
Constatação 05: Ausência de portaria de comissão própria para o certame
Recomendação: Normatizar a constituição do Fórum de Pesquisa definindo suas atribuições, competências e responsabilidades em atendimento aos preceitos do artigo 165 da Resolução 55/2014 – Consun/Ufopa.
Síntese das providências adotadas: Esta modificação será organizada por resolução específica acarretando em sequência na revogação das portarias existentes até o momento.
Situação: Recomendação em monitoramento
Constatação 06: Ausência de estabelecimento de limites para utilização de recurso
Recomendação: Constar nos próximos editais a obrigação de apresentação, na fase de inscrição de proposta, do plano de trabalho detalhado contendo cronograma de desembolso.
Síntese das providências adotadas: Ações relacionadas a esta recomendação estão sendo implementadas nos editais atuais, incluindo definição do cronograma físico-financeiro com pagamento de cotas.
Situação: Recomendação em monitoramento
Constatação 07: Ausência de previsão de regras de impedimento para participar no processo seletivo
Recomendação: 1. Prever em todos os instrumentos regras de impedimento para participação no certame de servidores que tenham atuado nas fases internas e externas do processo seletivo.
2. Elaborar fluxograma que contemple relações das unidades envolvidas, a fim de separar as atividades de elaboração, aprovação, autorização, homologação e execução evitando o acúmulo de funções em observância ao princípio da segregação de função.
Síntese das providências adotadas: 1. Nos editais atuais não há participação de servidores da PROPPIT em tomadas de decisão sobre a seleção de propostas, e 2. Recomendação será atendida nos próximos editais.
Situação: Recomendações 1 e 2 em monitoramento
Constatação 08: Descumprimento aos requisitos do edital
Recomendação: 1. Atribuir registro numérico e cronológico das documentações recebidas, no caso de ausência de sistema; 2. Adotar <i>check-list</i> de verificação das documentações; 3. Envidar esforços a fim de inibir deficiências, de caráter formal, verificadas nas documentações encaminhadas; 4. Aplicar penalidade, conforme item 6 do edital, aos coordenadores pelo descumprimento aos requisitos obrigatórios para apresentação da prestação de contas, observando à ampla defesa e o contraditório, e 5. Prever em normas internas, mecanismos eficientes e adequados, de apresentação da prestação de contas, a fim de que se comprove a sua correta utilização, conforme normas que regem o ordenamento jurídico.
Síntese das providências adotadas: 1. Estamos enviando esforços em informatizar os documentos recebidos relativos a qualquer edital atual e futuro; 2. Recomendação já em execução; 3. Recomendação já em execução; 4. Será implantada uma comissão de prestação de contas que avaliará os itens a serem cumpridos no edital, e 5. Recomendação já em execução.
Situação: Recomendações 1, 2, 3, 4 e 5 em monitoramento
Constatação 09: Descumprimento as regras do edital e demais instrumentos legais para prestação de contas
Recomendação: 1. Proceder a apuração específica, por meio de processo administrativo próprio, observadas as normas pertinentes, em observância à ampla defesa e ao contraditório de forma a se concluir ou não pelo cabimento de devolução de valores pelos envolvidos no processo seletivo para os casos citados no Anexo deste relatório, assim como no caso de utilização de cartão de crédito; 2. Determinar, nos casos em que o beneficiário não apresentar a prestação de contas, a abertura de tomadas de contas e a possível devolução do

recurso; 3. Exigir rigorosamente dos beneficiários dos auxílios financeiros, pesquisador/ estudante, os documentos fiscais obrigatórios de prestação de contas, inclusive nos casos de realização de despesas gerais com atividades de campo, em atendimento ao Art. 70, § único da Constituição Federal; 4. Incluir em todos os instrumentos (edital), no item Prestação de Contas, o que segue: a) Que a ausência de documentação comprobatória de despesa, enseje restituição da importância equivalente à Ufopa. b) Que todo comprovante de despesa deve constar, obrigatoriamente, a discriminação completa da despesa realizada (o nome e a referência do produto adquirido ou a descrição dos serviços prestados, e, conforme o caso, os equipamentos/local que receberão os serviços contratados), quantidades e valores. c) Que as despesas realizadas fora do prazo de aplicação dos recursos serão glosadas, não devendo ser consideradas como despesas do projeto. d) Que seja realizada pesquisa de preços com propostas válidas de no mínimo três fornecedores para aquisição de materiais e bens e/ou contratações de serviços observando as instruções contidas no Manual de Compras/Serviços da Ufopa, a fim de evitar burla ao processo licitatório. e) Que é vedado transferir a terceiros as obrigações ora assumidas. f) Que na aquisição de bens/materiais permanentes seja elaborado termo de doação, incorporação de bens e inventário. g) Que sejam disponibilizados modelos de: Relatório Final, Formulário de Prestação de Contas (com separação entre despesa de custeio e despesa de capital), Termo de Doação de Bens. h) Que não será dispensada a apresentação de documentos fiscais/comprovantes para as despesas gerais com atividade de pesquisa de campo, realizadas tanto por pesquisador quanto por discente. i) Que nos casos em que o beneficiário não apresentar a prestação de contas, será determinada a abertura de tomadas de contas e a possível devolução do recurso. j) Que em todos os instrumentos que demandem prestação de contas constar a obrigatoriedade de devolução do saldo remanescente no prazo de 30 (trinta) após o encerramento do acordo firmado. k) Que a devolução do recurso utilizado em itens não financiáveis ou em itens adquiridos fora do prazo de vigência firmado pelo acordo devem ser devolvido aos cofres públicos. l) Utilizar nos casos em que há necessidade de concessão de diárias e auxílio financeiro o Decreto 5.992/06 e a Resolução nº 41/2017 – Consep/Ufopa. m) Detalhar/esclarecer, quais despesas serão enquadradas em “despesas gerais com atividades de pesquisa de campo”, haja vista constituir expressão linguística de valor semântico extremamente amplo. Síntese das providências adotadas: 1. Recomendação será atendida em atenção aos responsáveis implicados na matéria e de acordo com as especificidades necessárias visualizadas garantindo a ampla defesa e de acordo com a sugestão da comissão de prestação de contas a ser implantada; 2. Como objeto final do processo administrativo pretende-se garantir o cumprimento desta recomendação de acordo com a sugestão da comissão de prestação de contas a ser implantada; 3. Será implantada uma comissão de prestação de contas para avaliar a necessidade de ajustes e com isso será evidenciado novo prazo para regularização das pendências caso necessário, e 4. Estas recomendações serão incorporadas nos próximos editais. Situação: Recomendações 1, 2, 3 e 4 em monitoramento
Constatação 10: Ausência de aprovação das prestações de contas pelo setor competente Recomendação: Submeter os processos de prestação de contas que ingressaram na Proppit à análise financeira de comissão própria, nomeada para esse fim, para aprovação ou não das contas ou na ausência desta, encaminhar a Coordenação de Prestação de Contas da Diretoria de Finanças e Contabilidade/Proad. Síntese das providências adotadas: Será instituída uma comissão de prestação de contas com a composição de membros da Proad para auxiliar nas análises dos documentos.

Situação: Recomendação em monitoramento
Constatação 11: Ausência de manifestação/devolução de valores pela utilização regular do recurso público Recomendação: Proceder a devolução dos saldos que não foram utilizados de forma integral no prazo de 30 dias a contar da notificação do beneficiário. Síntese das providências adotadas: Será feito a notificação dos beneficiários com esta necessidade. Situação: Recomendação em monitoramento
Constatação 12: Ausência de incorporação dos bens/materiais permanentes adquiridos com o recurso Recomendação: Providenciar, com maior brevidade, o inventário e consequente afixação do número do patrimônio dos bens/materiais permanentes adquiridos em todos editais sob responsabilidade da Proppit. Síntese das providências adotadas: Será feito um check list para o procedimento necessário para o tombamento dos equipamentos e organização de fluxograma para orientação dos beneficiários. Situação: Recomendação em monitoramento
Constatação 13: Formalização dos documentos referente ao Edital 008/2016 em desacordo com os normativos legais Recomendação: 1. Autuar devidamente o processo administrativo observando o fiel cumprimento da Lei; 2. Fortalecer os controles a fim de que trâmites necessários ou procedimentos essenciais não sejam desconsiderados ou passem despercebidos, estabelecendo assim, um roteiro unificado de análise e apreciação dos processos. Síntese das providências adotadas: 1. Recomendação será atendida de acordo com os processos administrativos a serem formalizados, e 2: Recomendação já está em execução nos atuais editais. Situação: Recomendações 1 e 2 em monitoramento

Relatório de Auditoria Nº 002/2018: Verificação da Concessão de Bolsas no Parfor/Ufopa nos anos anteriores a 2014.

Setor Auditado:	Ufopa/parfor
Item do Relatório de Auditoria:	4
Constatação 01: Bolsista apresentou relatório de atividades, mas não recebeu o pagamento das bolsas referentes às aulas ministradas. Recomendação: 01. Aperfeiçoar os mecanismos de controle referentes a inserção dos bolsistas no Sistema Geral de Bolsas – SGB, o recebimento e arquivamento dos Relatórios de Atividades (Mapa de Notas e Frequências), a fim de torná-lo mais efetivo, permitindo o total controle das aulas ministradas; 02. A Coordenação Institucional do Parfor/Ufopa deve analisar o documento do bolsista Jaime Cuellar Velard e informar à Reitoria se o relatório de atividades, corresponde aos períodos recebidos de bolsas que não foram apresentados na auditoria que originou o Relatório nº 03/2015. Síntese das providências adotadas: Ausência de manifestação Situação: Recomendação em monitoramento	

Constatação 02: Ausência dos relatórios de atividades dos bolsistas que ministraram aulas pelo Parfor, como condição de certificar o recebimento de bolsa.
Recomendação: 01. Manter arquivados na Ufopa a documentação relativa aos cursos e de todos os bolsistas do Programa Parfor/Ufopa pelo período de 20 (vinte) anos, conforme orientação do Manual Operativo do Parfor, item 12.8.1, g; 02. Realizar pagamentos das bolsas conforme o cronograma de execução do PARFOR, condicionando-os à comprovação das respectivas atividades pelos docentes no intuito de garantir a realização total do projeto.
Síntese das providências adotadas: Ausência de manifestação
Situação: Recomendação em monitoramento

Relatório de Auditoria N° 003/2018: Verificar a compatibilidade entre os Editais do Programa de Monitoria Acadêmica e as Normas Regulamentares existentes

Setor Auditado:	Proen/CPE
Item do Relatório de Auditoria:	4.2
Constatação 01: Ausência de norma reguladora superior à IN 01/2012 – Proen	
Recomendação: Elaborar uma resolução que trate dos direitos e deveres decorrentes do PMA, assim como traçar as linhas gerais sobre o mesmo, com a devida aprovação do Consepe	
Síntese das providências adotadas: Efetivação do Grupo de Trabalho sobre Programas Institucionais de Ensino e de Estágio, com representação de todas as Unidades Acadêmicas e Campi, mediante publicação em Portaria emitida pelo Gabinete da Reitoria, para apresentação, elaboração e diálogo sobre minuta de resolução que trate sobre o item recomendado, para devido encaminhamento de minuta para aprovação do Consepe	
Situação: Recomendação em monitoramento	
Constatação 02: Ausência de publicação da norma reguladora	
Recomendação: Não houve recomendação.	
Síntese das providências adotadas: Após a manifestação da unidade sobre o relatório preliminar a norma foi localizada no site da Proen, dentro do ícone Programa de Monitoria, abaixo do tópico "Editais de Seleção para concessão de bolsas para Disciplinas, Laboratórios de Ensino e de Informática/Projetos Integrados, referente ao período 2018.1 – Multicampi", onde é possível constatar que sua publicação somente ocorreu no dia 12 de julho de 2018, ou seja, 06 (seis) anos após a edição da norma. Ainda, considerando a manifestação da unidade de que realizará a publicação da IN 01/2012 para atendimento do art. 1º e ao inciso I do 6º da Lei 12.527/2011, a constatação foi eliminada, contudo, foi recomendado a unidade <u>que refaça a publicação, de forma ampla e que fique ao alcance de todos, em um local mais apropriado do site, como, por exemplo, "Legislação".</u>	
Situação: Constatação eliminada	
Constatação 03: Não utilização nos editais dos critérios previstos na IN	
Recomendação: Reproduzir em todos os editais os critérios para seleção de projetos de monitoria de acordo com a norma reguladora ou, diante de inexecutabilidade desses critérios, reformar a norma reguladora no tocante aos mesmos.	
Síntese das providências adotadas: Reproduzir nos próximos Editais do PMA os critérios dispostos na Norma vigente e reformular da IN 01/12 para adequação de exequibilidade e contemporaneidade das ações, atentando-se à possíveis adequações dos critérios nos editais do PMA.	
Situação: Recomendação em monitoramento	

Constatação 04: Ausência de pareceres jurídicos
Recomendação: Enviar minutas de todos os editais do PMA para a Procuradoria Jurídica emitir parecer, inclusive na situação de curto espaço de tempo no calendário acadêmico, uma vez que é possível enviar a minuta do próximo edital do PMA para análise da Procuradoria Jurídica antes mesmo do término da vigência do edital corrente.
Síntese das providências adotadas: Dar continuidade ao fluxo de solicitação de emissão de parecer jurídico das minutas dos editais do PMA para Procuradoria Jurídica da Ufopa, sendo primeiramente atendido a determinação de obrigatoriedade de encaminhamento do pedido para análise prévia da Reitoria, conforme Portaria nº661/18-GR. Nos, casos que a Reitoria julgar não necessário o parecer jurídico, poderá ser adotado pela Proen o parecer técnico, considerando a Lei nº 8.666/1993.
Situação: Recomendação em monitoramento
Constatação 05: Não observância do prazo mínimo de vigência da bolsa de monitoria previsto na norma reguladora
Recomendação: Alterar a norma reguladora no caso de inexecutabilidade do prazo mínimo estabelecido para vigência da bolsa de monitoria.
Síntese das providências adotadas: Apresentar alteração na norma reguladora para o caso de inexecutabilidade do prazo mínimo estabelecido para vigência da bolsa de monitoria.
Situação: Recomendação em monitoramento
Constatação 06: Ausência de nomeação da comissão de monitoria referente aos editais: 02/2018, 32/2017 e 63/2018 e ausência de nomeação de comissão <i>Ad Hoc</i> em todos os editais do PMA do período auditado.
Recomendação: 1. Designar as comissões de monitoria por portaria, sem exceções, inclusive durante e depois da expansão do Módulo Monitoria/SIGAA para atender a norma reguladora; 2. Observar, em todos os editais, o princípio da segregação de função em atendimento a Instrução Normativa SFC nº 03/2017, para que não haja cumulação de atribuições e responsabilidades relativas ao programa para as mesmas pessoas de modo a prejudicar a própria instância recursal, e 3. Adequar a norma à realidade, com alteração da exigência de nomeação de Comissão <i>Ad Hoc</i> para os editais do PMA, se for esse o caso.
Síntese das providências adotadas: 01. Emitir portarias de designação das comissões de monitoria, no intuito de atender à recomendação e de registro documental; 02. Empreender estudos de viabilidade acerca da recomendação em virtude do quadro reduzido de servidores na Unidade, e 03. Adequação da norma à realidade, com alteração de exigência da nomeação de Comissão <i>Ad Hoc</i> para os editais do PMA, para os casos necessários, sendo item propositivo no envio da minuta de reformulação da IN em Resolução ao GT-Programas Institucionais de Ensino e de Estágio.
Situação: Recomendações em monitoramento
Constatação 07: Ausência de definição dos critérios para o processo de seleção do discente monitor nos editais de monitoria para disciplinas, laboratórios e projetos integrados
Recomendação: 1. Estabelecer critérios objetivos para a seleção de bolsistas em todos os editais do PMA para que as unidades acadêmicas e os docentes orientadores selecionem bolsistas de forma mais isonômica e transparente, e 2. Garantir a publicação do resultado final de todas as seleções do PMA, independente das responsabilidades conferidas às unidades acadêmicas.
Síntese das providências adotadas: 01. Reunir com as Comissões de Monitoria das Unidades/Campi para tratar sobre o item recomendado e elaborar coletivamente um Documento de Diretrizes Gerais para Seleção dos Monitores do Programa, com o estabelecimento de critérios objetivos para seleção de bolsistas, e 02. A Proen adotará o procedimento de publicar no site da Proen o resultado final de todas as seleções do PMA, além da publicação já realizada do resultado final das seleções do PMA por processo administrativo, memorando, e-mail e recebimento da ata de seleção pelas Unidades/Campi.
Situação: Recomendações em monitoramento

Constatação 08: Ausência de fixação de foro nos editais para dirimir eventuais conflitos
Recomendação: Inserir cláusula em todos os editais do PMA com a eleição do foro competente, de acordo com recomendação da Procuradoria.
Síntese das providências adotadas: Recomendação será atendida nos editais do PMA.
Situação: Recomendação em monitoramento
Constatação 09: Não observância do prazo mínimo entre a publicação do edital e a data de submissão dos projetos de monitoria
Recomendação: Adotar o prazo mínimo de 10 dias contido na norma reguladora ou ajustá-la ao entendimento da Procuradoria Jurídica e, nos casos em que houver aplicação de prova, observar o prazo de 30 dias entre o fim do período de inscrição e a data da avaliação escrita.
Síntese das providências adotadas: Adequação dos Editais do PMA, nos casos de submissão de projetos de monitoria, considerando o calendário acadêmico da instituição.
Situação: Recomendação em monitoramento
Constatação 10: Ausência de justificativa técnica da necessidade de abertura de edital para concessão de bolsa de monitoria
Recomendação: Justificar a necessidade de abertura, em todos os processos administrativos, com a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.
Síntese das providências adotadas: Melhorar organização do rito processual existente com o registro dos despachos, documentos necessários recomendados por esta auditoria, no sentido de incluir a justificativa técnica do Edital, no processo administrativo, com a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.
Situação: Recomendação em monitoramento
Constatação 11: Ausência de designação dos responsáveis pela condução do processo seletivo
Recomendação: Designar por meio de portaria da Proen os servidores responsáveis pela condução do processo seletivo do PMA
Síntese das providências adotadas: Definir e emitir a designação dos servidores responsáveis por meio de portaria da Proen
Situação: Recomendação em monitoramento
Constatação 12: Ausência de aprovação dos editais
Recomendação: Encaminhar todos os editais para aprovação pela instância/autoridade competente com a respectiva aposição do ato de aprovação nos autos.
Síntese das providências adotadas: A Proen irá atentar quanto aposição do ato de aprovação nos autos dos respectivos processos administrativos de abertura dos Editais.
Situação: Recomendação em monitoramento
Constatação 13: Ausência de descrição dos atos que ensejam a suspensão do discente monitor
Recomendação: Não houve recomendação
Síntese das providências adotadas: Levando-se em conta o fato da Procuradoria, após a modificação desse item nas minutas dos editais, abster-se de tal recomendação, essa Audin acata a manifestação da unidade.
Situação: Constatação eliminada
Constatação 14: Ausência de distribuição de carga horária semanal para os discentes monitores nos editais
Recomendação: Não houve recomendação
Síntese das providências adotadas: Considerando que a unidade auditada informou que a distribuição de carga horária para as atividades de monitoria é prevista no Projeto de Monitoria e no Plano de Atividade, em

respeito à autonomia didática do docente, a manifestação foi acatada pela Audin.
Situação: Constatação eliminada
Constatação 15: Não observância dos meios de acompanhamento e avaliação em consonância com a norma reguladora
Recomendação: Reproduzir o dispositivo da norma reguladora que fixa duas (02) avaliações para o bolsista, com fins de acompanhamento, sendo a primeira pela Unidade Acadêmica e a segunda pela Proen com mediação do professor orientador, além das avaliações do trabalho de monitoria realizadas pelo docente orientador e pelo discente monitor. Ou, modificar a norma reguladora, no caso de inexecutabilidade, a fim de adequá-la a realidade da Proen e do PMA.
Síntese das providências adotadas: 01 – Incluir nos próximos Editais do PMA, de disciplinas, laboratórios e projetos integrados de ensino a reprodução do dispositivo da norma reguladora que fixa duas (2) avaliações para o bolsista, com fins de acompanhamento; 02 – Destacar esta recomendação da auditoria no GT-Programas Institucionais de Ensino e de Estágio, no sentido de dialogar sobre a pertinência da norma vigente ou possibilidade de modificação.
Situação: Recomendação em monitoramento
Constatação 16: Ausência de previsão de penalidades para o docente e para o discente que desempenhar de forma irregular ou insatisfatória sua atividade
Recomendação: 1. Prever penalidades na norma reguladora e em todos os editais do PMA, e 2. Prever a devolução de valores recebidos indevidamente pelos bolsistas.
Síntese das providências adotadas: 01. Para os docentes, citar nos editais a Lei 8.112/90 Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e para dos discentes, citar nos editais a Resolução nº 177/2017-UFOPA; 2. Será devidamente explicitado item nos próximos editais do PMA que atenda esta recomendação, quanto a devolução de valores recebidos indevidamente pelos bolsistas.
Situação: Recomendações em monitoramento
Constatação 17: Insuficiência de causas de impedimento nos editais para a seleção de docentes orientadores e discentes monitores
Recomendação: Prever outras causas de impedimento nos editais de forma que a abrangência seja suficiente para o atendimento dos preceitos do art. 18 da Lei 9784/99 e ao princípio da moralidade.
Síntese das providências adotadas: Apresentar o item avaliado pela auditoria ao GT-Programas Institucionais de Ensino e de Estágio para deliberação sobre a questão. Em, seguida realizar consulta à Procuradoria Federal e posteriormente, adequar os editais.
Situação: Recomendação em monitoramento

Relatório de Auditoria N° 004/2018: Verificação da Conformidade dos processos licitatórios com as Normas Legais vigentes, pertinentes a realização de Inexigibilidades e Dispensas de Licitação.

Setor Auditado:	PROAD/DCS
Item do Relatório de Auditoria:	4
Constatação 4.2.2.1: Contratações diretas (por dispensa de licitação) não justificadas ou indevidamente fundamentadas	

Recomendação: 01. Elabore projeto básico/termo de referência definindo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado do objeto a ser contratado, em atendimento ao Artigo 6º, inciso IX da Lei 8.666/1993 e à Súmula TCU-177; 02. Intensifique a fiscalização do contrato, observando o cumprimento, por parte da contratada, do pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, em analogia à Súmula TST-331, e 03. Que demonstre, a vantajosidade econômica e técnica da inclusão de serviços diretamente afetos ao imóvel (como serviços de limpeza, manutenção predial e energia) em áreas privativas ao imóvel a ser locado a partir das próximas contratações, condicionando o prosseguimento do certame, caso assim o desejar, ao cumprimento dessa recomendação, em atendimento ao art. 23, § 1º da Lei 8.666/1993.

Síntese das providências adotadas: Ausência de manifestação

Situação: Recomendações em monitoramento

Constatação 4.3.1.1: Pesquisa de preços inadequada (com menos de 3 propostas embasadoras)

Recomendação: Empreenda, quando da realização de futuras contratações, pesquisa de preços no mercado, com a juntada de orçamentos capazes de subsidiar a fixação de um parâmetro de preço aceitável ou a justificativa, de maneira fundamentada, da impossibilidade de fazê-lo.

Síntese: O Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI / UFOPA informa que: quando da realização de futuras contratações, se compromete a seguir as recomendações realizadas pela referida Auditoria.

Situação: Recomendação em monitoramento

Constatação 4.4.2.1: Contratações diretas (por inexigibilidade) não justificadas ou indevidamente fundamentadas

Recomendação: Quando da elaboração de Projeto Básico/Termo de Referência em futuras contratações, definir os elementos necessários e suficientes com nível de precisão adequado do objeto a ser contratado, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

Síntese das providências adotadas: Ausência de manifestação

Situação: Recomendação em monitoramento

Constatação 4.5.1.2: Ausência de justificativa para preços praticados ou justificativa de preços inadequada

Recomendação: Apresentar nos futuros processos de dispensas ou inexigibilidade justificativa de preços realizada, preferencialmente, mediante: (i) no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os preços praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. Acórdão 1565/2015-Plenário TCU.

Síntese das providências adotadas: Ausência de manifestação

Situação: Recomendação em monitoramento

Fonte: Audin/Ufopa

f) Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão;

No exercício de 2018 foram emitidos 04 relatórios de auditoria, gerando 50 recomendações, das quais todas estão em monitoramento junto as respectivas unidades.

2018					
Relatório/Nota	Nº de recomendações	Atendidas	Atendidas parcialmente	Não atendidas	Em Monitoramento (dentro do prazo)
R.A. 001/2018	22	-	-	-	22
R.A. 002/2018	04	-	-	-	04
R.A. 003/2018	18	-	-	-	18
R.A. 004/2018	06	-	-	-	06
Total	50	-	-	-	50

Fonte: Audin/Ufopa

Abaixo quadro demonstrativo das recomendações que ainda estão pendentes de relatórios de exercícios anteriores, ou que foram atendidas ou baixadas no exercício de 2018:

Exercícios Anteriores					
Relatório/Nota	Baixadas	Atendidas	Atendidas parcialmente	Justificadas	Não Atendidas
R.A. 003/2015	-	18	12	01	07
R.A. 001/2016	16	35	4	10	04
R.A. 003/2016	-	06	07	-	03
R.A. 004/2016	-	04	03	-	01
R.A. 001/2017	-	06	01	-	-
R.A. 002/2017	-	04	01	01	02
R.A. 003/2017	-	-	-	-	14
Total	16	73	28	12	31

Fonte: Audin/Ufopa

CONCLUSÃO

A partir dos resultados obtidos, vislumbra-se que a Auditoria Interna cumpriu suas competências regimentais no exercício de 2018 ao assistir a organização na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias nos controles internos administrativos, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança corporativa, além de que buscou dar assistência sempre que necessário aos gestores com o fito de fortalecer a gestão além de acompanhar o cumprimento das recomendações de auditorias anteriores e as do exercício de 2018.

A auditoria interna busca aprimorar seus trabalhos com bastante dedicação, esforço, contribuindo para minimizar as fragilidades encontradas e para que estas possam resultar em melhorias nos controles internos dentro da Ufopa.

Santarém, 22 de fevereiro de 2019.



Jackson Sousa Lima
CPF 792.738.402-30
SIAPE:2043930
Auditor-chefe/Ufopa
Portaria nº 1, de 01/01/2019

ANEXO C – RESULTADO DOS INDICADORES DE GESTÃO TCU



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO E INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS**



**RESULTADO DOS INDICADORES DE GESTÃO TCU
EXERCÍCIO 2018**



Resultados dos Indicadores de Gestão TCU

Exercício 2018

SUMÁRIO

1 INDICADORES

PRIMÁRIOS.....	123
1.1 Custo Corrente	123
1.2 Professor Equivalente.....	125
1.3 Funcionários Equivalentes.....	126
1.4 Alunos regularmente matriculados na graduação (A_G), alunos de residência médica em tempo integral (A_{RTI}).....	127
1.5 Alunos na pós-graduação stricto sensu (AP_G) e número de alunos da pós-graduação em tempo integral (AP_{GTI})	128
1.6 Alunos de graduação em tempo integral ($AGTI$) e número de alunos equivalentes da graduação (AGE).....	129
2 RESULTADOS DOS INDICADORES DE DECISÃO.....	132

1 INDICADORES PRIMÁRIOS

Quadro 1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002.

Indicadores Primários	Exercícios				
	2018	2017	2016	2015	2014
Custo Corrente em R\$	38.321.754,29	35.449.521,56	33.993.016,38	28.801.166,96	105.318.103,40
Número de Professores Equivalentes	446,5	422,5	338,5	326	401
Número de Funcionários Equivalentes	571,28	573,91	547,25	532	492,25
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (Ag)	4.939	4.586,5	4.292,50 ¹	3.904,5	3.400
Total de Alunos na Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> (ApG)	304	346	265	127	174
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AgE)	9157,66	4.108,07	3.425,22	2.081,19	1.843,73
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AgTI)	6554,38	2.380,95	2.119,18	2.050,62	1.259,67
Número de Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral (APgTI)	608	692	530	254	348

1.1 Custo Corrente

Para o cálculo do custo corrente a Ufopa realiza sem hospital universitário, pois não oferecemos cursos de Graduação ou Pós-Graduação que necessitem de hospital universitário. A tabela a seguir apresenta o custo corrente excluindo as despesas do hospital universitário em 2018, observa-se um custo corrente no valor de 38.321.754,29.

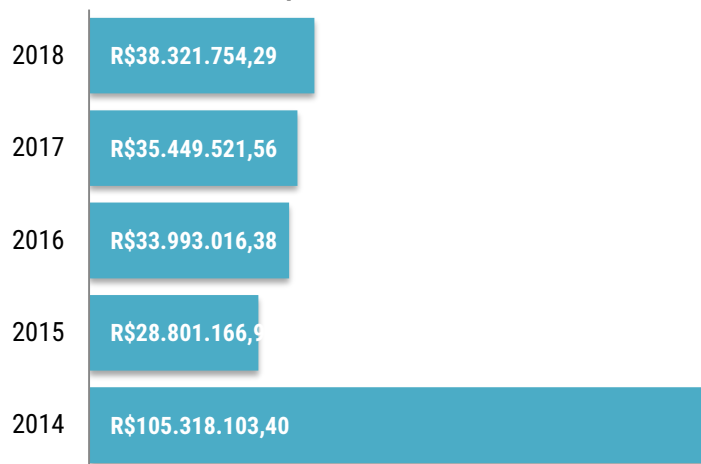
¹ No exercício de 2016 o cálculo para esse indicador considerou erroneamente os alunos do Parfor, totalizando o valor de 5.246,50, assim nesse exercício o valor foi corrigido para 4.292,50, valor esse sem os alunos do Parfor.

Tabela 1 – Custo corrente em 2018

Descrição das variáveis	Valor em R\$
(+)Despesa corrente (SIAFI 3.30.00.00)	43.935.568,00
(-) 100% das despesas correntes totais do(s) hospital(is) universitário(s) e maternidade	0,00
(-) Aposentadoria e reformas do órgão Universidade (SIAFI 3.31.90.01)	1.759.335,74
(-) Pensões do órgão Universidade (SIAFI 3.31.90.03)	567.829,26
(-) Sentenças Judiciais do Órgão Universitário (SIAFI 3.31.90.91)	0,00
(-) Despesa com pessoal cedido - docente do órgão universidade	169.460,32
(-) Despesa com pessoal cedido - técnico-administrativo do órgão universidade	228.567,17
(-) Despesa com afastamento País/Exterior - docente do órgão Universidade	2.560.427,06
(-) Despesa com afastamento País/Exterior - técnico-administrativo do órgão Universidade	328.194,16
Valor do Custo Corrente	38.321.754,29

Fonte: Proplan e Progep.

Gráfico 1 – Custo Corrente no período de 2014 a 2018.



Ao compararmos ao longo do tempo, o Custo Corrente sofreu uma brusca queda, isso se deu por conta da diminuição dos investimentos em obras de infraestrutura, as que já estavam feitas tiveram suas obras paralisadas. Em 2018, foram retomadas as obras paradas e a executando assim os restos a pagar não processados.

1.2 Professor Equivalente

O indicador número de professores equivalentes corresponde aos professores em exercício efetivo no ensino superior (graduação e pós-graduação *stricto sensu*), inclusive ocupante de funções gratificadas e cargos comissionados; substitutos e visitantes; excluindo os docentes afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do ano da prestação de contas. Deve ser considerado como referência o docente de tempo integral (40 horas/semana, com ou sem dedicação exclusiva - DE), convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de dedicação, assim o docente cujo regime de trabalho é 20 h/semana, recebe o peso de 0,5; o docente pertencente ao regime de trabalho 40h/semana ou DE, recebe o peso 1.

A forma de cálculo é por meio do somatório do número de professores, considerando-se os pesos de acordo com o regime de trabalho. Para aqueles com regime de 20h, o total de professores é multiplicado por 0,50; professores com regime de 40h e DE são multiplicados por 1,00.

Tabela 2 – Quantitativo de docentes da Ufopa em efetivo exercício no ano de 2018.

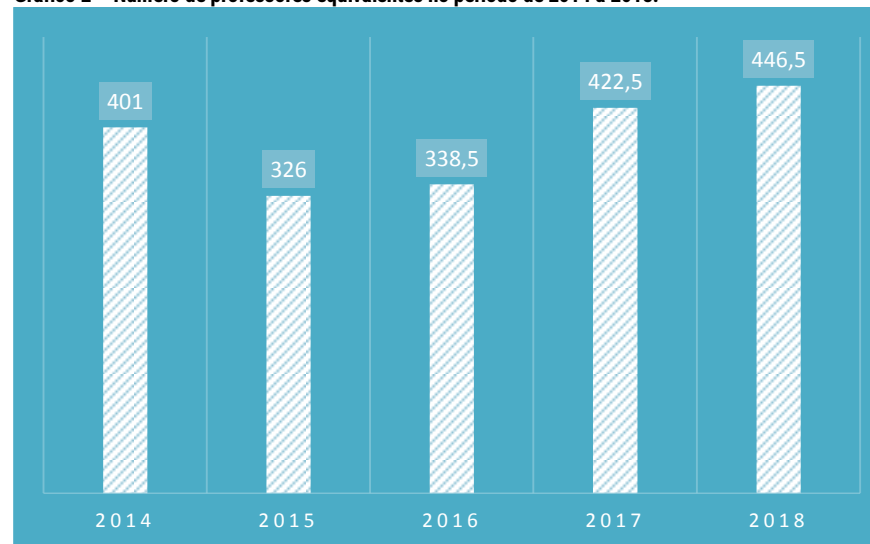
Variáveis	Regime de Trabalho		
	20H	40H	DE
Efetivo	5	7	478
Substituto	0	25	0
Visitante	0	2	0
Afastados/Cedidos	0	1	67

Fonte: Progep.

Utilizando os pesos para os regimes de trabalho tem-se o resultado do indicador número de professores equivalentes:

$$(5 \times 0,5) + (33 \times 1) + (411) = 446,50$$

Gráfico 2 – Número de professores equivalentes no período de 2014 a 2018.



Ao longo dos anos o indicador vem sofrendo alterações, isso pode ser explicado pela entrada de novos docentes provenientes dos concursos realizados ao longo do período com o regime de trabalho de dedicação exclusiva, também nesse período houve a saída de docentes para a qualificação, portanto com o retorno gradativamente desses docentes que em sua maioria possuem o regime de trabalho de dedicação exclusiva, o indicador irá passar por alterações enquanto houver

ingresso de novos docentes e pelo retorno e saídas de docentes para qualificação ou cedidos a outros órgãos públicos.

1.3 Funcionários Equivalentes

Esse indicador é calculado sem hospital universitário, pois a Ufopa não possui cursos de graduação ou pós-graduação que necessitam de hospital universitário. O número de funcionários equivalentes corresponde aos professores da categoria de ensino técnico/médio e servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade. Considera-se como referência o servidor técnico-administrativo de tempo integral (40h/semana) convertendo-se proporcionalmente os que se enquadram em outros regimes de trabalho. Assim os servidores técnico-administrativos com regime de trabalho de 20h, 25h e 30h são multiplicados por 0,5; 0,63 e 0,75 respectivamente; já os de 40h/semana são multiplicados por 1,00.

Tabela 3 – Quantitativo de funcionários da Ufopa no ano de 2018 por regime de trabalho em efetivo exercício.

Servidores	Regime de trabalho			
	20h	25h	30h	40h
+ Prof. 1º e 2º. Graus	0	0	0	3
+ Técnico-administrativo	4	7	10	587
- Afastado/cedido/me	0	1	0	32
Subtotal	4	6	10	558
Peso	0,5	0,63	0,75	1
Subtotal x peso	2	3,78	7,5	558
Total (20h+25h+30h+40h)	571,28			

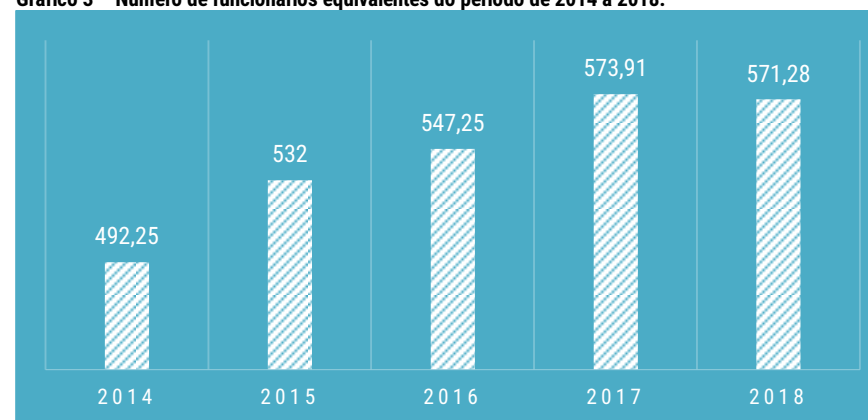
Fonte: Progep.

O cálculo é feito por regime de trabalho dessa maneira, utilizando os pesos para o regime de trabalho, obtém-se o número de funcionários equivalentes:

$$(4 \times 0,5) + (6 \times 0,63) + (10 \times 0,75) + (558 \times 1) = 571,28$$

Nota-se um acréscimo no número de funcionários equivalentes de 85,6% se compararmos com o exercício de 2013 e de 4,87% (gráfico 3), isso ocorreu pelo fato do aumento no número de técnico-administrativos em educação proveniente da entrada em sua maioria pela realização de concurso público, temos caso também de redistribuição. Em termos de número absoluto, a Ufopa encerrou o exercício de 2018 com 576 técnicos-administrativos em educação, a estimativa é que esse número aumente para os próximos exercícios.

Gráfico 3 – Número de funcionários equivalentes do período de 2014 a 2018.



1.4 Alunos regularmente matriculados na graduação (A_G), alunos de residência médica em tempo integral (A_{RTI})

O número de alunos de residência médica é obtido pela fórmula: $A_{RTI} = 2 \times A_R$. Onde A_R corresponde aos alunos da residência médica, como a Ufopa não possui cursos nesse formato, logo o resultado será zero. Já o aluno efetivamente matriculado na graduação é aquele que realiza sua inscrição formal no curso após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e que esteja cursando pelo menos uma disciplina. Incluem-se, também, alunos que estão fazendo somente o projeto final do curso ou a monografia.

Tabela 4 – Alunos dos cursos regulares de graduação matriculados por semestre em 2018.

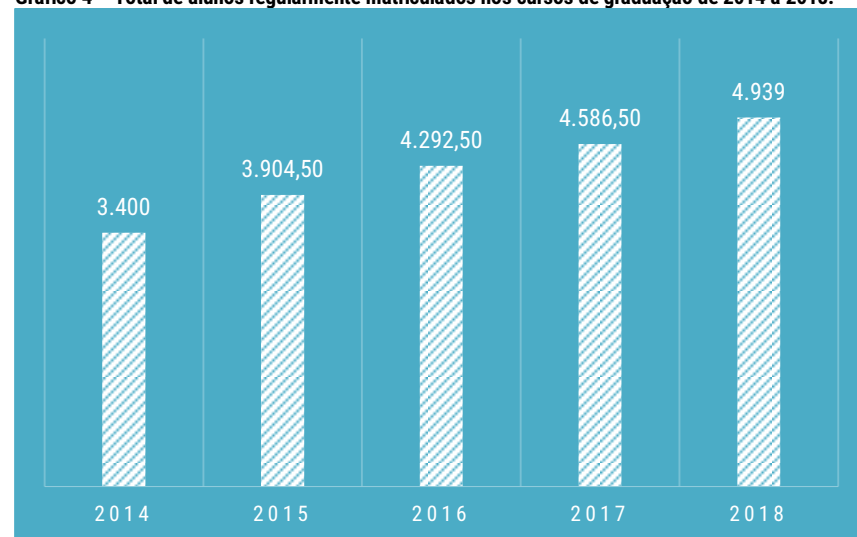
Local de Oferta	Curso	Matriculados		Média de Matrículas
		1º Sem	2º Sem	
Alenquer	Administração	71	66	68,5
Itaituba	Engenharia Civil	28	62	45,0
Juruti	Agronomia	34	70	52,0
Juruti	Engenharia de Minas	33	72	52,5
Monte Alegre	Engenharia de Aquicultura	25	59	42,0
Óbidos	Pedagogia	77	116	96,5
Oriximiná	Ciências Biológicas e Conservação	112	111	111,5
Santarém	Agronomia	125	118	121,5
Santarém	Antropologia	128	135	131,5
Santarém	Arqueologia	117	100	108,5
Santarém	Bach. Ciências Biológicas	181	167	174,0
Santarém	Biologia e Química	122	108	115,0
Santarém	Biotecnologia	103	83	93,0
Santarém	Ciência da Computação	150	144	147,0

Local de Oferta	Curso	Matriculados		Média de Matrículas
		1º Sem	2º Sem	
Santarém	Ciência e Tecnologia	160	155	157,5
Santarém	Ciências Agrárias	255	228	241,5
Santarém	Ciências Atmosféricas	61	56	58,5
Santarém	Ciências da Terra	89	64	76,5
Santarém	Ciências e Tecnologia das Águas	349	297	323,0
Santarém	Ciências Econômicas	184	160	172,0
Santarém	Direito	238	235	236,5
Santarém	Engenharia de Pesca	142	137	139,5
Santarém	Engenharia Física	25	27	26,0
Santarém	Engenharia Florestal	163	152	157,5
Santarém	Engenharia Sanitária e Ambiental	44	51	47,5
Santarém	Farmácia	121	117	119,0
Santarém	Física	1	3	2,0
Santarém	Formação Interdisciplinar	0	0	0,0
Santarém	Geofísica	62	53	57,5
Santarém	Geografia	137	127	132,0
Santarém	Geologia	130	130	130,0
Santarém	Gestão P. e Desenvolvimento Regional	169	134	151,5
Santarém	História	151	132	141,5
Santarém	História e Geografia	54	64	59,0
Santarém	Informática Educacional	133	105	119,0
Santarém	Interdisciplinar em Saúde	157	137	147,0
Santarém	Letras - Língua Portuguesa	4	10	7,0
Santarém	Letras - Português e Inglês	244	219	231,5
Santarém	Ciências Biológicas - ICED	70	64	67,0
Santarém	Química	30	26	28,0
Santarém	Matemática	1	1	1,0

Local de Oferta	Curso	Matriculados		Média de Matrículas
		1º Sem	2º Sem	
Santarém	Matemática e Física	189	170	179,5
Santarém	Pedagogia	221	22	121,5
Santarém	Sistemas de Informação	96	79	87,5
Oriximiná	Sistemas de Informação	39	35	37,0
Santarém	Zootecnia	83	89	86,0
Santarém	Gestão Ambiental	21	20	20,5
Santarém	Saúde Coletiva	4	8	6,0
Santarém	Engenharia de Controle e Automação	14	13	13,5
Alunos regularmente matriculados na graduação				4.939

Fonte: Sigaa.

Gráfico 4 – Total de alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação de 2014 a 2018.



Observa-se no gráfico uma evolução no resultado desse indicador, consequência da adoção de políticas para ingresso de novos alunos na Ufopa por

meio dos Processos Seletivos Regular e Especial. A Ufopa vem trabalhando a cada ano para o melhoramento desses processos para garantir o acesso à educação superior na região.

Do exercício 2016 a 2017, considerando o número de alunos matriculados dos cursos regulares de graduação temos um crescimento de 6,84% nas matrículas e de 2017 a 2018 houve um crescimento de 7,68%. Esse crescimento é explicado pela oferta regular anual de vagas para ingresso de novos alunos; pelas políticas implementadas que visam a garantia da permanência dos alunos nos cursos e pelo aumento no número de cursos de graduação, vale ressaltar que nesses exercícios os campi fora de sede iniciaram a oferta de vagas para 8 cursos de graduação.

1.5 Alunos na pós-graduação stricto sensu (AP_c) e número de alunos da pós-graduação em tempo integral (AP_gTI)

Tabela 5 – Número de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu*.

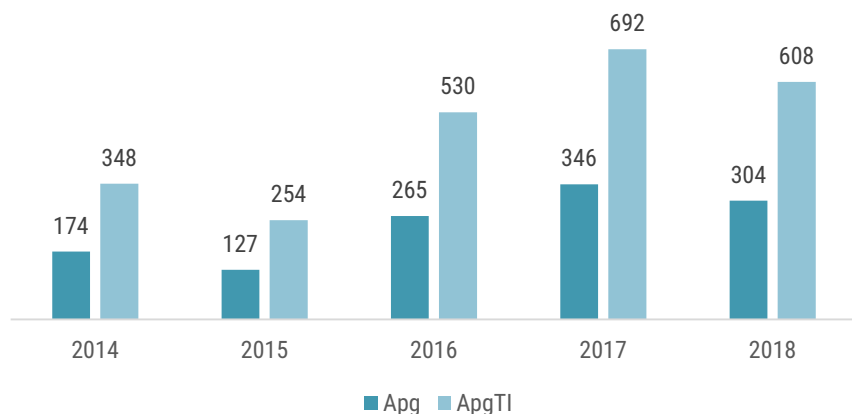
Cursos de Pós-Graduação	Matriculados
Recursos Naturais da Amazônia	38
Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos	8
Biociências	41
Biodiversidade	20
Ciências da Sociedade	28
Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida	51
Educação	50
Sociedade, Natureza e Desenvolvimento	64
Biodiversidade e Biotecnologia - Rede Bionorte	4
AP_c	304

Fonte: Proppit.

Número de alunos da pós-graduação em tempo integral é calculado pela fórmula: $A_{PGTI} = 2 \times A_{PG}$, sendo o A_{PG} o número de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu*. Aplicando a fórmula temos o seguinte

$$2 \times 304 = 608$$

Gráfico 5 – Total de alunos na pós-graduação *stricto sensu* no período de 2014 a 2018 (A_{PG} e A_{PGTI}).



A pós-graduação *stricto sensu* na Ufopa deu um salto significativo, com oferta regular de vagas nos cursos de mestrado e também no curso de doutorado, além da expansão no número de cursos.

1.6 Alunos de graduação em tempo integral (AGTI) e número de alunos equivalentes da graduação (AGE)

O A_{GTI} é calculado pela fórmula:

$$A_{GTI} = \sum_{\text{cursos}} \left\{ (N_{DI} \times D_{PC}) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + \left(\left(\frac{N_I - N_{DI}}{4} \right) \times D_{PC} \right) \right\}$$

Onde:

N_{DI} é o número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso;

D_{PC} é a duração padrão do curso, de acordo com a tabela da Secretaria de Educação Superior (Sesu) contida no documento “Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão”;

N_I é o número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso e;

Fator de retenção é de acordo com a metodologia Sesu.

O número de alunos equivalentes da graduação (A_{GE}) é dado por:

$$A_{GE} = \sum_{\text{cursos}} \left\{ (N_{DI} \times D_{PC}) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + \left(\left(\frac{N_I - N_{DI}}{4} \right) \times D_{PC} \right) \right\} \times \text{Peso}$$

Onde:

N_{DI} é o número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso;

D_{PC} é a duração padrão do curso, de acordo com a tabela contida no documento “Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão”;

N_I é o número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso e;

Fator de retenção e o Peso é de acordo com a metodologia Sesu.

Tabela 6 – Número de alunos da graduação em tempo integral e aluno equivalente de graduação por curso.

Local de Oferta	Curso	Ni	Matriculados		Média de Matrículas	Ndi	FR	DPC	P	AgE	AgTI
			1º Sem	2º Sem							
Alenquer	Administração	37	71	66	68,5	0	0,1200	4	1	37,00	37,00
Itaituba	Engenharia Civil	38	28	62	45,0	0	0,0820	5	2	95,00	47,50
Juruti	Agronomia	36	34	70	52,0	0	0,1200	4	2	72,00	36,00
Juruti	Engenharia de Minas	39	33	72	52,5	0	0,0820	5	2	97,50	48,75
Monte Alegre	Engenharia de Aquicultura	36	25	59	42,0	0	0,0820	5	2	90,00	45,00
Óbidos	Pedagogia	39	77	116	96,5	0	0,1000	4	1	39,00	39,00
Oriximiná	Ciências Biológicas e Conservação	40	112	111	111,5	0	0,1250	4	2	80,00	40,00
Santarém	Agronomia	32	125	118	121,5	30	0,0500	5	2	320,00	160,00
Santarém	Antropologia	30	128	135	131,5	7	0,1000	4	1	53,80	53,80
Santarém	Arqueologia	45	117	100	108,5	4	0,1000	4	1	58,60	58,60
Santarém	Bach. Ciências Biológicas	70	181	167	174,0	0	0,1250	4	2	140,00	70,00
Santarém	Biologia e Química	0	122	108	115,0	59	0,1325	4	2	416,54	208,27
Santarém	Biotecnologia	31	103	83	93,0	14	0,1250	4	2	160,00	80,00
Santarém	Ciência da Computação	35	150	144	147,0	9	0,1325	4	1,5	100,16	66,77
Santarém	Ciência e Tecnologia	50	160	155	157,5	15	0,1000	3	2	151,50	75,75
Santarém	Ciências Agrárias	40	255	228	241,5	24	0,1000	3	2	182,40	91,20
Santarém	Ciências Atmosféricas	35	61	56	58,5	0	0,1325	4	2	70,00	35,00
Santarém	Ciências da Terra	26	89	64	76,5	61	0,1000	3	2	350,10	175,05
Santarém	Ciências e Tecnologia das Águas	99	349	297	323,0	99	0,1000	3	2	653,40	326,70
Santarém	Ciências Econômicas	42	184	160	172,0	14	0,1200	4	1	90,72	90,72
Santarém	Direito	50	238	235	236,5	52	0,1200	5	1	288,70	288,70
Santarém	Engenharia de Pesca	51	142	137	139,5	8	0,0820	5	2	194,06	97,03
Santarém	Engenharia Física	0	25	27	26,0	15	0,0820	5	2	124,80	62,40
Santarém	Engenharia Florestal	32	163	152	157,5	47	0,0820	5	2	471,04	235,52
Santarém	Engenharia Sanitária e Ambiental	37	44	51	47,5	53	0,0820	5	2	533,46	266,73
Santarém	Farmácia	36	121	117	119,0	23	0,0660	5	2	277,68	138,84
Santarém	Física	0	1	3	2,0	0	0,1325	4	1,5	0,00	0,00
Santarém	Formação Interdisciplinar	0	0	0	0,0	0	0,1000	3	1	0,00	0,00

Local de Oferta	Curso	Ni	Matriculados		Média de Matrículas	Ndi	FR	DPC	P	AgE	AgTI
			1º Sem	2º Sem							
Santarém	Geofísica	28	62	53	57,5	1	0,1325	4	1,5	47,30	31,53
Santarém	Geografia	40	137	127	132,0	0	0,1325	4	2	80,00	40,00
Santarém	Geologia	58	130	130	130,0	21	0,1325	4	2	264,26	132,13
Santarém	Gestão Pública e Desenvolvimento Regional	40	169	134	151,5	13	0,1200	4	1	85,24	85,24
Santarém	História	50	151	132	141,5	0	0,1000	4	1	50,00	50,00
Santarém	História e Geografia	0	54	64	59,0	121	0,1000	4	1	411,40	411,40
Santarém	Informática Educacional	42	133	105	119,0	1	0,1325	4	1,5	68,30	45,53
Santarém	Interdisciplinar em Saúde	59	157	137	147,0	14	0,1000	3	2	159,90	79,95
Santarém	Letras - Língua Portuguesa	0	4	10	7,0	2	0,1150	4	1	6,92	6,92
Santarém	Letras - Português e Inglês	41	244	219	231,5	183	0,1150	4	1	674,18	674,18
Santarém	Ciências Biológicas - ICED	41	70	64	67,0	15	0,1250	4	2	187,00	93,50
Santarém	Química	30	30	26	28,0	0	0,1325	4	2	60,00	30,00
Santarém	Matemática	0	1	1	1,0	1	0,1325	4	1,5	5,30	3,53
Santarém	Matemática e Física	40	189	170	179,5	94	0,1325	4	1,5	557,73	371,82
Santarém	Pedagogia	50	221	22	121,5	225	0,1000	4	1	815,00	815,00
Santarém	Sistemas de Informação	30	96	79	87,5	5	0,1325	4	1,5	71,48	47,65
Oriximiná	Sistemas de Informação	39	39	35	37,0	0	0,1325	4	1,5	58,50	39,00
Santarém	Zootecnia	31	83	89	86,0	8	0,0650	5	4,5	321,08	71,35
Santarém	Gestão Ambiental	0	21	20	20,5	10	0,1250	4	2	70,00	35,00
Santarém	Saúde Coletiva	0	4	8	6,0	0	0,1325	5	1,5	0,00	0,00
Santarém	Engenharia de Controle e Automação	0	14	13	13,5	2	0,0820	5	2	16,64	8,32
		1625	5147	4731	4939	1250				9.157,66	5.946,38

Fonte: Sigaa.

A Tabela 8 apresenta o número de alunos da graduação em tempo integral (A_{GTI}) e aluno equivalente de graduação (A_{GE}) por curso, onde o A_{GTI} é **5.946,38** e o A_{GE} é **9.157,66**.

2 RESULTADOS DOS INDICADORES DE DECISÃO

Quadro 2 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU 408/2002.

Indicadores Decisão TCU 408/2002	Exercícios				
	2018	2017	2016	2015	2014
Custo Corrente/Aluno Equivalente	3.924,13	7.385,21	8.594,47	12.333,57	48.052,39
Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente	14,68	7,27	7,83	7,07	4,01
Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente	11,47	5,35	4,83	4,33	3,27
Funcionário Equivalente/Professor Equivalente	1,28	1,36	1,62	1,63	1,23
Grau de Participação Estudantil (GPE)	1,20	0,52	0,40	0,53	0,37
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação	0,06	0,07	0,05	0,03	0,05
Conceito Capes/MEC para a Pós-Graduação	3,11	3,25	3,25	3,4	3,2
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,21	3,71	4,17	4,04	3,72
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	76,92	14,12	31,12	3,98	12,89

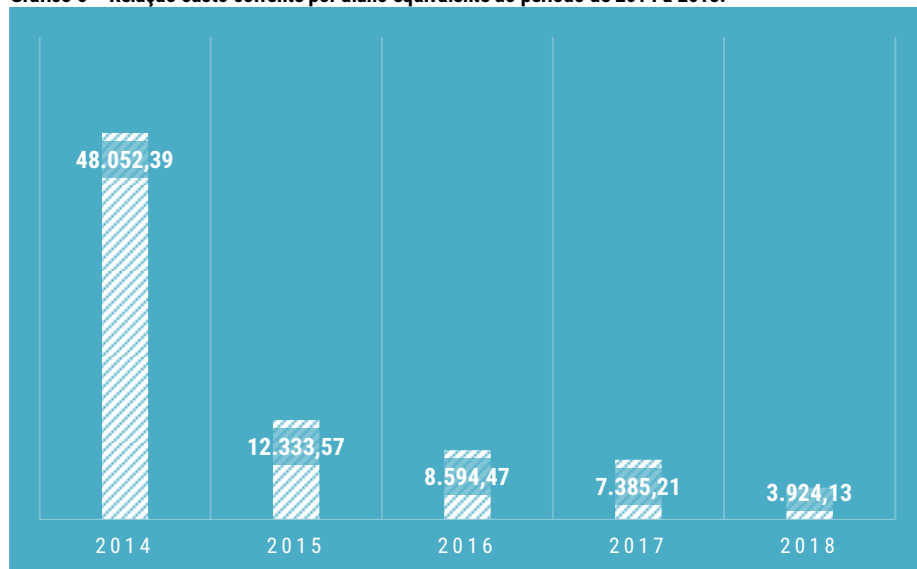
Custo Corrente/Aluno Equivalente: É um indicador de eficiência que mede o custo anual por aluno de graduação matriculado na Instituição, dessa maneira, reflete uma relação entre os insumos, considerados em unidade monetária e o produto, mensurado em unidade física. O custo corrente pode ser com ou sem Hospital Universitário (HU). Por razão da Ufopa não ter hospital universitário, esse indicador é calculado sem HU, assim, tem-se:

$$\frac{\text{Custo Corrente}}{A_{GE} + A_{PG} + A_{RTI}}$$

Aplicando a fórmula tem-se o resultado:

$$\frac{\text{Custo Corrente}}{A_{GE} + A_{PG} + A_{RTI}} = \frac{38.321.754,29}{9.157,66 + 304 + 0} = \mathbf{3.924,13}$$

Gráfico 6 – Relação custo corrente por aluno equivalente do período de 2014 a 2018.



O gráfico apresenta a relação custo corrente por aluno equivalente no período de 2014 a 2018, nele observa-se uma variação ao longo do período, com destaque ao ano de 2014 onde se mostra um elevado acréscimo, isso reflete ao investimento feito pela Ufopa em infraestrutura para atendimento as demandas acadêmicas e administrativas, porém nos dois últimos anos houve um decréscimo que pode ter ocorrido pela redução no custo corrente e o aumento do número de alunos equivalente.

Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente: É um indicador de eficiência que mede o número de alunos atendidos por um determinado quantitativo de professores. Este indicador é dado pela fórmula:

$$\frac{A_G TI + A_{PG} TI + A_R TI}{\text{Número de Professores Equivalentes}}$$

Aplicando a fórmula temos o seguinte resultado:

$$\frac{A_G TI + A_{PG} TI + A_R TI}{\text{Número de Professores Equivalentes}} = \frac{5.946,38 + 608 + 0}{446,5} = 14,68$$

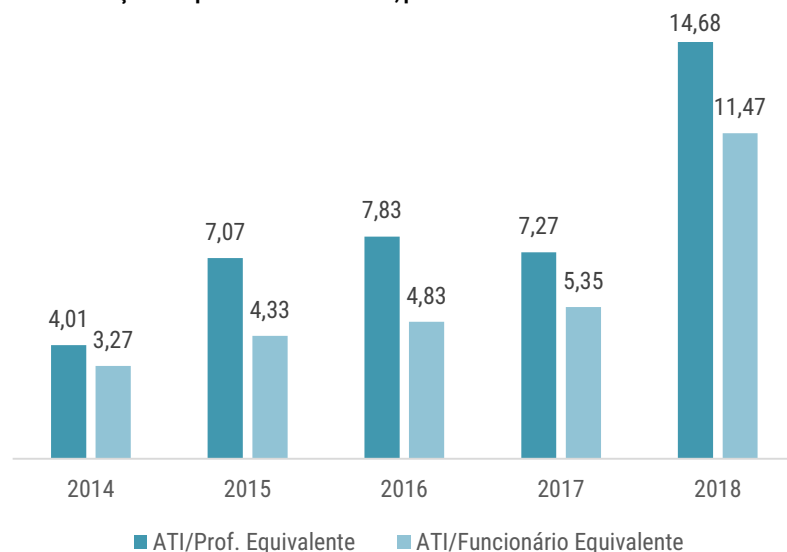
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente: É um indicador de eficiência que mede o número de alunos atendidos por um determinado quantitativo de funcionários. O funcionário equivalente pode ser com ou sem HU, no caso da Ufopa calcula-se sem HU, pela fórmula:

$$\frac{A_G TI + A_{PG} TI + A_R TI}{\text{Funcionários Equivalentes}}$$

Aplicando-se os dados temos o seguinte resultado:

$$\frac{A_G TI + A_{PG} TI + A_R TI}{\text{Funcionários Equivalentes}} = \frac{5.946,38 + 608 + 0}{571,28} = 11,47$$

Gráfico 7 – Relação de equivalência entre alunos, professores e funcionários de 2014 a 2018.



Ao longo do período de 2014 a 2018 a relação aluno tempo integral por professor equivalente e relação aluno tempo integral por funcionário equivalente mostram-se de forma variável, isso pode ser explicado pelo ingresso de servidores docentes e técnico-administrativos em educação, porém com o aumento do número de alunos, a relação ficou maior que no ano anterior, isso porque a expansão no número de alunos nos últimos anos foi maior em relação aos docentes e técnico-administrativos, fazendo com que o indicador chegasse ao ponto ideal, 15 alunos para 1 docente.

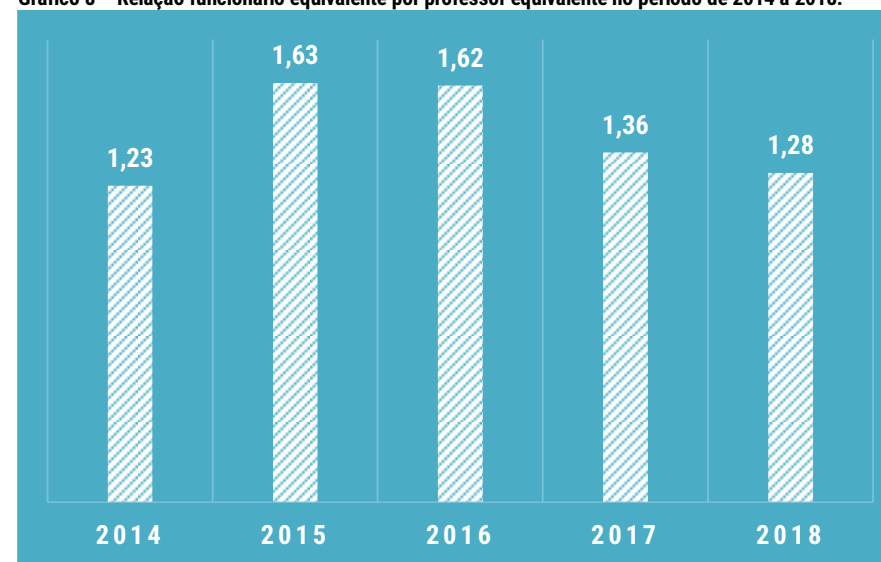
Funcionário Equivalente/Professor Equivalente: É um indicador de eficiência que associa o número de funcionários a um determinado quantitativo de

professores, pode ser calculado com ou sem HU, para a Ufopa é feito o cálculo sem HU. Dada com a seguinte fórmula o resultado do indicador é:

$$\frac{\text{Funcionários Equivalentes}}{\text{Professores Equivalentes}} = \frac{571,28}{446,5} = 1,28$$

Observa-se uma relação muito próxima entre o número de funcionários equivalentes com o número de professores equivalentes, podendo ser explicada com a admissão de docente foi acompanhada pela admissão de técnico-administrativos, fazendo com que houvesse uma variação muito baixa entre essa relação (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Relação funcionário equivalente por professor equivalente no período de 2014 a 2018.



Grau de Participação Estudantil (GPE): É um indicador de eficácia que mede o grau de alcance das políticas institucionais pelo nível de participação estudantil. É dado por:

$$GPE = \frac{A_{GTI}}{A_G} = \frac{5.946,38}{4.939} = 1,20$$

Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG): É um indicador de eficiência que relaciona o número de alunos matriculados na pós-graduação com o total de alunos matriculados e o seu resultado é obtido da seguinte fórmula:

$$GEPG = \frac{A_{PG}}{A_G + A_{PG}} = \frac{304}{4.939 + 304} = 0,06$$

Conceito Capes/MEC para a Pós-Graduação: É um indicador de eficácia que mede a qualidade dos cursos de pós-graduação com base nos conceitos da Capes. Esse indicador é dado por:

$$\text{Conceito Capes} = \frac{\sum \text{Conceito de todos os programas de pós – graduação}}{\text{Número de programas de pós – graduação}}$$

Deve ser considerado o conceito da última avaliação realizada pela Capes, cujos valores podem variar de 1 a 7, sendo que, para os programas que oferecem apenas o Mestrado, a nota máxima é 5, enquanto que, para os programas que também oferecem Doutorado, a nota máxima é 7. Para obter o Conceito Capes da

Ifes, deve ser feita a média aritmética dos conceitos Capes de todos os programas de pós-graduação stricto sensu (com mestrado ou com mestrado e doutorado) da instituição que tenham sido objeto de avaliação. Não devem ser considerados os cursos de mestrado profissionalizante.

Tabela 7 – Conceito dos programas de pós-graduação da Ufopa.

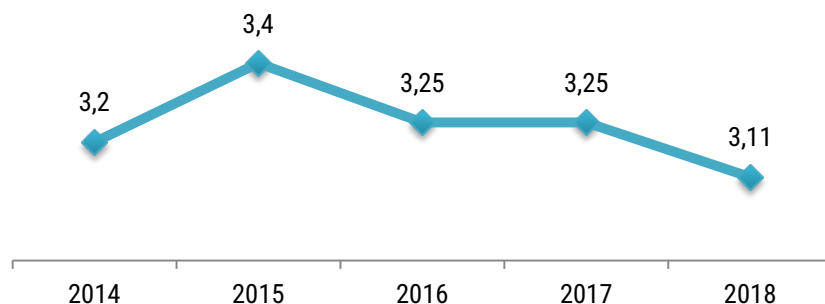
Programa	Curso	Conceito
Biociências	Mestrado	3
Ciências da Sociedade	Mestrado	3
Educação	Mestrado	4
Recursos Naturais da Amazônia	Mestrado	3
Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos	Mestrado	1
Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida	Mestrado	3
Sociedade, Natureza e Desenvolvimento	Doutorado	4
Biodiversidade e Biotecnologia - Rede Bionorte	Doutorado	4
Biodiversidade	Mestrado	3
Conceito Capes		3,11

Fonte: Plataforma Sucupira Capes.

Aplicando a fórmula com os dados da tabela 7 temos o seguinte resultado:

$$\text{Conceito Capes} = \frac{(3 + 3 + 4 + 3 + 1 + 3 + 4 + 4 + 3)}{9} = 3,11$$

Gráfico 9 – Conceito Capes para os cursos de pós-graduação no período de 2014 a 2018.



Com a implantação de novos cursos de mestrado e doutorado na Ufopa, com conceito inicial permitindo seus funcionamentos, tem se mantido a média dos conceitos acima de 3, a leve queda com relação a 2017 se deu com o processo de desativação de um dos cursos de mestrados e sua nota 1.

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD): É um indicador de eficácia que mede a qualidade técnica do corpo docente, utilizando ponderações que variam de 1 a 5, conforme a qualificação do docente. Para qualificar o corpo docente, é aplicada, ao número de professores (professores em exercício efetivo + substitutos + visitantes - professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício), a seguinte ponderação, sem considerar o regime de trabalho (20 h ou 40 h semanais): docentes doutores (5); docentes mestres (3); docentes com especialização (2) e; docentes graduados (1). Assim a fórmula de cálculo é dada por:

$$IQCD = \frac{5D + 3M + 2E + G}{D + M + E + G}$$

Tabela 8 – Quantitativo de docentes por titulação em pelo exercício 2018.

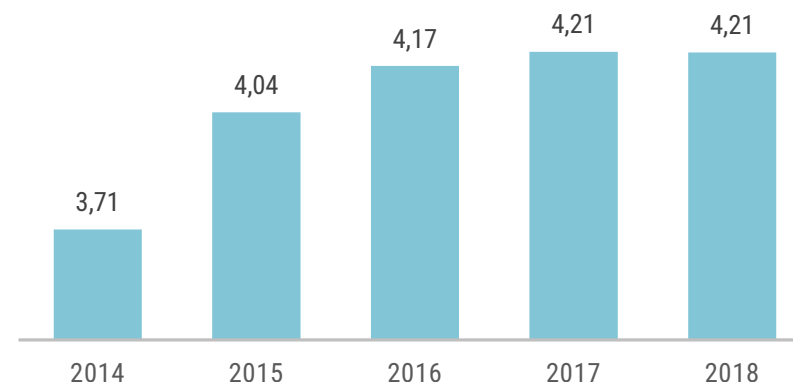
Variáveis	Titulação			
	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Docente em exercício	9	9	194	269
Docentes cedidos/afastados	0	1	56	0
Subtotal	9	8	138	269
Peso	1	2	3	5

Fonte: Progep/Sigrh/Saad

Resultado do indicador aplicando a fórmula:

$$IQCD = \frac{(5 \times 269) + (3 \times 138) + (2 \times 8) + (1 \times 9)}{269 + 138 + 8 + 9} = \frac{1.784}{424} = 4,21$$

Gráfico 10 – Índice de qualificação do corpo docente no período de 2013 a 2017.



O índice de qualificação do corpo docente registrou um aumento de 0,04 em relação a 2016 e manteve o mesmo valor em 2018, isso ocorreu pelo aumento no número de professores com titulação de doutorado que no exercício 2016 era de 214

e em 2017 e 2018 foi de 269, os motivos podem ser ingresso de novos docentes, bem como também a redução do número de professores com titulação de mestre que saíram para qualificação. O importante é que a Ufopa apoia a qualificação do seu quadro de docentes, liberando o necessário para se qualificarem e contratando professores temporários para substituição dos efetivos que se afastaram para qualificação.

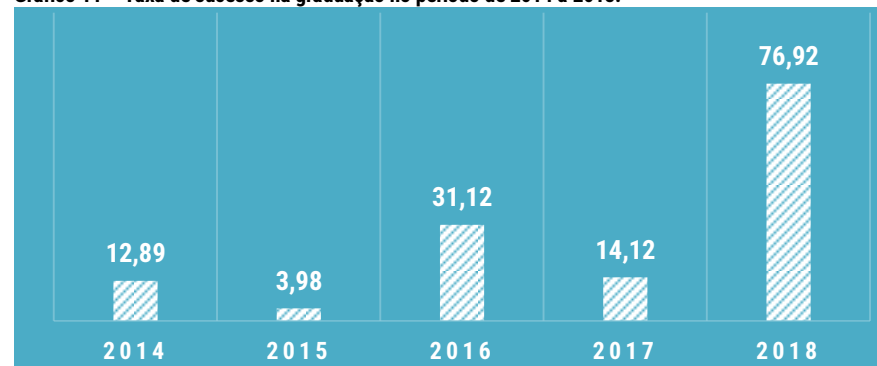
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG): É um indicador de eficiência que evidencia o número de diplomados em relação ao número de ingressantes. Dessa maneira, tem-se:

$$TSG = \frac{\text{Número de diplomados}}{\text{Número de ingressantes}}$$

Utilizou-se o número de diplomados do 1º de 2018 e 2º semestre de 2017, pois o 2º semestre de 2018 estava em curso, pois o calendário acadêmico diverge do calendário civil, consequência da greve ocorrida nos exercícios anteriores.

$$TSG = \frac{\text{Número de diplomados}}{\text{Número de ingressantes}} = \frac{1.250}{1.625} * 100 = 76,92\%$$

Gráfico 11 – Taxa de sucesso na graduação no período de 2014 a 2018.



O decréscimo na taxa de sucesso na graduação de 2016 para 2017 pode ser explicado pelo fato da ampliação do número de vagas ofertadas, pois os campi fora de sede começaram a oferta de vagas para seus cursos de graduação. Ao total foram 6 campi fora de sede com oferta de vagas, isso fez com que o número de alunos ingressantes aumentasse com relação ao ano anterior e também temos a situação de divergência de calendário acadêmico do calendário civil, o segundo semestre de 2017 adentrou o ano civil de 2018, assim os cursos ainda não formaram alunos para o período em sua totalidade. Portanto, foi utilizado o 2º semestre de 2017 para o cálculo do indicador, pois o 2º semestre de 2018 ainda estava em curso, faltando cerca de 2 meses para seu término.